



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

FERNANDA DE ALENCAR MACHADO ALBUQUERQUE

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS CURSOS SUPERIORES
DE TURISMO EM BELO HORIZONTE (1974-2012):
entre o determinismo do mercado e a crise da formação profissional**

Uberlândia

2013



**Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

FERNANDA DE ALENCAR MACHADO ALBUQUERQUE

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS CURSOS SUPERIORES
DE TURISMO EM BELO HORIZONTE (1974-2012):
entre o determinismo do mercado e a crise da formação profissional**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Armindo Quilici Neto

Uberlândia

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.**

A345t Albuquerque, Fernanda de Alencar Machado, 1971-
2013 Trajetória histórica dos cursos superiores de turismo em Belo Horizonte
(1974-2012): entre o determinismo do mercado e a crise da formação
profissional / Fernanda de Alencar Machado Albuquerque. - 2013.

187 p. : il.

Orientador: Armindo Quillici Neto.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação -- Teses. 2. Ensino superior -- História -- Teses. 3. Turismo
-- História --Teses. 4. Turismo – Estudo e ensino (Superior) – Teses. I.
Quillici Neto, Armindo. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa
de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

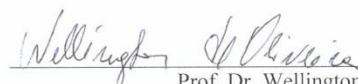
FERNANDA DE ALENCAR MACHADO ALBUQUERQUE

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS CURSOS SUPERIORES
DE TURISMO EM BELO HORIZONTE (1974-2012):
entre o determinismo do mercado e a crise da formação profissional**

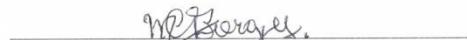
BANCA EXAMINADORA



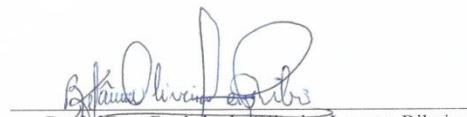
Prof. Dr. Armindo Quillici Neto
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Wellington de Oliveira
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM



Profa. Dra. Maria Célia Borges
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM



Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

AGRADECIMENTOS

A *Deus* pela vida.

Ao Professor *Armindo Quillici Neto*, pela preciosa orientação e intervenção no trabalho e, sobretudo, pela compreensão e apoio nos momentos de dificuldade.

Ao *Renato Rolla de Albuquerque*, grande companheiro, pela força incondicional.

Aos *meus pais* e *D. Laurinda*, apoiadores e incentivadores eternos e pela carinhosa acolhida em Belo Horizonte.

Aos professores *Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro* e *Dr. Sauloéber Társio de Souza* pela importante leitura e contribuições no exame de qualificação.

Aos *professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia* (PPGEd/UFU) pelos valiosos ensinamentos, em especial professora Dra. *Sandra Cristina Fagundes de Lima* pela amizade conquistada.

Às queridas amigas *Geruza Tomé Sabino* e *Claudia Beatriz Berti* pelo constante apoio e palavras de incentivo.

Aos *colegas e amigos turismólogos* das instituições de ensino de Belo Horizonte, em especial *Sandra Souto, Jaqueline Pio, Roberta Abalen e Rosilene Martins Rocha*.

Aos *colegas e amigos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri* - UFVJM, em especial *Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani* pelo estímulo e ajuda.

Aos *colegas e amigos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia* (PPGEd/UFU), em especial *Josemir Almeida Barros, Nilce Vieira Campos Ferreira, Cristiane Santos, Úrsula Lélis, Odair Carvalho e Geovanna Alves Ramos*.

Aos *funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia* (PPGEd/UFU), em especial *Gianny Carlos Freitas Barbosa* e *James Madson Mendonça* pela atenção na vida acadêmica.

À *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais* (FAPEMIG) pela bolsa de estudos concedida, através do Programa Mineiro de Capacitação Docente (PMCD).

À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES) pela bolsa de estudos concedida para a realização do Programa Institucional de Bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) em Lisboa, Portugal.

A *todas as pessoas* que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa é norteada pela trajetória histórica dos cursos de turismo em Belo Horizonte/MG, no período de 1974 a 2012, com a finalidade de apontar o descompasso do ensino superior em turismo nas tentativas da formação profissional do turismólogo e o acesso ao mercado turístico. Como fundamentação teórica, buscamos as bases históricas sobre o desenvolvimento da atividade turística e o surgimento dos cursos superiores de turismo, considerando as políticas públicas que as regem. Posteriormente, apresentamos o perfil do turismólogo e o mercado em que ele atua. Como objeto de análise, levantamos os quatro cursos superiores de turismo existentes apresentando alterações importantes e significativas na sua estrutura. Para isso, analisamos os currículos iniciais dos cursos e como esse currículo foi se adaptando e se transformando ao longo da sua história para atender às demandas do mercado de trabalho; demonstramos a formação dos professores buscando identificar as mudanças ocorridas na estrutura do corpo docente que teve que se adequar às transformações constantes dos currículos dos cursos de turismo; apresentamos a relação candidato por vaga com o intuito de conhecer o interesse dos candidatos pelo curso de turismo observando o período de maior demanda pelo curso; demonstramos a evolução do número de alunos concluintes para acompanhar o desenvolvimento da formação dos turismólogos; e, por fim, buscamos conhecer a constituição das estruturas dos laboratórios de aprendizagem para as atividades práticas, previstas nas diretrizes curriculares, e suas ações através da pesquisa e extensão.

Palavras-Chave: História. Ensino Superior. Formação do Turismólogo.

RÉSUMÉ

Cette recherche est guidée par la trajectoire historique des cours de tourisme à Belo Horizonte/MG, entre 1974 et 2012, dans le but de signaler l'inadéquation de l'enseignement supérieur du tourisme dans les tentatives de la formation professionnelle du spécialiste du tourisme et l'accès au marché touristique. Comme cadre théorique, nous faisons appel aux bases historiques sur le développement de l'activité touristique et l'apparition des cours supérieurs de tourisme, prenant en compte les politiques publiques qui les régissent. Ensuite, nous présentons le profil du spécialiste du tourisme et le marché dans lequel il opère. Comme objet d'analyse, nous abordons les quatre cours supérieurs de tourisme existants présentant des modifications importantes et significatives dans leur structure. Pour cela, nous analysons les programmes initiaux des cours et la manière dont ce programme s'est adapté et transformé au long de son histoire pour répondre aux demandes du marché du travail ; nous présentons la formation des professeurs, cherchant à identifier les changements survenus dans la structure du corps professoral qui a dû s'adapter aux transformations constantes des programmes des cours de tourisme ; nous indiquons le rapport de candidat par place dans le but de connaître l'intérêt des candidats pour le cours de tourisme, observant la période de plus grande demande pour le cours ; nous démontrons l'évolution du nombre d'élèves diplômés pour suivre le développement de la formation des spécialistes du tourisme ; et, pour finir, nous cherchons à connaître la constitution des structures des laboratoires d'apprentissage pour les activités pratiques prévues dans les lignes directrices du programme, et leurs actions à travers la recherche et la vulgarisation.

Mots-Clés: Histoire. Enseignement Supérieur. Formation du Spécialiste du Tourisme.

ABSTRACT

This research has been guided by the historical trajectory of tourism courses in Belo Horizonte-MG, from 1974 to 2012, aiming to point out the gap in higher education relating to tourism when forming the professional specialist. The theoretical foundation came from historical bases on the development of tourism and the emergence of tourism courses, considering the public policies that govern them. We present both the profile of the tourism specialist and the market in which he/she works. The objects of analysis are four tourism courses that present important and significant changes in their structure. For that, we have analyzed the courses curriculum and how the curriculum has been adapted throughout history to meet the demands of the labor market. We have analyzed the teachers' training in order to identify changes in the staff structure that has had to adapt itself to the changes of the tourism curricula. We also present the relation applicants/vacancy in order to learn about the interest of the candidates for the tourism course observing the period of higher demand for the course, and also the evolution of the number of graduating students to follow the development of their training. Finally, we have learned about the structures of the learning laboratories for practical activities, and their actions on research and extension.

Keywords: History. Higher Education. Training Tourism Specialist.

LISTAS

FIGURAS

Figura 1: Fachada do Hotel Copacabana/Rio de Janeiro.....	30
Figura 2: Vista do Grande Hotel/Araxá.....	31
Figura 3: Etapa final da construção do Hotel Cassio Quitandinha/Petrópolis	32
Figura 4: Grupo de Empresários em solenidade.....	34
Figura 5: Parte frontal do Hotel dos Estrangeiros/Rio de Janeiro	36
Figura 6: Vista área da Colônia de Férias do SESC/Bertioga.....	37

GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução dos cursos de turismo no Brasil: 1996-1999	49
Gráfico 2: Distribuição, por região, dos cursos de turismo no Brasil: 2001-2002.....	50
Gráfico 3: Evolução dos cursos de turismo no Brasil: 2006-2013	51
Gráfico 4: Evolução dos cursos de turismo no Brasil: 1999-2002	82

IMAGENS

Imagem 1: Capa da Revista Hotelnews. Ano 2013.....	38
Imagem 2: Exemplo de divulgação do PNMT na cidade de Sobral-CE.	56
Imagem 3: Roteiros do Brasil.....	59
Imagem 4: Exemplo do Circuito dos Diamantes/Minas Gerais	66
Imagem 5: Rota da Estrada Real.	68

MAPAS

Mapa 1: Mapa de Minas Gerais e as subdivisões dos Circuitos.....	65
--	----

QUADROS

Quadro 1: Circuitos Turísticos de Minas Gerais	67
Quadro 2: Currículo da Instituição I - Ano 1974	109
Quadro 3: Currículo da Instituição I - Ano 1978	111
Quadro 4: Currículo da Instituição I - Ano 1985	113
Quadro 5: Currículo da Instituição I - Ano 1992	115
Quadro 6: Currículo da Instituição I - Ano 1996	117
Quadro 7: Currículo da Instituição I - Ano 2002	119
Quadro 8: Currículo da Instituição I - Ano 2004	121
Quadro 9: Currículo da Instituição I - Ano 2006	123
Quadro 10: Currículo da Instituição I - Ano 2009.....	125

Quadro 11: Formação dos professores/ Instituição I – Década de 1970	126
Quadro 12: Formação dos professores/ Instituição I – Década de 2010	127
Quadro 13: Número de alunos concluintes da Instituição I.....	128
Quadro 14: Currículo da Instituição II - Ano 1998	132
Quadro 15: Currículo da Instituição II - Ano 2001	134
Quadro 16: Currículo da Instituição II - Ano 2006	136
Quadro 17: Currículo da Instituição II - Ano 2010	138
Quadro 18: Currículo da Instituição II - Ano 2010(Tecnologia).....	140
Quadro 19: Formação de Professores/Instituição II – Década 2000.....	141
Quadro 20: Relação candidato por vaga da Instituição II	143
Quadro 21: Número de alunos concluintes da Instituição II	144
Quadro 22: Currículo da Instituição III - Ano 2002.....	147
Quadro 23: Relação candidato por vaga da Instituição III	148
Quadro 24: Relação do número de alunos concluintes da Instituição III	149
Quadro 25: Currículo da Instituição IV - Ano 2000.....	152
Quadro 26: Currículo da Instituição IV - Ano 2005.....	154
Quadro 27: Currículo da Instituição IV - Ano 2008.....	156
Quadro 28: Currículo da Instituição IV - Ano 2010.....	158
Quadro 29: Currículo da Instituição IV- Ano 2012.....	161
Quadro 30: Formação dos professores da Instituição IV	163
Quadro 31: Síntese da análise dos currículos	166

ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABBTUR - Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais em Turismo
- ABDETH - Associação Brasileira dos Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria
- ABGTUR - Associação Brasileira dos Guias de Turismo
- ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas
- CNTUR - Conselho Nacional de Turismo
- DAC - Departamento de Aviação Civil
- FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
- FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica
- EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC - Ministério da Educação
- MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
- OMT - Organização Mundial de Turismo
- PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
- SESC - Serviço Social do Comércio
- SeSu-MEC - Secretaria de Educação Superior e do Desporto
- SETUR - Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais
- SINE - Sistema Nacional de Emprego
- UFU - Universidade Federal de Uberlândia
- UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
- UNE - União Nacional de Estudantes
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA E DOS CURSOS DE ENSINO SUPERIOR EM TURISMO	26
1.1 Evolução do Turismo e Histórico dos Cursos de Turismo no Brasil	26
1.2 Políticas Públicas de Turismo no Brasil	52
1.3 Políticas Públicas de Turismo em Minas Gerais	61
CAPÍTULO II – FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO ...	71
2.1 Políticas Públicas em Educação	71
2.2 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Turismo.....	84
2.3 Perfil do Profissional em Turismo.....	88
2.4 Mercado Turístico.....	93
CAPÍTULO III – PERCURSO HISTÓRICO DOS CURSOS DE TURISMO EM BELO HORIZONTE	100
3.1 Os Cursos de Turismo em Belo Horizonte	104
3.1.1 Curso de Turismo da Instituição I	106
3.1.2 Curso de Turismo da Instituição II	130
3.1.3 Curso de Turismo da Instituição III.....	145
3.1.4 Curso de Turismo da Instituição IV	150
Considerações Finais	169
Referências Bibliográficas.....	177

INTRODUÇÃO

O estudo apresentado se ocupa de apontar o descompasso do ensino superior em turismo nas tentativas da formação profissional do turismólogo e o acesso ao mercado turístico, através da trajetória histórica dos cursos superiores de turismo em Belo Horizonte/MG, no período de 1974 a 2012, sob a perspectiva da História da Educação.

O envolvimento com o tema desta investigação vem de longa data, desde que era estudante do curso de turismo, passando pela minha trajetória profissional e agora na condição de professora do curso de turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, na cidade de Diamantina/MG.

Assim sendo... Era dezembro de 1994, acabara de me formar. Carregava, "debaixo do braço", um diploma de Bacharel em Turismo, enfim, era uma turismóloga! Este nome soava estranho, como até hoje, mas é a denominação de quem se forma em turismo.

Destaco, primeiramente, a necessidade de diferenciar título acadêmico de título profissional. Conforme Matias (2002), o primeiro título é alusivo, na maioria das vezes, à designação registrada no diploma escolar e corresponde à formação acadêmica recebida por uma instituição de ensino superior. Já o segundo título é a nomeação que a regulamentação da profissão define, e que é registrada em documento expedido para fins do exercício profissional junto ao mercado de trabalho.

Dessa forma, a pessoa que se forma numa instituição de ensino superior, no Curso de Turismo, é denominada Bacharel em Turismo - título acadêmico. Para a titulação profissional, o Bacharel em Turismo foi, consensualmente, definido como turismólogo.

No entanto, quando dizia às pessoas qual era minha formação, poucos entendiam, aí explicava: sou formada em turismo. Então vinha a inevitável pergunta: "Você é guia?" Ou então: "Nossa que bom, vai viajar bastante..." É importante salientar que o guia de turismo¹ é uma profissão distinta do turismólogo. O guia é o profissional que, de acordo com a Associação Brasileira dos Guias de Turismo – ABGTUR,

¹ Existe uma significativa diferença entre guia de turismo e guia turístico. O guia de turismo é o profissional, já o guia turístico é o folheto informativo, o roteiro impresso com informação dos passeios.

acompanha os turistas e explica sobre os atrativos, ressaltando-se que a profissão de Guia de Turismo é regulamentada².

Já o turismólogo, conforme a Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais em Turismo - ABBTUR³, é um profissional de nível superior, egresso dos cursos superiores de turismo que disseminam ideias, planejam atividades turísticas e as gerenciam.

Reportando-se à questão de "viajar bastante", é importante lembrar que o turismólogo não é um profissional que necessariamente viaja, vai depender da sua área de atuação.

A confusão com relação à atividade profissional existe até hoje, pois ainda, depois de quase 20 anos de formada, percebo a falta de informação, conhecimento e valorização em relação à formação e atuação do turismólogo.

Talvez se deva ao fato da profissão não ser regulamentada⁴. Por isso, em qualquer local onde se desenvolva a atividade turística, não há a necessidade de um profissional ser formado em turismo. Pessoas com qualquer formação, ou até mesmo, sem formação acadêmica, podem trabalhar na área.

Várias tentativas de regulamentar a profissão já foram propostas, mas nenhuma delas foi aprovada. A última negativa se deu no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando o Presidente vetou, no dia 15 de dezembro de 2005, o projeto de lei que criava a profissão do turismólogo.

Em sua justificativa Lula alegou que os Ministérios do Turismo e do Trabalho não teriam como fiscalizar o exercício da atividade e justificou o veto:

[...] a regulamentação de profissão exigiria, em conjunto, a imposição de sanções, pois, é de se presumir que o legislador parte do princípio de que a regulamentação da profissão é necessária em face da potencialidade lesiva à sociedade, advinda do indevido exercício da profissão. Essa constatação implica em inadequação da proposição, eis que não haveria a fiscalização do exercício da

² O Decreto nº 946/93 regulamenta a Lei nº 8.623/93 que valida o exercício da profissão de Guia de Turismo.

³ A ABBTUR Nacional foi criada em 1987, antes com a denominação de Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo.

⁴ Algumas ocupações na área de turismo são reconhecidas e estão cadastradas no CBO, inclusive a do turismólogo que foi recentemente cadastrada sob o código 1225-20, através da Lei nº 12.591/2012. De acordo com o Ministério do Trabalho o CBO - Classificação Brasileira de Ocupação é um documento normatizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro.

profissão por parte do Poder Público, ante a absoluta ausência de sanções previstas em lei. (ABBTUR, 2010)

No entanto, para muitos profissionais da área, essa regulamentação não é condição *sine qua non* para que o bom profissional se insira no mercado de trabalho e, que ele deve se destacar, principalmente, por meio de suas competências e habilidades.

Trigo (2000) afirma que não serão estas atitudes corporativistas, de reserva de mercado que vão garantir legitimidade e um lugar no mercado de trabalho para o turismólogo. Mas tão somente sua formação sólida, profunda, aliada à seriedade profissional e ao seu constante aperfeiçoamento.

Ainda, de acordo com Trigo (2003, p. 205):

Em um mundo caracterizado por uma nova ordem econômica internacional, novas tecnologias e forte competitividade em mercados atingidos pelo desemprego, o profissional de turismo tem de se impor pela competência e pela eficiência. É necessário também que esse profissional tenha uma postura ética e não subestime a capacidade e as aptidões dos outros profissionais, graduados em diversos cursos superiores, e que disputam empregos no turismo. O setor é extremamente mutável, dinâmico e, no caso do Brasil, ainda bastante instável.

Dessa forma, fica evidenciado que o mercado turístico pode ser ocupado por profissionais diversos e ainda, em alguns momentos, que não estão preparados para assumirem determinadas funções. Matias (2002) afirma que, apesar do setor de turismo no Brasil viver um momento de crescimento, ainda se percebe que grande parte dos profissionais que atuam nas atividades relacionadas ao turismo não tem uma formação acadêmica específica na área.

Já Barreto et al (2004) constatam em seus estudos que existe uma significativa quantidade de mão de obra sem qualificação existente no mercado de turismo, exercendo muitas vezes atividades incompatíveis com o seu conhecimento técnico e científico.

Em pesquisa realizada por Machado (2006), sobre o perfil dos egressos dos cursos de turismo, há também o destaque de que o mercado de trabalho em turismo não valoriza o turismólogo, e que o mesmo é "fechado" para admitir profissionais qualificados. Fica mais uma vez demonstrado que o profissional com formação diversificada ou nenhuma formação acadêmica pode trabalhar na área, não tendo a exigência de ser um turismólogo.

Para autores como Lipman (1997), Oliveira (2001), Lage & Milone (2001), Arbaché (2001), Beni (2000), Cavalcanti & Vieira Filho (2005), Badaró (2008), o crescimento da atividade turística é eminente e o aumento de emprego ligado ao setor é uma realidade, no entanto, não é evidenciada, em momento algum, a necessidade do turismólogo para ocupar os cargos destinados ao mercado turístico.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo - OMT:

A atividade turística é uma indústria que depende, em grande parte, do fator humano, pois é óbvio que favorece a criação de emprego. (...) E, tradicionalmente o turismo caracterizou-se por requerer um grande número de **trabalhadores**. (OMT 2001, p.15. grifo nosso)

Torna-se importante elucidar que existem dois níveis de ensino em turismo no Brasil: o técnico e o superior. Os cursos técnicos são oferecidos em instituições privadas ou nos Institutos Federais que, de acordo com a legislação⁵, “são instituições de educação superior, básica e profissional, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.” Podem ofertar cursos técnicos em eventos, em lazer, em hospedagem, em agência de viagem, dentre outros, com carga horária mínima de 800 horas definida pela legislação⁶.

Já ensino superior em turismo também é realizado por instituições privadas ou públicas, responsáveis pela formação dos quadros de profissionais de nível superior, na modalidade de bacharelado ou de tecnologia em turismo. Os cursos de bacharelado, de acordo com a legislação⁷, devem ter a carga horária mínima de 2.400 horas e os cursos de tecnologia com carga horária mínima de 1.600 horas⁸.

No entanto, minha inquietação surge a partir do ensino de turismo de nível superior, no que diz respeito à formação do turismólogo e sua inserção no mercado de trabalho. Minha trajetória profissional foi, na maioria das vezes, ligada à atividade de docência. Fato este que me instigou bastante para que eu pudesse buscar respostas de qual era realmente a importância do curso de turismo, o verdadeiro papel do

⁵ Lei nº 11892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Centros Federais de Educação Tecnológica-CEFET, foram suprimidos quase em sua totalidade pelos Institutos Federais, com exceção do CEFET-MG e CEFET-RJ.

⁶ Resolução nº04 de 1999 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico.

⁷ Resolução CNE/CES 2/2007 que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

⁸ Parecer CNE/CES 436/2001 que dispõe sobre os Cursos Superiores de Tecnologia.

turismólogo no mercado turístico e qual poderia ser a formação mais adequada aos alunos para que obtivessem sucesso em suas carreiras profissionais. Preocupa-me muito o fato de vê-los formados e se direcionarem para outras áreas.

Sendo assim, no curso de Mestrado, procurei pesquisar sobre os egressos dos cursos de turismo buscando conhecer sua atuação no mercado de trabalho. Dessa forma, fiz um levantamento, dentre outros, para saber se os turismólogos estavam trabalhando na área e quantos estavam desempregados ou trabalhando em outras áreas. Os resultados desta pesquisa não foram muito positivos, pois evidenciou a baixa inserção profissional dos turismólogos no mercado turístico. Do total dos entrevistados, apenas 37% estavam trabalhando na área de turismo. Os entrevistados que não estavam na área perfizeram um total de 36% e os desempregados 27%. E, ainda, o resultado demonstrou que, daqueles inseridos na atividade existe, por parte de alguns, uma grande insatisfação "devido quase sempre à falta de valorização da sua profissão e aos baixos salários".

O cenário apresentado é, no mínimo, preocupante, principalmente quando se evidenciam dados e estatísticas da atividade turística no Brasil tão promissores. De acordo com o Ministério do Turismo as projeções para o setor apontam um recorde nos indicadores de entrada de turistas estrangeiros, do turismo doméstico e de investimentos no setor.

Além disso, há algum tempo, estamos vivenciando a expectativa de três grandes eventos esportivos no país: Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016), além de um grande evento religioso: a Jornada Mundial da Juventude. A partir daí, já é demonstrado um expressivo investimento no turismo e na sua infraestrutura, observando-se o seu destaque tanto em nível nacional como internacional.

Conforme declaração do Ministro do Turismo, Gastão Vieira, "se considerarmos que em 2013, com a Jornada da Juventude e a Copa das Confederações, iniciaremos uma maratona de grandes eventos internacionais, as expectativas para o turismo são extremamente animadoras". Entretanto, estes acontecimentos preveem ainda mais preparo e qualificação de mão de obra para todas as áreas do mercado turístico.

Dessa forma, como podemos encontrar um quadro tão promissor para o desenvolvimento do turismo e, ao contrário, uma situação tão desanimadora com relação aos cursos de turismo? A formação do turismólogo está indo em direção contrária ao aumento da atividade turística, ou seja, enquanto o turismo cresce a cada

ano e se torna cada vez mais eminentes, os cursos de turismo estão encerrando suas atividades.

Vale ressaltar que esta afirmativa refere-se a Belo Horizonte. Na capital, de acordo com Machado (2006), existiam no ano de 2006, 13 cursos de nível superior em turismo e já no final do ano de 2012 foram constatados apenas 3 cursos.

Diante desse contexto, das minhas inquietações e das incertezas com relação à formação mais adequada dos alunos dos cursos de turismo e sua inserção no mercado de trabalho, procurei no curso de Doutorado não fugir da temática ligada ao turismo, ou seja, da minha formação, pois como afirma Deshaies (1997), um problema não existe como um objeto fora de nós mesmos, mas como a "minha questão pessoal".

Por isso, após ser aprovada no programa de Doutorado em Educação⁹ da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, e com algumas mudanças na proposta inicial, sempre direcionada e acompanhada pelo meu orientador, decidi pelo estudo sobre a "Trajetória histórica dos cursos superiores de turismo em Belo Horizonte/MG (1974-2012): entre o determinismo do mercado e a crise da formação profissional".

A temática ligada ao turismo é relativamente recente, mas não menos instigante e importante para o meio acadêmico, uma vez que, em matéria de educação voltada para o turismo, muito pouco se tem observado. Frossard (2008) confirma tal afirmativa no que concerne à educação e turismo, pois para a autora "pouco se tem estudado e discutido e menos ainda são encontradas bibliografias referentes ao tema, tornando-se um amplo campo de estudo e investigação".

É notório que a atividade turística, no mundo, está sendo considerada como grande responsável, sobretudo, pelo desenvolvimento econômico dos países em que nele se desenvolve. Figueira & Dias (2011) descrevem o turismo como uma atividade econômica mais importante do mundo em alguns países, regiões ou localidades, constituindo um fator determinante nos rumos do desenvolvimento, porém, ressaltam que não deve ser tratado apenas como um fenômeno econômico, mas, também, como um fenômeno social, cultural e ambiental.¹⁰

⁹ Bolsista FAPEMIG, convênio PMCD - Programa Mineiro de Capacitação Docente.

¹⁰ Conceito de turismo de acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT: atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e permanência em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período consecutivo de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros. A OMT é uma agência especializada das Nações Unidas, criada em 1970, sendo a principal organização internacional no campo do turismo, funcionando como um fórum global para discussões sobre o turismo. Sua sede é em Madrid possuindo membros de diversos países que representam o setor privado, instituições educacionais, associações e autoridades locais de turismo.

Para Ansarah (2002), o turismo é um dos setores com maior potencial de crescimento na atual economia nos próximos anos. Envolve milhões de pessoas viajando às vezes para lazer, outras para negócios ou outros motivos¹¹, fazendo do turismo um importante fenômeno no mundo atual.

No Brasil, essa realidade não poderia ser diferente. A atividade turística tem crescido a cada ano. Para Silva (2003), o turismo é um dos setores da economia que mais cresce, sendo capaz de colaborar essencialmente para a resolução de numerosos e graves problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais do país, se desenvolvido de forma sustentável.¹²

Então, para que o turismo se desenvolva com qualidade, é necessária, consequentemente, uma formação profissional também de qualidade. De acordo com o autor o turismo é uma atividade de utilização intensa de capital humano, por isso, somente o ensino e a formação de mão de obra especializada poderão responder aos desafios do setor.

Conforme Groppo & Candioto (2006), o desenvolvimento da atividade turística vai incentivar a profissionalização do campo do turismo e, dessa forma, será necessário recorrer às instituições de ensino para a formação desta nova mão de obra qualificada.

Diversos autores apontam a necessidade de mão de obra qualificada a partir do crescimento da atividade turística. Quando ocorre um investimento maior no setor e ele cresce há, sem dúvida, essa demanda. Dessa forma, a formação profissional na área é de fundamental importância para o desenvolvimento do turismo.

Sendo assim, a problemática do fechamento dos cursos de turismo em Belo Horizonte e a baixa inserção do turismólogo no mercado e trabalho, conforme evidenciado através de pesquisa, refletem a hipótese de que formação desse profissional não está adequada às necessidades do mercado turístico.

Nessa perspectiva, é profícuo buscar alguns apontamentos para o desenvolvimento da minha tese:

¹¹ De acordo com Netto e Ansarah (2009) os segmentos do turismo surgem a partir da necessidade de direcionar o turista, de forma mais confiável e eficaz, para o seu destino desejado. Os critérios para a segmentação podem ser demográficos, psicológicos, econômicos, dentre outros, criando-se uma variedade de segmentos que podem ser: turismo de saúde, turismo de negócios, turismo de lazer, etc.

¹² Turismo sustentável, de acordo com a OMT (1999) "...atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que podem satisfazer-se as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida".

- Em qual contexto histórico os cursos de turismo foram criados no Brasil?
- Existiam políticas públicas direcionadas à formação do turismólogo?
- Qual o perfil que se desejava do turismólogo para sua atuação no diversificado mercado turístico?
- Os turismólogos estavam capacitados para desenvolverem suas atividades no mercado turístico?
- Quem são os profissionais que se inseriram no mercado turístico?
- Quais as mudanças que ocorreram nos cursos de turismo para atenderem à demanda do mercado turístico?

Dessa forma, refletindo sobre o significativo crescimento da atividade turística e o constante encerramento dos cursos de nível superior em turismo, o presente trabalho tem por finalidade apontar descompasso do ensino superior em turismo nas tentativas da formação profissional do turismólogo e o acesso ao mercado turístico, através da trajetória histórica dos cursos superiores de turismo em Belo Horizonte/MG¹³, no período de 1974 a 2012.

Para atingir o objetivo proposto, pretendo, a partir do conhecimento desse percurso ao longo de quase quatro décadas¹⁴ (1974-2012), buscar bibliografias específicas sobre o tema do trabalho e colher informações que possam mostrar alterações importantes e significativas na estrutura dos cursos de turismo que poderão evidenciar ou dar algumas indicações da necessidade de mudança para que os mesmos mantenham-se em funcionamento. Os percursos dos cursos de turismo registram diversos momentos decisivos na sua estrutura pedagógica, o que torna um desejo muito eminente de conhecer seu passado.

Para isso, serão analisados os currículos iniciais dos cursos e como os mesmos foram se adaptando e se transformando ao longo da sua história para atender às demandas do mercado de trabalho, que se torna cada vez mais mutável e competitivo.

Objetiva-se, também, demonstrar a formação dos professores buscando identificar as mudanças ocorridas na estrutura do corpo docente, que teve que se adequar às transformações constantes dos currículos dos cursos de turismo.

¹³ A cidade foi escolhida por possuir um maior número que cursos de turismo em Minas Gerais.

¹⁴ O recorte temporal foi considerado a partir de 1974, quando foi criado o primeiro curso de turismo em Belo Horizonte, até 2012 pela necessidade de demonstrar a atual realidade dos cursos ainda existentes.

Ainda, apresentar a relação candidato por vaga com o intuito de conhecer o interesse dos candidatos pelo curso de turismo observando o período de maior demanda pelo curso. Também, demonstrar a evolução do número de alunos concluintes e acompanhar o desenvolvimento da formação dos turismólogos.

E, por fim, conhecer a constituição das estruturas dos laboratórios de aprendizagem para as atividades práticas, previstas nas diretrizes curriculares, e suas ações através da pesquisa e extensão, pretendendo, assim, verificar o interesse da instituição e dos professores pelo incentivo a essas atividades.

Para a apresentação do trabalho foram definidas as Instituições que ainda mantêm em funcionamento os cursos de turismo em Belo Horizonte. Por uma questão de ética e para não comprometer a imagem e a situação em que se encontra o curso de turismo nas instituições, optei por não identificá-los, considerando-os apenas como Instituição I, Instituição II, Instituição III e Instituição IV. Torna-se importante informar que o curso de turismo da Instituição I encerrou suas atividades no final do ano de 2012, mas como no início da pesquisa ele ainda existia, será considerado na análise do trabalho.

Vale ressaltar, ainda, sobre as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa para a obtenção das informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho. Na maioria das vezes, em função das diversas alterações da coordenação do curso e dos gestores das instituições, as documentações relativas ao curso, os projetos pedagógicos anteriores e outras informações simplesmente se perderam com o tempo, ou foram deliberadamente eliminadas ou mesmo apagadas dos sistemas sem nenhum critério. Ainda, por parte de algumas instituições, não houve disponibilidade na apresentação dos dados requisitados devido, algumas vezes, à falta de consciência com relação à importância da pesquisa e ao pouco interesse pelo resultado do trabalho.

Ressalto, também, como dificuldade encontrada, a inexistência de Grupos de Estudo, particularmente em Minas Gerais, sobre a temática abordada, impossibilitando o estabelecimento de discussões que poderiam enriquecer o trabalho, fazendo com que a realização de todo o processo de construção da tese se tonasse muito solitária.

Outras dificuldades são enumeradas por Solha (2002) que enfatiza a carência de informações sobre o turismo, constatando a falta de registros da memória histórica da atividade turística no país; a inexistência de sistematização das informações; a falta de estudos mais abrangentes da atividade em âmbito nacional; a dispersão dos estudos

realizados e as escassas informações empresariais distribuídas entre os mais variados órgãos, entidades e associações.

De acordo com Simão et al (2005), existe uma lacuna no ensino superior que chega a ser incompreensível, que é a falta de uma rede de base de dados que mantenham informações atualizadas como os dados acadêmicos, científicos, financeiros e, ainda, do impacto social de cada uma das instituições e da totalidade dessas instituições de ensino superior. E foi essa, na maioria das vezes, a situação encontrada.

No entanto, tentei neste trabalho ultrapassar todas as dificuldades inerentes às informações incompletas, inconsistência de dados estatísticos disponíveis ou, até mesmo, à total inexistência dos documentos, mas mesmo assim, infelizmente, deparei-me com alguns obstáculos intransponíveis, que não permitiram fundamentar completamente muitas das análises propostas prejudicando, de alguma forma, o resultado final. Exemplo disso foi a ausência dos planos de ensino, principalmente nas instituições mais antigas, a relação dos candidatos por vaga, número de alunos concluintes e relação do corpo docente e disciplinas ministradas.

A pretensão de recuperação histórica da origem e trajetória dos cursos de turismo, identificando, analisando e avaliando os caminhos percorridos por eles, desde a sua criação, pode ajudar a compreender e talvez a superar os críticos impasses de sua existência. Acredito, também, que através dos resultados obtidos será possível um eventual auxílio para o seu futuro planejamento ou reestruturação.

A partir de então, de acordo com Saviani (2008), a História "ascende" agora não só como uma questão de ordem prática, mas também teórica, dando significado às mudanças empreendidas pela humanidade. Pois para o autor, "o homem, além de um ser histórico, busca agora apropriar-se da sua historicidade. Além de fazer História, aspira a se tornar consciente dessa sua identidade".

Dessa forma, apresentar a trajetória histórica dos cursos de turismo se torna essencial para que se tenha uma verdadeira memória que se desdobra em conhecimento e compreensão pelo trabalho que vem sendo realizado por quase quatro décadas na cidade de Belo Horizonte e as dificuldades encontradas pelas instituições entre a formação do turismólogo e o mercado turístico.

Assim, para o desenvolvimento do trabalho, optei pela pesquisa exploratória que objetiva melhor o entendimento do problema, tornando-o mais explícito, pois conforme Gil (1991), a pesquisa exploratória tem como objetivo "proporcionar maior familiaridade com o problema".

Para se chegar aos resultados esperados considerei a pesquisa documental e bibliográfica. Conforme Marconi & Lakatos (2010) "a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias." Gil (1991) alega que a pesquisa documental é organizada por documentos que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem também ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Sendo assim, na pesquisa documental busquei os assuntos apresentados no trabalho através de diversas fontes primárias como as leis, decretos, decretos-lei, portarias, jornais, revistas, atas de reuniões de professores, projetos pedagógicos e internet.

Vale observar que a pesquisa documental se assemelha com a pesquisa bibliográfica, porém, a grande diferença, está na fonte. As fontes de dados da pesquisa documental são sempre primárias, que não foram tratadas com o foco específico para o tema do estudo. Já na pesquisa bibliográfica, são sempre utilizadas fontes secundárias, compreendendo obras editadas abordando o tema de estudo. Portanto, para a pesquisa bibliográfica utilizei livros, teses, dissertações e revistas científicas.

Para os levantamentos das informações, documentais e bibliográficas, foram realizadas pesquisas em diversos locais, destacando-se: a Biblioteca da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, do Centro Universitário Newton Paiva, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Estácio de Sá, os arquivos da Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais e o acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública de Belo Horizonte.

No que se refere à natureza da pesquisa, optei pela pesquisa qualitativa para apresentar os cursos de turismo em Belo Horizonte, pois de acordo com Gil (1991), esse tipo de pesquisa é rico em dados descritivos, que são conseguidos através do contato direto do pesquisador com o problema estudado, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de maneira complexa e contextualizada.

Para clarificar o entendimento da tese, o trabalho foi dividido em três Capítulos. O Capítulo I é dedicado ao "Surgimento e Desenvolvimento da Atividade Turística e dos Cursos de Ensino Superior em Turismo". Como o trabalho trata do ensino em turismo, foi importante trazer um conhecimento satisfatório sobre a origem dessa atividade no Brasil e, consequentemente, o surgimento dos cursos de turismo para o melhor entendimento do contexto histórico em que eles foram criados. As Políticas

Públicas se apresentam por serem intrinsecamente ligadas à atividade turística e à necessidade na formação de mão de obra para esse setor.

Num segundo momento, achei fundamental trazer ao leitor um levantamento sobre a formação do turismólogo e o mercado turístico. Assim, o capítulo II ocupa-se da "Formação Profissional e Mercado de Trabalho". Apresento o surgimento das Políticas Públicas em Educação e as Diretrizes Curriculares, pelo fato de estarem diretamente ligadas ao ensino do turismo. E também, não se pode falar de turismo sem falar das políticas que direcionam e regulam esse nível de ensino. Exponho, ainda, sobre a diversidade de formação do turismólogo e sua relação com o mercado de trabalho e os distintos campos de atuação.

Dando continuidade aos capítulos anteriores, diante do contexto do desenvolvimento da atividade turística e do ensino em turismo no país e a necessidade de mão de obra para atender ao mercado turístico, apresento a gênese dos cursos de turismo em Belo Horizonte. Este III Capítulo intitulado "Percurso Histórico dos Cursos de Turismo em Belo Horizonte" é de fundamental importância para que se conheça a constituição e o desenvolvimento dos cursos de turismo na cidade, analisando suas principais modificações ao longo da história, principalmente no que se refere às alterações dos currículos. Serão apresentados os quatro únicos cursos superiores existentes na cidade, até o ano de 2012.

CAPÍTULO I - SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA E DOS CURSOS DE ENSINO SUPERIOR EM TURISMO

O propósito deste capítulo é contextualizar, no âmbito nacional, o percurso histórico da atividade turística no Brasil e o momento da criação dos cursos de ensino superior em turismo. Para melhor compreensão do surgimento e do desenvolvimento dos cursos superiores em turismo, considera-se imprescindível um breve relato da atividade turística no Brasil, tendo em vista que o início dos cursos surge diretamente ligado às necessidades de mão de obra para atender o setor, fazendo com que a trajetória dos cursos se encontre diretamente ligada à atividade turística. Também, pretende-se apresentar as políticas públicas em turismo no Brasil e em Minas Gerais buscando sua contribuição na formação do profissional em turismo.

1.1 Evolução do Turismo e Histórico dos Cursos de Turismo no Brasil

O desenvolvimento do turismo no Brasil tem evoluído, assim como em outros países, acompanhando as mudanças sociais, culturais, econômicas e os avanços tecnológicos. Por isso, o resgate e a reflexão sobre o processo evolutivo do turismo é importante, pois contribui com uma melhor compreensão das suas características e das políticas públicas adotadas no país.

Para um melhor entendimento desse processo, optou-se em adotar os seguintes períodos da evolução do turismo, definidos por Solha (2002):

- Primórdios – da Colônia ao Império (século XVII a XIX): os ranchos que atendiam aos tropeiros às viagens anuais dos senhores de café para a Europa;
- Primeiras manifestações (de 1900 a 1949): as estações de cura e os cassinos ao início do uso do automóvel nas viagens;
- Expansão e organização do turismo (de 1950 a 1969): ampliação e melhoria da infraestrutura de transportes e turística até a organização da atividade por associações e a elaboração de políticas públicas;
- Do sonho à decepção (de 1970 a 1989): intenso crescimento e perspectivas otimistas à estagnação e decadência;

- Retomada (a partir 1990): crescimento do mercado interno aos grandes investimentos em vários e diferentes setores e da descoberta de novos segmentos do mercado turístico.

Primórdios: século XVII a XIX

Antes da chegada da corte portuguesa, os bandeirantes já viajavam pelo sertão em busca de ouro e pedras preciosas, porém, para Solha (2002) ainda não se pode afirmar que esses deslocamentos significassem o início das viagens de turismo, pois ficar vulnerável às doenças, à fome e aos índios não era algo desejado por esses viajantes.

Já com a consolidação das vilas no interior do país, o tráfego de suprimentos aumentava gradualmente, e os viajantes, conhecidos como tropeiros, para se instalarem durante as viagens, ficavam acomodados nos chamados ranchos, que ofereciam hospedagem para os homens e seus animais. A partir daí, pode-se considerar o início das viagens de turismo.

Nesse período, outras viagens que ocorriam pelo país eram em função da necessidade de expansão para novos territórios, da busca de riquezas e dos gêneros de primeira necessidade. Nesse caso, os viajantes, de modo geral, hospedavam-se nas residências e nas fazendas onde eram recebidos como membros da família independente de quem eram e de onde vinham.

Quando a corte portuguesa chega ao Brasil em 1808, encontra péssimas condições de moradia, com instalações modestas e rústicas que não suportava hospedar a quantidade de pessoas que a acompanhava. Este fato, com o tempo, provocou grandes modificações no cotidiano, no comportamento, na economia e na infraestrutura da cidade do Rio de Janeiro.

Uma das transformações referia-se ao conhecimento e uso das propriedades terapêuticas da água do mar, denominado talassoterapia. Era um tratamento de saúde realizado à base de banhos de mar com procedimentos médicos e com todo um ritual, pois o mais importante era o sal da água.

Comum na Europa, esse hábito foi trazido pela corte portuguesa até que se tornou moda e essa nova tendência fez com que o aluguel de casas na praia, utilizadas para a recuperação da saúde, se tornasse comum.

De acordo com Guardani (1999), na época foi percebido, também, o poder da ingestão das águas minerais consideradas curativas, o que impulsionou a descoberta de algumas fontes na cidade do Rio de Janeiro estimulando a criação da primeira estância hidromineral do Brasil, no início do século XIX, localizada em Caldas da Imperatriz, em Santa Catarina, iniciando suas atividades como hospital e passando, posteriormente, a funcionar como hotel.

A partir daí, os meios de hospedagem, que eram poucos e precários, começaram a surgir de forma mais organizada como estalagens e hospedarias, diferenciando-se pela quantidade e características de serviços oferecidos. Conforme Dias (1990), estes equipamentos de hospedagem passaram por uma grande evolução, pois começaram a servir muitas pessoas que chegavam à cidade.

Em meados do século XIX, os serviços de banhos públicos e banhos de mar começaram a ser oferecidos, igualmente como acontecia nas estações termais da Europa a partir do século XVIII. Então, começa a surgir um comércio específico para atender as demandas deste público como hotéis e locais próprios para banhos, além de serviços médicos e acompanhamento ao tratamento terapêutico, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Para Solha (2002), a partir da construção das primeiras linhas da estrada de ferro, outras localidades começam a se transformar também em centros de interesse para o termalismo como Caxambu e Poços de Caldas, em Minas Gerais, e Petrópolis, no Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro, a partir do seu desenvolvimento e por ser a capital federal, tornou-se a cidade mais conhecida do Brasil como também, um dos principais destinos dos roteiros de viagens e de expedições científicas, além de receber a visita de profissionais de outras áreas e com os mais diferentes motivos contribuindo significativamente para registrar a história do país.

Nesse mesmo período, a elite econômica começa a desenvolver o hábito de viajar em função da “europeização” decorrente do conhecimento dos hábitos e costumes mais sofisticados, vindos da nobreza de Portugal; do acesso à tecnologia e à cultura de outros países; devido à construção das estradas de ferro que interligavam a zona cafeeira à capital do Império e ao desenvolvimento da cidade de São Paulo.

Na época, os barões de café do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em São Paulo, destacavam-se por ostentar títulos e riqueza por meio da importação de

mercadorias europeias como tapeçarias e pratarias. Porém, o hábito de viajar ainda não lhes era comum como ocorria com os senhores de engenho do Nordeste.

Já os fazendeiros “barões” do oeste paulista tinham o hábito de mandar seus filhos para estudarem, não somente em Portugal, mas em países como Inglaterra, Alemanha e França intensificando-se muito nas três últimas décadas do século XIX.

A tendência da “europeização” da elite econômica prevaleceu e as viagens anuais à Europa se tornaram obrigatórias aumentando consideravelmente no final do século passando a ser marcante a presença de brasileiros na Europa.

Primeiras Manifestações: 1900-1949

O Brasil, no início do século XX, passava por uma grande transformação, pois conforme descreve Cardoso & Faletto (1975), observa-se uma recuperação na economia industrial a partir da direção para o mercado interno. Este fato fez com que houvesse o avanço da expansão urbana e, também, uma maior diferenciação social onde se verificou a ampliação da burguesia¹⁵ e o surgimento de um setor operário urbano e agrícola, devido à incipiente industrialização da exploração estrangeira do petróleo e da banana.

Então, a partir daí, essa elite econômica buscava, a qualquer custo, impor uma mudança para o desenvolvimento do país através da implantação de novas descobertas e tecnologias na área da saúde, do transporte e das comunicações, verificando-se, também, o primeiro impulso para o desenvolvimento do turismo.

No período de 1900 a 1920, Solha (2002) destaca que novos padrões de consumo foram iniciados, estimulados pela publicidade, expansão do mercado fonográfico e pela popularização do cinema, atingindo intensamente a população dos grandes centros. Porém, inicialmente, alcançando apenas uma pequena parte da sociedade.

Ainda, na década de 1920, houve também uma difusão das chácaras de lazer ao redor dos centros urbanos e litoral, apesar de existir ainda as dificuldades de transporte. Uma das cidades que se destacou como local de veraneio para os fazendeiros e

¹⁵ Cardoso e Faletto (1975) utilizam o conceito de burguesia com o propósito de destacar o caráter de “empresários capitalistas” ou “produtores capitalistas”.

comerciantes foi em São Paulo, na cidade de Santos, como também em Itajaí, em Santa Catarina.

No Rio de Janeiro o destaque foi para a construção do Hotel Copacabana Palace, entre 1919 a 1923, extremamente luxuoso e sofisticado, muito diferente dos meios de hospedagem da época. De acordo com Perdigão & Corradi (2012), o Copa, como ficou conhecido, foi uma solicitação do presidente Epitácio Pessoa que desejava um suntuoso hotel de turismo na capital do país com o objetivo de receber, inicialmente, os sofisticados visitantes esperados na Exposição do Centenário da Independência do Brasil, sendo construído pelos empresários Francisco Castro Silva e Octávio Guinle.



Figura 1 – Fachada do Hotel Copacabana/Rio de Janeiro.
Fonte: <http://oriodeantigamente.blogspot.com.br>. Fotógrafo desconhecido. (s.d.).

Naquele momento, observa-se o princípio de organização dessas empresas, através da fundação da União dos Proprietários de Hotéis e Restaurantes, Bares, Confeitarias, Cafés e Casas de Congêneres, situada na cidade de São Paulo.

Assim, configurou-se uma tendência no turismo brasileiro: os banhos de mar no litoral, de maneira mais sofisticada e com a opção de mais alguns serviços, e no interior com as estâncias hidrominerais, termais e climáticas. No entanto, apesar do tratamento de saúde ser um dos principais motivos para as viagens às estâncias hidrominerais, existia a motivação também pelo “cassinismo” que estava na moda na época.

No período de 1936 a 1946, ocorreu um grande desenvolvimento dos cassinos no país, quando foram construídos enormes hotéis-cassino, como é o caso do Quitandinha, em Petrópolis/RJ, o Parque Balneário e o Atlântico, em Santos/SP, o

Quisissana, em Poços de Caldas/MG e o Grande Hotel, em Araxá, também em Minas Gerais. Perdigão & Corradi (2012, p.293) descrevem:

Finalmente, em abril de 1944, a cidade de Araxá mostrou a sua cara nova. E com toda pompa e circunstância, todos se dirigiram ao bairro do Barreiro, onde estava presente não só o interventor do Estado Benedito Valadares, mas também o presidente Getúlio Vargas. Projetado por Luiz Signorelli, com jardins desenhados por Burle Marx, o Grande Hotel de Araxá era um lugar de luxo requintadíssimo, quase do tamanho do Quitandinha.

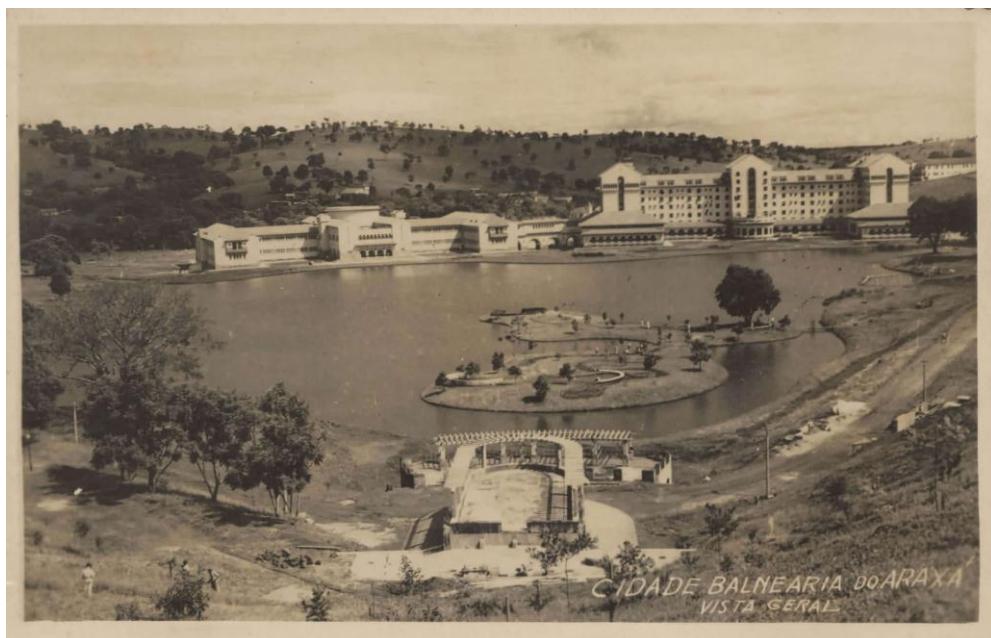


Figura 2- Vista do Grande Hotel/Araxá.

Fonte: www.siaapm.cultura.mg.gov.br. Fotógrafo desconhecido. (s.d.).

O grande impulso na hotelaria e no crescimento das estâncias, associado às perspectivas otimistas da época, fizeram com que os empresários construíssem os complexos turísticos, que combinavam o tratamento de saúde com o oferecimento de diversas atividades de lazer, onde se destacavam os cassinos.



Figura 3- Etapa final da construção do Hotel Cassino Quitandinha/Petrópolis
Fonte: <http://palacioquitandinha.blogspot.com.br/> Imagem reproduzida nos jornais Petropolitano em 1944. Coleção de J.K.Fróes. Arquivo Museu Imperial.

Mas os cassinos não ofereciam somente opções de jogos, também serviam de ponto de encontro da elite da época, além disso, costumavam trazer atrações internacionais para os shows.

Porém, a expansão da atividade turística baseada nos jogos de azar teve uma vida curta sendo que, em 1946, o então Presidente Dutra assinou um decreto¹⁶ proibindo qualquer jogo de azar no país. De acordo com Neves (2009, p.45), “a justificativa do presidente foi que a jogatina denegria a tradição moral, jurídica e religiosa do povo brasileiro”.

Essa decisão causou um enorme impacto na economia brasileira, pois todos os investimentos nas construções dos hotéis e cassino resultaram em prejuízo, além do desemprego provocado pelo fechamento destes estabelecimentos.

As localidades que tinham outras atividades e atrativos continuaram a receber o turista, apesar de ser em menor quantidade e, posteriormente, entraram num processo de decadência. Além disso, a medicina obteve grandes avanços, com a descoberta de novos medicamentos que permitiam um tratamento mais rápido, o que diminuiu drasticamente o interesse nos longos tratamentos termais que duravam uma média de 20 dias.

Apesar da crise nos meios de hospedagem e no setor de transportes, Solha (2002) relata que houve um avanço significativo para o turismo com a criação das primeiras companhias aéreas nacionais como a Varig, em 1927, a Panair (subsidiária da companhia norte-americana Pan Am), em 1930, e a Vasp em 1933. Mas só a partir de

¹⁶ Em 30 de abril de 1946, o decreto-lei 9.215 fechou os cassinos de todo o Brasil.

1945 que se intensificaram as operações de voos regionais e internacionais, chegando a existir, em 1948, 65 empresas aéreas no Brasil.

O transporte ferroviário também mereceu destaque, pois teve suas linhas expandidas pelo interior do país com transporte de passageiro e de carga, principalmente nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Já o transporte marítimo, enquanto atividade turística, teve início em 1932, quando foi realizado o primeiro cruzeiro marítimo na costa brasileira, com o percurso de dois meses entre o Rio de Janeiro ao Amazonas, no navio Almirante Jaceguay.

No entanto, a grande novidade da época, a partir do desenvolvimento do espaço urbano, foi a utilização dos automóveis como veículos de passeio, quando as famílias começaram a se deslocar para conhecerem outros locais em viagens de turismo. De acordo com Berman (2005:188), “o traço marcante do urbanismo do século XX tem sido a rodovia”. No entanto, num primeiro momento, esse meio de transporte era acessível a raríssimas pessoas.

Mesmo assim, com poucos carros circulando e motoristas para este fim, um grupo de empresários passou a se organizar e criou, em 1923, a Sociedade Brasileira de Turismo, e que mais tarde, em 1926, passou a denominar-se Touring Club do Brasil, com o objetivo de ajudar os brasileiros e estrangeiros a conhecerem melhor o país. Atualmente, o Touring é uma empresa de serviços automobilísticos oferecendo uma série de produtos e serviços para o seus associados como assistência automobilística 24 horas, convênios médicos e opções de hospedagem.



Figura 4 – Grupo de Empresários em solenidade.

Fonte: www.touring.com.br. O Bureau de Informações que o Touring inaugurou em 1929, na Estação Marítima do Porto do Rio, foi a primeira instalação no Brasil voltada para a recepção do visitante estrangeiro. Fotógrafo desconhecido. (s.d.).

Solha (2002) afirma que, dessa forma, o Brasil se tornou um país promissor para a indústria de automóvel possibilitando a instalação da General Motors, primeira montadora de automóveis, em 1925. A empresa funcionava em galpões alugados no bairro histórico do Ipiranga em São Paulo, trabalhando, inicialmente, na montagem de veículos que eram importados dos Estados Unidos. Após cinco anos, em 1930, a General Motors do Brasil inaugura sua primeira fábrica em São Caetano do Sul.

Até o fim da década de 1940, apesar de toda a euforia por causa do uso turístico para os transportes, o Brasil ainda apresentava sérios problemas não apenas com os equipamentos turísticos¹⁷, mas também com relação à inexistência de infraestrutura. Entre os motivos apresentados, destacam-se a decadência da malha ferroviária por causa da falta de investimento no período das guerras e estagnação da sua expansão; pouca estruturação dos portos marítimos e fluviais, principalmente para o transporte de carga; e sistema precário da infraestrutura aérea, apesar de já existir o Departamento de Aviação Civil - DAC.

Essa deficiência das condições do transporte limitou o desenvolvimento da atividade turística para alguns centros próximos às capitais refletindo, também, no

¹⁷ De acordo com Barreto (2001), equipamentos turísticos são os meios de hospedagens, as agências de viagens, as empresas de transportes, dentre outros.

desenvolvimento dos meios de hospedagem que passaram a atender, quase que exclusivamente, à demanda local.

Apesar disso, já se encontravam no Brasil algumas agências de viagens. Em 1936, Solha (2002) destaca que uma subsidiária da Wagon-Lits, empresa francesa que hoje é uma das marcas do grupo Accor Brasil, começa a operar no país oferecendo produtos nacionais e internacionais, e em 1943, surge a primeira agência de turismo brasileira, a Agência Geral de Turismo.

Mesmo diante de toda essa evolução, o turismo ainda não era prioridade na esfera do governo federal. Por muito tempo, os assuntos que diziam respeito à atividade turística eram tratados por diferentes setores da administração pública federal. A primeira organização, nesse sentido, foi a criação, em 1934, da Comissão Permanente de Exposições e Feiras, depois em 1939, a criação da Divisão de Turismo do setor do Departamento de Imprensa e Propaganda.

No âmbito privado, o setor hoteleiro foi o primeiro a se organizar fundando, em 1936, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH¹⁸, com sede na cidade do Rio de Janeiro, durante o I Congresso Nacional Hoteleiro. A solenidade de criação da ABIH foi realizada no Salão de Festas do Hotel dos Estrangeiros, localizado na Praça José de Alencar, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, sob a coordenação do então presidente da associação, Sr. José de Araújo Mota.

Em 1940 é aprovado o Decreto-Lei 2440/40 que, conforme Mamede (2001) cuidou das empresas e agências de viagens e turismo como estabelecimento de assistência aos viajantes, exigindo-lhes registro prévio junto a órgãos do governo para o pleno funcionamento, além de autorização para as viagens coletivas de excursão, momento em que foi realizada a regulamentação das atividades das empresas e agências de viagens e turismo.

¹⁸ É uma entidade empresarial associativista, sem fins lucrativos e atua como um órgão técnico e consultivo na busca de solução para os problemas do setor. Foi fundada em 9 de novembro de 1936 e atualmente sua sede fica em Brasília.



Figura 5 – Parte frontal do Hotel dos Estrangeiros/Rio de Janeiro
Fonte: www.abih.com.br. Fotógrafo desconhecido. (s.d.).

Assim, até meados da década de 1940, a atividade turística era destinada principalmente à elite econômica, pois foi só a partir do final da década que se verificou o acesso de uma parcela de trabalhadores ao lazer e ao turismo, destacando-se a construção da primeira colônia de férias do Serviço Social do Comércio – SESC¹⁹, em 1948, na cidade de Bertioga no litoral do Estado de São Paulo.

¹⁹ O Serviço Social do Comércio - Sesc é uma entidade privada, mantida pelos empresários do comércio de bens e serviços com o objetivo de proporcionar o bem-estar e qualidade de vida do comerciário, sua família e da sociedade.



Figura 6 – Vista área da Colônia de Férias do SESC/Bertioga.

Fonte: <http://www.blogcaicara.com>. Fotógrafo desconhecido, (s.d.).

Expansão e organização do turismo: 1950 a 1969

Em meados do século XX, a classe média começou a se consolidar através do resultado das mudanças estruturais ocorridas na produção e o impulso dado à indústria e à criação de um mercado em crescimento para os bens de consumo. Para Carone (1975), a classe média sofre, do decorrer desse período, um processo de autonomia e afirmação, tornando-a cada vez mais consciente de sua necessidade e força.

Os veículos de comunicação passaram a transformar o cotidiano das pessoas quando foi inaugurado o primeiro canal de televisão, a TV Tupi, em 18 de setembro de 1950, e as bancas de jornal espalharam-se por todas as esquinas.

No final da década de 1950, o turismo passa a ser assunto de interesse dos principais jornais ganhando uma coluna específica na Folha de São Paulo denominada “Viagens e Passeios”, sendo que em 1960 é lançada uma revista dirigida aos empresários do setor hoteleiro, a Hotelnews. Atualmente, a revista é editada pela KRM Edições e Comércio, com tiragem bimestral, atenta ao permanente compromisso de acompanhar e disseminar as novidades e notícias do setor da Hotelaria, Gastronomia e Turismo.

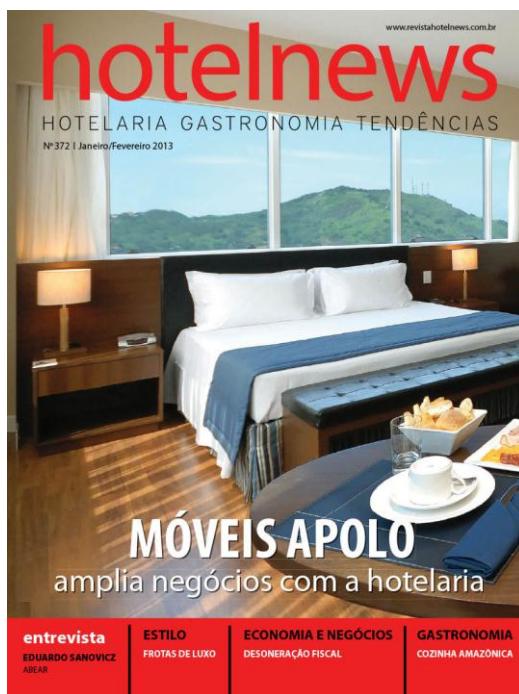


Imagen 1 – Capa da Revista Hotelnews. Ano 2013.

Fonte: www.revistahotelnews.com.br

Nesse mesmo período, a preocupação no país começa a ser com a integração nacional que é posteriormente consolidada a partir de 1964, no regime militar, como descreve Ianni (1996, p.165), “em todos os setores importantes da sociedade, os governos militares adotaram medidas de integração nacional, da luta pela terra à educação, da previdência social à cultura, dos estados às regiões”.

Dessa forma, para alcançar este objetivo, o governo federal estimula a população a ocupar o interior do país como os Estados do Mato Grosso, Paraná e Goiás, entre outros. Sendo assim, a classe média, que se concentrava mais nas metrópoles, começou a se deslocar para as cidades próximas, adquirindo lotes e construindo, ou então para o litoral, comprando apartamentos. Para Cardoso & Faletto (1975), o crescimento urbano aparece como um fator expressivo a partir do desenvolvimento da economia interna tornando, consequentemente, o setor médio mais numeroso.

O grande destaque deste fenômeno ocorreu em São Paulo, na Baixada Santista, que substituiu os palacetes dos barões de café por grandes prédios ao longo da praia. A região passa a ser um importante exemplo das modificações ocorridas no turismo no decorrer desse tempo, uma vez que esse movimento de residências secundárias se amplia.

Conforme Solha (2002), nessa época a hotelaria nacional disseminou por todo o país, embora se concentrando mais nas principais capitais. E, mesmo apesar do avanço

da tecnologia, desenvolveu-se pouco no que diz respeito às instalações e processos de gerenciamento, considerando-se um pouco obsoletos.

No país, a classe média se consolida, a indústria automobilística se instala definitivamente e, com ela, observa-se o empenho do governo em ampliar a malha rodoviária por todo território nacional. As companhias aéreas aumentam suas frotas expandindo suas linhas regulares e diversificando o número de localidades atendidas. Além disso, o transporte marítimo começa a passar por um processo de revitalização.

No mesmo momento em que a atividade turística começa a se consolidar, o governo federal cria, em 1958, a Comissão Brasileira de Turismo objetivando coordenar as atividades voltadas para o desenvolvimento do turismo interno e externo. Porém, como esta comissão não teve estrutura suficiente para desenvolver as atividades de que era responsável, foi extinta rapidamente, em 1961.

Ainda no mesmo ano, é criada a Lei nº 4.048/61, que dispõe sobre a organização do Ministério da Indústria e do Comércio, instituindo, no lugar da Comissão Brasileira de Turismo, a Divisão de Turismo e Certames. De acordo com Dias (1990), foram alcançadas importantes atividades por esta divisão, que realizou o lançamento das bases do turismo nacional tais como: a elaboração do Calendário Nacional de Exposições; organização dos primeiros folhetos de divulgação turística do Brasil; elaboração das normas para o registro e fiscalização de agências de viagens; organização da participação turística do Brasil nos congressos do exterior; e contato com grupos estrangeiros para a construção de hotéis e empreendimentos turísticos no país.

No início dos anos 60, o país passava por uma crise política de grandes proporções que leva os militares a implantarem o regime militar no país, com a chamada “Revolução de 64”. De acordo com Germano (1993:55), “o Estado caracteriza-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência”. Ainda, conforme o autor, o autoritarismo traduz-se:

pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política.

Mesmo em meio à ditadura militar, o aumento da atividade turística no mundo gera uma grande perspectiva do turismo se tornar uma atividade econômica promissora

no Brasil, fazendo com que o governo instituísse um órgão público que pudesse atender a todas as necessidades do setor.

Dessa forma, em 1966, por meio do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro, foi criado o Sistema Nacional de Turismo, composto pelo Conselho Nacional de Turismo - CNTUR, órgão normativo com a finalidade de formular, coordenar e dirigir a Política Nacional de Turismo e pela Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, órgão executivo.

Por fim, percebe-se que o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, no período de 1950 até 1970, se deu através da junção de alguns fatores, tais como: a melhoria nos meios de hospedagem e no sistema de transportes; ampliação do sistema de comunicação; urbanização e crescimento das cidades e surgimento de uma classe média disposta a viajar.

Esse desenvolvimento do turismo, mesmo bastante inicial quando comparado à velocidade dos acontecimentos mundiais, estimulou o princípio da organização da atividade turística nos setores públicos e privados.

Do sonho à decepção: 1970 a 1989

A atividade turística assumiu dimensões mundiais e os fluxos turísticos cresceram continuamente com a realização de grandes investimentos na melhoria e na ampliação da infraestrutura turística além da criação de novos pólos e centros turísticos.

No Brasil, esse primeiro período é considerado a década do “milagre brasileiro”²⁰, pois o país passava por um momento de muitos investimentos estrangeiros, baixa inflação, a classe média e os empresários entusiasmados com as expectativas otimistas com relação à economia e aos negócios. Porém, vivia-se também um período de repressão, censura e violência, características da ditadura militar que se iniciou com o golpe de Estado em 1964, que veio a implantar o regime autoritário no Brasil.

No entanto, para Solha (2002), a atividade turística ainda não era um hábito encontrado na grande maioria da população, além disso, o ritmo do desenvolvimento do setor ainda era lento e a maioria dos empreendimentos e das experiências era amadora caracterizada pela improvisação e pelo autodidatismo.

²⁰ É a denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrido no Brasil durante o regime militar. O que ocorreu para provocar esse chamado “milagre” foi o imenso capital estrangeiro no país.

No que diz respeito à malha rodoviária, não houve uma grande expansão como na década anterior, crescia mais lentamente, embora a preocupação do governo federal ainda fosse a integração nacional.

O transporte aéreo passou a atender às pequenas e médias localidades através do Decreto nº 76.590, de 11 de novembro de 1975, que instituiu a aviação aérea regional refletindo a política governamental de incentivar a oferta de voos domésticos para localidades do interior.

Já o transporte ferroviário de passageiros entrou em total declínio, acentuando-se com a desativação de diversas linhas em todo o país e o transporte fluvial turístico ainda se encontrava bastante incipiente, através de algumas iniciativas de passeios turísticos pelo rio Paraguai, associado à pesca, além dos esporádicos cruzeiros marítimos que passaram a ser realizados por companhias de navegação internacionais, fretados por operadoras brasileiras, já que os navios do Lloyd Brasileiro tinham sido vendidos.

Para a hotelaria nacional, a década de 1970 foi muito bem sucedida, pois conseguiu ampliar consideravelmente o número de leitos, melhorando a qualidade dos serviços e diversificando os meios de hospedagem. O surgimento das cadeias hoteleiras internacionais foi responsável por uma grande parcela dessa transformação, pois trouxe alguns modelos de gestão bastante modernos, demonstrando o profissionalismo desejável para o setor.

De acordo com Dias (1990), a primeira cadeia internacional a se instalar no país foi em São Paulo, em 1975, o Hotel Hilton, com 400 apartamentos e uma nova filosofia de hotelaria. Nessa mesma década, outras cadeias hoteleiras se instalaram pelo país como o Sheraton, o Holiday Inn, e as cadeias francesas Meridien, Novotel e o Club Mediterrané. No mesmo período, também foram criadas as cadeias hoteleiras nacionais, destacando-se o Hotel Nacional Rio, Horsa, Othon, Eldorado e a rede Tropical de Hotéis.

Pela diversificação dos meios de hospedagem, nota-se o surgimento de opções alternativas como o *camping*, as residências secundárias e os albergues da juventude.

A opção para o *camping* se deu a partir do desenvolvimento da indústria automobilística e da expansão da malha rodoviária no país. Através de uma publicação já conhecida no período, a Revista Quatro Rodas, era possível conhecer as novidades automobilísticas, ter informações sobre as melhores estradas e a localização dos *campings* do país. Esse tipo de hospedagem fez com que vários destinos, que não possuíam nenhuma infraestrutura turística, se tornassem conhecidos.

Já a escolha pela residência secundária se estabilizou nos locais próximos às grandes metrópoles onde as pessoas iam para passear, refletindo o que se denomina lazer de proximidade e utilizando essas residências como alojamento turístico.

A outra modalidade de hospedagem alternativa, os albergues da juventude, teve início na década de 1970 quando foi fundada no Brasil a Federação Brasileira de Albergues da Juventude, apesar da utilização desse meio de hospedagem já ser comum, no exterior, desde 1909. A fundamental característica destes equipamentos era a simplicidade da estrutura e dos serviços oferecidos, incorporada a preços mais acessíveis, tendo no início a procura pelo público mais jovem; sendo que, atualmente, o público é bem diversificado.

No cenário da administração pública, diante do crescimento do setor, a EMBRATUR estabelece, como um dos seus principais objetivos, aumentar a infraestrutura hoteleira no país e cria, em 1971, o Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, com a finalidade de financiar a construção, a ampliação ou a reforma dos hotéis e serviços específicos para fins turísticos. Além disso, instituiu incentivos fiscais voltados para os empreendimentos turísticos do setor.

Diante deste cenário, o setor privado expandiu e consolidou diversos setores na área de turismo, ocasionando um amplo desenvolvimento nos negócios em turismo e, com isso, criando um novo mercado de trabalho. Este momento também se tornou um marco fundamental para o ensino em turismo, pois foi a partir daí que houve um espaço para o início da formação superior na área, diante da necessidade de profissionais capacitados para atender o setor turístico.

Sua justificativa de criação se deve não só ao fato da necessidade de diversificação de novos campos de saberes, como também e, principalmente, pela necessidade de profissionais para atender o mercado devido ao crescimento da atividade turística no país.

Matias (2002 p.97) afirma que “a formação acadêmica na área de turismo surgiu devido à carência que o setor de turismo, ainda em desenvolvimento, apresentava de profissionais qualificados para atender a esse mercado emergente”.

A época coincide também com a demanda por cursos de ensino superior. Para Fernandes (1975), a procura pelo ensino superior já estava em crescimento, pois esse período foi marcado por uma política econômica de industrialização do país fazendo com que a população urbana aumentasse e, consequentemente, a procura por um emprego que buscava cada vez mais trabalhadores com escolaridade mais elevada. Para

o autor, o ensino superior passa a não ser mais um privilégio nem um dom intelectual e sim uma necessidade social, onde a sociedade precisa de uma grande massa de indivíduos com instrução de nível superior.

Dessa forma, em meio ao período militar, numa situação de crescimento do ensino superior, principalmente o privado, surge o primeiro curso superior de turismo no país. Trigo (2000) relata que a educação em turismo foi implantada no Brasil na década de 1970, num contexto rico em crises e sonhos em que se vivia um momento de retrocesso político marcado pela ditadura militar.

De acordo com Fonseca (2005), os primeiros cursos de turismo foram criados numa época de grande proliferação de escolas, universidade e cursos de nível superior no país, impulsionados pelo caráter modernizador e desenvolvimentista, atribuído ao regime político e econômico vigente do governo militar.

Na Educação, os cursos que promoviam a reflexão, a crítica e a mudança social eram desestimulados, pois os professores e até mesmos os alunos, eram perseguidos. Bem vistos eram aqueles cursos que estimulavam o avanço tecnológico, promoviam uma visão positiva do momento político com a esperança no sucesso do modelo econômico e com uma visão superficial do funcionamento da sociedade. (BARRETO, 2001).

Assim, tem-se o surgimento de novos cursos no país como descrevem Santos & Silveira (2000, p.54): “[...] Comunicação Social, Jornalismo, Radialismo, Televisão que, junto a Publicidade e Turismo, marcam o papel da informação, da comunicação, do discurso e dos novos consumos [...]”.

Neste caso, os cursos de turismo se encaixavam e eram bem adequados, pois criavam um imaginário de viagens, do *glamour* de lugares diferentes, do luxo. Mostrava aos jovens a imagem de um mundo capitalista onde milhões de pessoas viajam e consomem.

Barreto et al (2004) apontam que a abertura dos primeiros cursos superiores em turismo surge com a descoberta do turismo como uma atividade promissora. A partir daí houve uma demanda muito grande pelos cursos de turismo, principalmente em São Paulo, o que despertou um grande interesse na abertura de novos cursos pelos empresários que investiam na educação.

Conforme Matias (2002), o primeiro curso implantado no Brasil foi o da Faculdade Anhembi Morumbi, atual Universidade Anhembi, criado em 1971, e recebeu reconhecimento legal após a formação da primeira turma, em 1974. O curso tinha o

objetivo de atender ao relevante interesse público, por causa da expansão que era experimentada na atividade turística, e à maior exigência de mão de obra especializada em nível superior capaz de suprir as necessidades do setor.

Netto & Trigo (2003) relatam que em 1972 foi criado o segundo curso de turismo na Faculdade Ibero-Americanana de Letras e Ciências Humanas, atual Centro Universitário Ibero-Americanano/UNICENTRO, também em São Paulo. Estas duas entidades educacionais são vanguardistas do ensino, da pesquisa e da extensão em Turismo e desenvolveram, dentro do possível, um trabalho extremamente pioneiro no campo do estudo do fenômeno turístico.

Na década de 1970 o mercado de trabalho era mais restrito às agências de viagens, hotéis e transportes e as discussões sobre o turismo começaram a surgir. Os primeiros eventos científicos na área se iniciaram com o objetivo de discutir essa nova realidade turística brasileira, o mercado de trabalho e as necessidades do setor.

Já na década seguinte, em função de alguns problemas internacionais e as constantes crises econômicas pelas quais o país passava, o turismo se estagnou. Conforme Fonseca (2005), na década de 1980 é vivenciada a transição de um longo período ditatorial para a democracia. Em 1983, o movimento das “Diretas Já”, reivindicava as eleições presidenciais por voto direto, o que não ocorreu já que o novo governo foi eleito, em 1985, por votação indireta, período que passou a se denominar Nova República²¹. Com o falecimento do então presidente eleito, Tancredo Neves, que não chegou a tomar posse, assume seu vice, José Sarney. Para Oliveira (1993, p.114), a partir desse momento instaura-se “[...] um governo frágil, desarticulado e inoperante [...]”. No âmbito econômico, ainda conforme a autora, a situação foi se complicando cada vez mais até se tornar insustentável, quando o governo decidiu aplicar um conjunto de medidas econômicas para estabilizar os preços por causa da alta inflação.

Nesse sentido, observa-se o pouco investimento do governo para o desenvolvimento da atividade turística, destacando o estado precário da malha rodoviária e ferroviária que se encontrava em todo o território nacional. Porém, de acordo com Trigo (2000), o transporte aéreo continuou a se desenvolver através do aumento do fluxo de turistas no país e a ampliação do número de aeronaves, levando à criação do Código Brasileiro Aeronáutico (1986).

²¹ É o nome do período da história do Brasil que se seguiu ao fim da ditadura militar.

Sendo assim, um tipo de turismo que ainda conseguiu predominar foi o turismo rodoviário que era mais acessível a maior parte da população, pelos seus preços mais reduzidos e pela simplicidade dos serviços ofertados. As empresas que atuavam no turismo rodoviário eram as agências de turismo, destacando-se, dentre elas, as mais importantes e conhecidas: a Soletur²² (criada em meados da década de 1970), a CVC (desde 1972) e Viagens Costa²³ (a partir da década de 1990).

Apesar de todas as dificuldades encontradas nesse período, houve uma mobilização das empresas ligadas ao setor e o poder público fazendo com que fosse percebido que a atividade turística não se limitava apenas ao setor hoteleiro e o turismo começou a ser reconhecido como uma atividade importante para outros setores.

No campo do ensino, de acordo com Ansarah (2002), a década de 1980 foi marcada pela estagnação da oferta de cursos de turismo decorrente, sobretudo, de problemas econômicos no país. Neste sentido, Trigo (2000) lembra que além das crises econômicas sucessivas existia a falta de consciência de três fatores fundamentais para um desenvolvimento harmônico, sustentável e duradouro do turismo: a preservação do meio ambiente natural e cultural, a consciência sobre a importância dos programas de qualidade realizados na prestação de serviços e o reconhecimento da necessidade da formação de mão de obra qualificada em todos os níveis e nos diversos segmentos de turismo.

Barreto et al (2004) afirmam que na década de 1980 ocorreu uma queda sensível no número de ingressantes nos cursos de turismo devido a uma série de problemas socioeconômicos no país como o desemprego, a queda do poder aquisitivo das classes média e baixa, além do aumento das mensalidades escolares. Com isto, as autoras apontam, novamente, que houve uma estagnação da oferta dos cursos de turismo, ocasionando até mesmo o fechamento de vários deles até então existentes.

Retomada: a partir de 1990

O mundo se encontrava em plena transformação, destacando o avanço da tecnologia, onde começou a ser popularizado o uso de computadores e, posteriormente, o acesso à internet onde as informações chegavam de qualquer parte do mundo em

²² A Soletur entrou em falência no ano de 2001.

²³ A Viagens Costa também entrou em falência no ano de 2001.

tempo real. Para Netto & Trigo (2009), o desenvolvimento das novas tecnologias em telecomunicação, principalmente a internet, fez com que a troca de informações em nível global facilitasse ainda mais o acesso para milhões de pessoas.

O turismo mundial também começava a despontar e crescer continuamente tornando o mercado cada vez mais competitivo focado nas preocupações do diferencial dos serviços turísticos²⁴ e na qualidade.

O Brasil passava também por momentos importantes, especialmente na política que permitiu as eleições diretas para presidente, marcando o fim da transição política. Porém, o novo governo iniciou seu mandato com atitudes imprevistas, com o intuito de acabar com a inflação, como a interdição das contas correntes e da poupança, além da abertura dos importados para o mercado nacional. Todavia, essas medidas foram insuficientes já que a inflação se manteve e o mercado passou por um grande abalo.

Já o turismo no país atravessava um período de algumas dificuldades, principalmente em função da falta de informações sobre a atividade turística de uma forma geral, onde não havia um sistema de coleta de informações e estatísticas atualizadas e completas, além da ausência de produtos turísticos²⁵ que atendessem às novas exigências do mercado e à filosofia de sustentabilidade.

Assim, diante deste cenário, observaram-se as primeiras iniciativas para o desenvolvimento da atividade turística de forma mais profissional e, também, mais consciente. O turismo começa a aparecer para o governo como uma das suas prioridades.

No início da década de 1990, de acordo com Trigo (2000), o Brasil reforçou seu processo democrático com o final da Guerra Fria e com a aceleração do processo de globalização e de formação dos megablocos econômicos. Ao lado desta estabilidade política também surgiu a abertura econômica e comercial, a série de privatizações, a abertura para investimentos estrangeiros e a crescente credibilidade do país.

Nesta década, conforme Ansarah (2002), em função dos avanços políticos e econômicos no país, houve novamente uma retomada no crescimento da atividade turística e, para atender às necessidades do setor, as Instituições de Ensino Superior voltaram a ter interesse pelo curso de turismo.

²⁴ Os serviços turísticos envolvem vários ramos do turismo, entre eles: hospedagem, alimentação, transporte, agenciamento turístico, informação turísticas, passeios, atividades de lazer.

²⁵ O produto turístico é o conjunto de bens e serviços relacionados a toda e qualquer atividade de turismo, ou seja, integra alguns componentes do turismo como hospedagem, alimentação, transporte, entretenimento, que uma vez elaborado adota a forma de um pacote de serviços turísticos que será posto à venda no mercado.

Ainda segundo a autora, essa época volta a ser caracterizada pela valorização e crescimento dos cursos de turismo no âmbito acadêmico e, novamente, com uma distribuição mais igualitária nas demais regiões brasileiras, que abrangia e estendia-se para o interior de vários estados brasileiros.

Matias (2002) aponta que, após 1992, as instituições de ensino superior voltaram a se interessar pela implantação do curso superior de Turismo devido à retomada do crescimento da atividade turística e da sua importância econômico-social como geradora de renda. A partir daí, em relação à década de 80, pode-se afirmar que houve um crescimento de cerca de 121% no número de cursos superiores de turismo.

No campo político, de acordo com Cruz (2000), na década de 1990 há uma preocupação por parte do governo de criar ações voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas em turismo, destacando-se a Política Nacional de Turismo com o objetivo de desenvolver diversos programas, entre eles, da melhoria de infraestrutura básica para o município e turística.

Através da definição dessas novas políticas públicas para o turismo em benefício, principalmente, da infraestrutura e os novos investimentos, houve um crescimento do fluxo de turistas estrangeiros no país, principalmente dos países do Mercosul. Em contrapartida, conforme descreve Traumann (1996), os turistas brasileiros investiam suas viagens para o exterior em função dos pacotes de viagens baratos e pelas facilidades de pagamento.

Porém, para alterar essa situação, já no final de década de 1990, a EMBRATUR, através do seu programa de incentivo ao turismo doméstico²⁶ promove, principalmente, a redução do custo das passagens aéreas, mediante parcerias com a companhias aéreas e possibilidade de financiamento através das operadoras de cartão de crédito, proporcionando o aumento do fluxo de turistas no país.

Nesse período, também, torna-se importante destacar que o turismo cultural passa a ser um grande incentivador das viagens nacionais pois a tendência para o resgate da preservação do patrimônio cultural do país proporcionou a atenção de uma nova demanda turística. Algumas cidades brasileiras foram tombadas pela Unesco como Patrimônio Mundial da Humanidade²⁷, entre elas: Diamantina e Ouro Preto em Minas Gerais, Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, e Olinda em Pernambuco.

²⁶ Turismo doméstico é realizado dentro do próprio país de origem.

²⁷ Local cultural e natural de valor excepcional para a humanidade classificado pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação.

Observa-se que este fato reflete nos cursos de turismo, proporcionado através de disciplinas que discutem sobre questões patrimoniais nos seus currículos.

Com relação aos transportes, para acompanhar o significativo movimento de turistas no país, verifica-se um grande crescimento da aviação, principalmente através da parceria entre as companhias aéreas e as operadoras turísticas, que possibilitou a redução do valor das passagens aéreas.

Com isso, o turismo rodoviário entra em decadência já que os preços das passagens aéreas concorriam com os preços das passagens de ônibus, ou seja, os pacotes aéreos eram mais vantajosos que os pacotes rodoviários, além de serem mais cômodos e rápidos.

Já o transporte ferroviário de passageiros continuava em decadência tendo em vista que as empresas priorizavam o transporte de carga. Apenas alguns pequenos trechos de ferrovia se mantiveram com um aproveitamento para o turismo como São João Del Rei - Tiradentes, em Minas Gerais, e a Litorina Curitiba - Antonina, no Paraná.

Outro tipo de transporte que levou destaque nesse período foi o transporte marítimo, principalmente através das modificações na Lei de Cabotagem²⁸, que permitiu aos navios estrangeiros levar os turistas pela costa brasileira, permitindo, dessa forma, o crescimento desse mercado. As empresas passaram a oferecer cruzeiros pela costa do país e sul-americana, destacando-se os roteiros de Santos-Salvador, Santos-Buenos Aires, além dos cruzeiros marítimos internacionais, que se tornaram mais acessíveis.

De acordo com Matias (2002), a partir de 1996 a atividade turística começa a se tornar uma atividade econômica importante para o país, através do sucesso do Plano Real, com a abertura do mercado brasileiro ao comércio e aos investimentos internacionais, gerando empregos e criando novas profissões. Com este processo de aumento da oferta de serviços voltados para a atividade turística a educação acaba sofrendo alguns reflexos, pois o mercado torna-se carente de mão de obra qualificada para atender a esta atividade em desenvolvimento.

Ansarah (2002) ressalta que no ano de 1996 foram atualizados os levantamentos de dados sobre os cursos superiores de turismo mediante pesquisa realizada por correspondência e contatos telefônicos com Instituições de Ensino, Órgãos de Classe e Secretarias Estaduais de Educação e Turismo, o que deu origem à criação de um

²⁸ Emenda Constitucional nº 7, de 16 de agosto de 1995.

cadastro. Na pesquisa realizada por Ansarah & Rejowski (1996), constatou-se a existência de 51 cursos de graduação em turismo. Já em outro levantamento realizado apenas 3 anos depois, em 1999, o número de cursos em funcionamento chegava a cerca de 200.

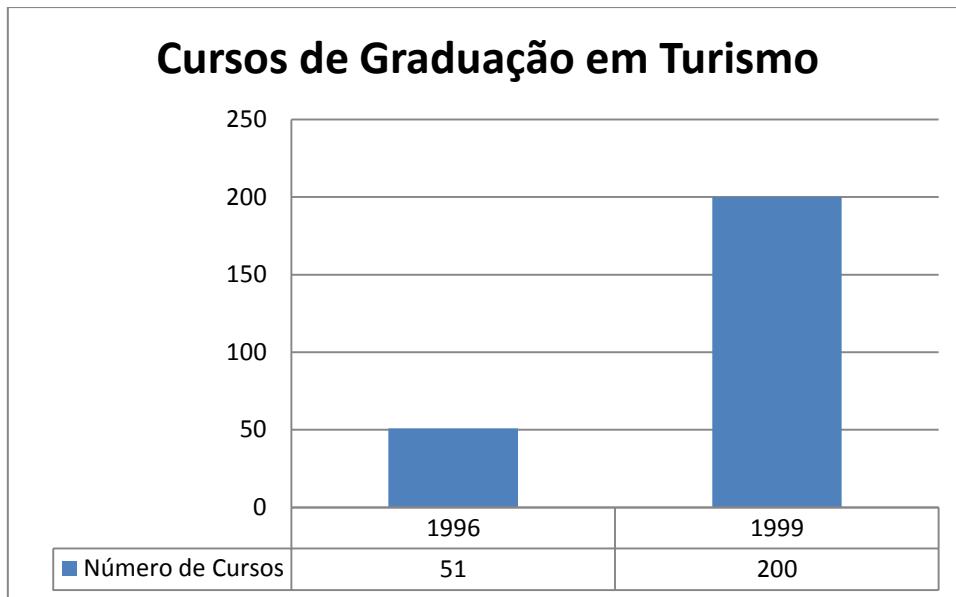


Gráfico 1: Evolução dos cursos de turismo no Brasil: 1996-1999

Fonte: Ansarah & Rejowski (1996)

Ainda de acordo com Ansarah (2002), fazendo uma análise comparativa com outro país, no que se refere à oferta de cursos, em uma pesquisa feita em 1998 constatou-se que, de 1991 a 1998, no Reino Unido, os cursos na área de turismo aumentaram numa proporção de 350%, em sete anos. No Brasil, no período de 1994 a 2002, ou seja, em um intervalo de tempo idêntico, o crescimento da área foi de 726,8%.

No que se refere à distribuição dos cursos de turismo por região, ainda segundo a autora, observa-se que a oferta de cursos de bacharelado em turismo - a partir de dados levantados de agosto de 2001 a fevereiro de 2002 - é maior no Estado de São Paulo (37,5%), vindo em segundo lugar, com uma diferença significativa, o Estado de Minas Gerais (8,8%), seguido do Paraná (8,6%), em quarto lugar o Estado de Santa Catarina (5,9%) e, a seguir, os Estados da Bahia, com 5,3% e o de Pernambuco, com 5%. Os Estados de Rondônia e Tocantins aparecem com uma oferta ainda incipiente, ambos com apenas uma ocorrência. Dessa forma, a distribuição total dos cursos por região mostra maior concentração na região Sudeste (52%), seguida das regiões Sul (19%) e

Nordeste (17%), sendo as menores concentrações nas regiões Centro-Oeste (9%) e Norte (3%), de um total de 339 cursos.

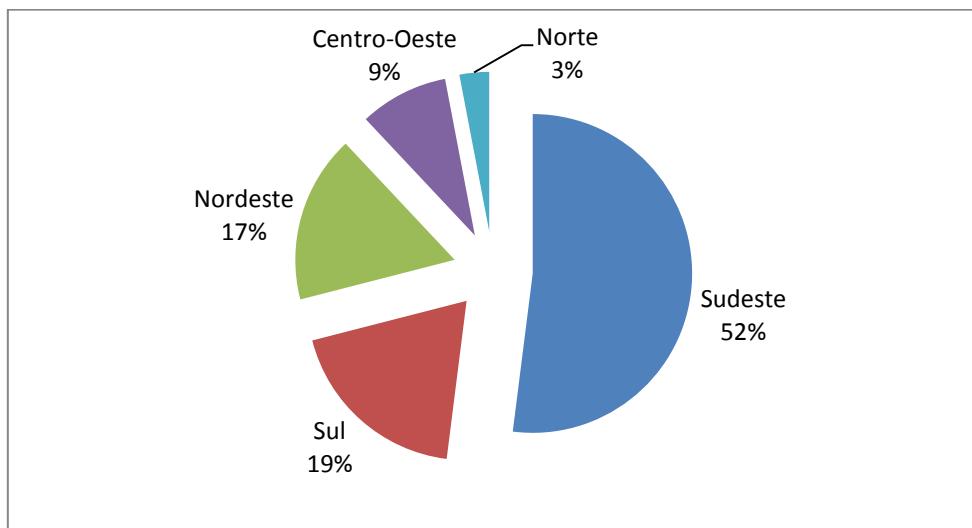


Gráfico 2: Distribuição, por região, dos cursos de turismo no Brasil: 2001-2002
Fonte: Ansarah (2002)

Essa mesma distribuição pelo país ocorreu também com os meios de hospedagem. Solha (2002) descreve que a partir da década de 2000, merece destaque a construção e implantação de hotéis em todo o território nacional, principalmente na região nordeste e sudeste, evidenciando-se os grandes *resorts* no litoral nordestino, como a Costa do Sauípe e as cadeias hoteleiras internacionais, como a Sol Meliá (Espanha), a Choice Atlântica e a Renaissance (EUA), e a Posadas (México).

Ainda em meados dessa década, observa-se a continuidade e o incremento do turismo doméstico, a valorização do turismo marítimo através de cruzeiros principalmente pela costa brasileira, além do aumento do número de turistas estrangeiros no litoral do país.

O turismo começa a ser constantemente divulgado pela mídia tanto pela mudança de comportamento e do cotidiano dos brasileiros que começam a ter um interesse e maior possibilidade de viajar, quanto pela representação importante no desenvolvimento da economia do país. Esses fatores passam a demonstrar uma mudança significativa na discussão sobre o turismo nacional, verificando-se a preocupação constante na melhoria dos serviços e equipamentos turísticos.

Passados mais de 10 anos, a atividade turística continua a se desenvolver através da diversificação dos serviços e equipamentos turísticos, pelo aumento da segurança e a rapidez dos transportes, através dos preços diferenciados e mais facilitados permitindo a

muitos brasileiros realizarem o sonho de viajar, constantemente acompanhada pela busca de profissionais qualificados para atender ao mercado turístico.

No entanto, o que se observa é um decréscimo de diversos cursos de turismo em todo o país e, consequentemente, a redução desse profissional no mercado. De acordo com Machado (2006), verificou-se a existência de 547 cursos de graduação em turismo, distribuídos em todos os Estados do Brasil, no ano de 2006. Atualmente, de acordo com os dados do MEC, constatou-se a existência de 405 cursos.

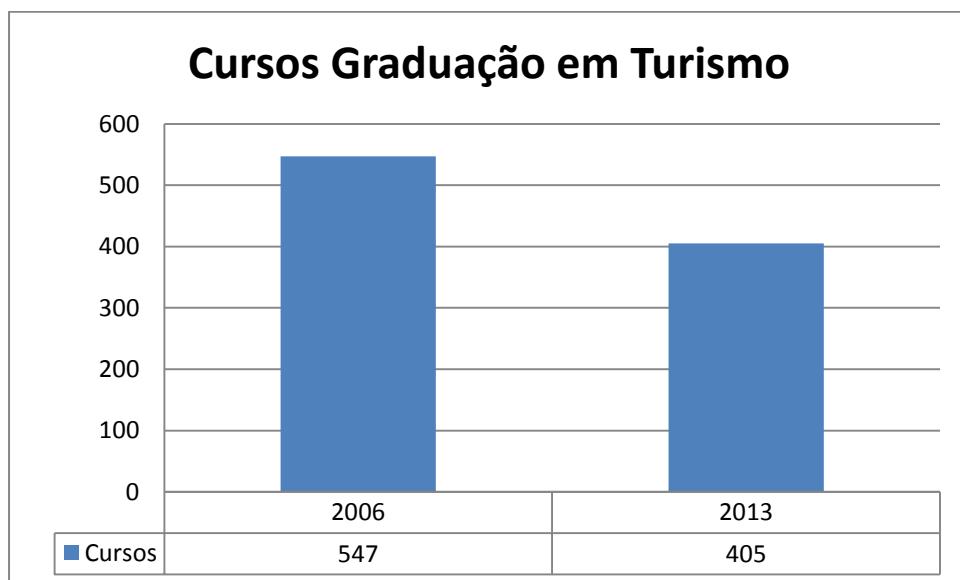


Gráfico 3: Evolução dos cursos de turismo no Brasil: 2006-2013
Fonte: Ansarah (2002)

Vale ressaltar que são números estimativos, pois o Brasil, com toda a sua dimensão territorial, onde as universidades podem criar e acabar com um curso, na maioria das vezes, sem a autorização do Ministério da Educação, ou o encerram sem a devida informação, torna-se pouco provável ter um número exato de cada curso, cabendo, apenas, estimativas aproximadas.

1.2 Políticas Públicas de Turismo no Brasil

Sabe-se que a atividade turística é considerada atualmente uma das principais atividades econômicas do mundo, promovendo a circulação de milhões de pessoas e desenvolvendo, cada vez mais, geração de emprego e renda, sendo capaz de colaborar essencialmente para a resolução de numerosos e graves problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais dos países que a ela se dedicam.

De acordo com Arroteia (1994), o turismo deve ser encarado não só nos seus aspectos relacionados com a mobilidade e as necessidades humanas, mas ainda na sua vertente produtiva e consumista (de bens e serviços), nos seus efeitos e impactos ambientais e sociais, sem esquecer o seu papel relevante como fator de mudança e de desenvolvimento social.

É eminente e consensual que o turismo traz benefícios e não deve ser considerado algo efêmero. Para Fernandes & Coelho (2011), o turismo tem acompanhado o crescimento econômico e o processo de globalização e, ultimamente, tornando-se um dos fundamentais segmentos da economia mundial. Inserido em uma conjuntura de expansão global, sabe-se que a atividade turística possui uma dinâmica própria e, por isso, não pode ser considerada como um fato simplesmente conjuntural ou meramente passageiro.

A partir desse reconhecimento, algumas ações do governo e o desenvolvimento de políticas públicas para a atividade turística começam a surgir. De acordo com Montejano (2001), todos os países que possuem uma organização oficial de turismo desempenha um papel fundamental na elaboração e na realização de programas turísticos oficiais.

No caso do Brasil, algumas ações já foram realizadas e diversos programas vêm sendo encaminhados na tentativa de um constante aprofundamento e aprimoramento de políticas públicas para que o país ocupe, definitivamente, o papel de grande importância que lhe cabe no cenário turístico nacional e mundial.

Para Barreto et al (2004), a elaboração de políticas públicas é fundamental para propiciar e monitorar o desenvolvimento do turismo e controlar os abusos do poder econômico pois, de acordo com os autores, fica mais evidente a cada dia que, sem um monitoramento por parte do setor público, os investimentos em turismo acabam beneficiando pouco empresários e gerando grandes prejuízos ao meio ambiente natural e cultural, proporcionando apenas subempregos para a comunidade local.

Conforme Beni (2006), a política pública em turismo se torna essencial para o desenvolvimento de ações que induzem ao desenvolvimento turístico de um país ou região. Em âmbito federal, a primeira menção legal destinada à atividade turística surgiu com a publicação do Decreto-Lei nº 406, de 04 de maio de 1938, cujo artigo 59²⁹ normatiza as agências vendedoras de passagens, que até então dependiam da autorização do governo para funcionar.

Em 1966, como citado anteriormente, foi criado o Sistema Nacional de Turismo, composto pelo CNTUR e pela EMBRATUR, já no período da ditadura militar. De acordo com Boiteux (2005), este decreto pode ser considerado o principal antecedente histórico do sistema jurídico na atividade turística, pois cria, pela primeira vez no Brasil, uma estrutura federal sistematizada de administração pública e, também, conceitua uma política nacional de turismo, estabelecendo atribuições e objetivos de forma genérica.

Para Ferraz (1992), o decreto foi constituído como um ato legal que estabeleceu um conceito de política de turismo em âmbito nacional, instituiu uma estrutura pública especializada, com a criação do CNTUR e EMBRATUR, definindo objetivos e mecanismos dessa política.

Porém, conforme Santos Filho (2008, p.05), a EMBRATUR não foi criada apenas para incrementar o turismo no Brasil e ser responsável pelo seu desenvolvimento, mas, também, para desfazer a imagem negativa do país no exterior apresentada pelos exilados da ditadura militar.

Preocupados com a imagem do Brasil no exterior, comprometida com as denúncias sobre a tortura, repressão, sequestro e assassinatos junto à população civil, o governo brasileiro necessitava urgentemente criar outra imagem, cujo apelativo recaiu sobre a mulher brasileira; aproveitando da natureza, do sol, do mar e do fetiche de mulheres sedutoras, dançando no carnaval do Rio de Janeiro. Com apoio da EMBRATUR, fez-se a divulgação da imagem do Brasil para o exterior, criando um material iconográfico de alto padrão gráfico, acompanhado de uma folheteria específica para a exportação do imaginário brasileiro [...] Os militares criaram a EMBRATUR e usaram-na para encobrir a repressão e a tortura, junto à população civil.

²⁹ Art. 59. A venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou terrestres só poderá ser efetuada pelas respectivas companhias, armadores, agentes, consignatários, e pelas agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma desta lei.

Para Boiteux & Werner (2002), a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, veio também contribuir significativamente para a legislação da identificação dos serviços turísticos. Os decretos que regulamentaram a lei permitiram a criação da legislação dos prestadores de serviços turísticos, formulando normas específicas para cada segmento da atividade turística como as agências de turismo, meios de hospedagem, transportadoras turísticas ou empresas organizadoras de eventos.

Outro fator importante para a realização de planos de desenvolvimento para o turismo foi a Constituição Federal de 1988. Como relata Pereira (1999), a Constituição Federal de 1988 trouxe uma novidade para o turismo brasileiro, pois atribuiu obrigações aos diversos níveis do governo no desenvolvimento da atividade turística. A competência legislativa que antes era da União, passou a ser dever não só da própria União como, também, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, conforme descrito no artigo 180: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”.

De acordo com Dorta & Pomilio (2003), o artigo demonstra que o turismo foi colocado em uma condição importante de atividade econômica, fundamental para o desenvolvimento do país. Ainda, de acordo com as autoras, outro dispositivo constitucional sobre o turismo está no artigo 24 que trata sobre a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal de criar leis de proteção ao turismo que diz:

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre: proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, **turístico** e paisagístico; responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, **turístico** e paisagístico”. (grifo nosso)

Em 1991, o governo do presidente Fernando Collor de Mello passa a reconhecer a importância da atividade turística no país, compreendendo um período de mudanças. Uma das primeiras ações foi através da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, onde a Empresa Brasileira de Turismo tem seu nome alterado para Instituto Brasileiro de Turismo, mantendo, porém, a sigla EMBRATUR, e extingue o CNTUR, transferindo ao Instituto suas competências, o que o torna, portanto, ao mesmo tempo normatizador e executor da Política Nacional de Turismo.

As competências da EMBRATUR estão dispostas na lei através do artigo 3º, e dentre elas, pode-se destacar uma das suas principais atividades e, talvez a mais conhecida, que é a promoção e divulgação da imagem do Brasil para o exterior como, também, a função de cadastrar as empresas, classificar os empreendimentos dedicados às atividades turísticas e exercer função fiscalizadora, atividade que já exercia desde a sua criação.

Porém, é interessante ressaltar que antes dessa nova indicação de ação fiscalizadora da EMBRATUR, já havia sido estabelecido pelo Decreto-Lei nº 2.294/86 o chamado “Princípio de Livre Exercício e Exploração da Atividade Turística” onde nenhuma empresa que exercia atividade considerada como turística estaria obrigada a se filiar e/ou obter credenciamento da EMBRATUR para atuar com turismo, assim, a empresa estaria isenta da fiscalização da EMBRATUR. No entanto, tornava-se vantajoso a filiação da empresa a partir do momento em que ela poderia utilizar as marcas, símbolos e designações típicas da EMBRATUR, acarretando maior credibilidade no mercado e atraindo mais turistas.

Ainda, de acordo com Cruz (2000), o governo contemplou a EMBRATUR de diretrizes e objetivos para a elaboração de uma nova Política Nacional de Turismo definindo a finalidade dessa política, através do Decreto nº 448 de 14 de fevereiro de 1992.

Em 1994, já no governo de Itamar Franco, cria-se o Comitê Executivo Nacional dando início ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, objetivando a descentralização do desenvolvimento da atividade turística fazendo com que os municípios realizassem seu próprio planejamento turístico, oferecendo à comunidade local orientação técnica adequada para tal atividade.

De acordo com Silva Junior (2004), foi criado pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, órgão em que o turismo pertencia na época, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (1994-2002), onde o governo federal distribui responsabilidade para o setor privado, estados e municípios sendo considerada uma das principais ações estratégicas do governo para o desenvolvimento sustentável do país.

Para o Programa, a simples existência de atrativos no município ou o reconhecimento do seu potencial turístico não é suficiente para que o turismo se desenvolva por si mesmo. É necessário que o município realize um processo de planejamento e gestão, para que o exercício da atividade resulte em benefícios concretos para a comunidade. Nesse sentido, questiona-se qual o melhor caminho para esta ação

ou quais os critérios a adotar e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo surge procurando dar respostas a estes questionamentos.

Considera-se que o turista, ao utilizar os recursos do município, contribui com divisas que geram impostos. Nada mais coerente, no entanto, que a gestão da atividade seja feita no próprio município, através de um consenso entre autoridades e comunidade local. Conforme o Ministério, a ação de descentralizar consiste em transferir para os governos locais parte das decisões políticas que tradicionalmente são tomadas pelo governo federal. Traduz uma mudança de paradigma do pensamento político administrativo tradicional, na qual o Estado central, que historicamente concentra competências e funções, começa a devolvê-las aos governos municipais.

A municipalização do turismo se insere no contexto de descentralização através do fortalecimento das instituições municipais procurando oferecer ao município condições para descobrir suas vocações, conhecer o seu potencial, dimensionar os seus desafios e encontrar os melhores caminhos para a promoção do turismo sustentável.

O Programa teve bastante abrangência atendendo vários municípios do país e continuou até o ano de 2002. Vale lembrar que nesse ínterim, no ano de 1999, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o turismo deixa de pertencer ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e passa a fazer parte do Ministério do Esporte e Turismo.



Imagen 2 - Exemplo de divulgação do PNMT na cidade de Sobral-CE.
Fonte: www.sobral.ce.gov.br

Em 2003, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a organização administrativa pública do turismo brasileiro foi alterada substancialmente com a criação da Lei nº 10.683/03, que dispõe sobre a nova organização da Presidência da República e dos Ministérios.

Entendendo que a atividade turística é de fundamental importância para o desenvolvimento do país, foi finalmente criado o Ministério do Turismo, através do artigo 30, inciso X da referida Lei, desmembrando, dessa forma, o antigo Ministério do Esporte e Turismo. Vale lembrar que o turismo também já havia pertencido ao Ministério de Indústria, Comércio e Turismo.

Para Boiteux & Werner (2002), a grande inovação do governo Lula foi a criação de um Ministério do Turismo. Pela primeira vez, na recente história governamental brasileira, a atividade turística foi contemplada com um ministério.

Conforme Beni (2006), pela primeira vez o setor conta com uma pasta própria, além de estrutura e orçamento específicos, não dividindo mais com outros setores de atividades a condução dos interesses particulares do turismo em nível nacional.

Na nova configuração, o referido Ministério ficou com duas secretarias, a de Políticas de Turismo e a de Programas de Desenvolvimento do Turismo, e a EMBRATUR passa a ser um órgão subordinado ao Ministério. Segundo Mamede (2001), a EMBRATUR teve suas funções alteradas em face do conflito estabelecido pela Lei nº 10.683/03, que definiu as competências do Ministério do Turismo, e as leis nº 8.181/91 e nº 6.505/77. Como as normas de 1977 e 1991 estabeleceram como competência da EMBRATUR o que a Lei nº 10.683/03 atribuiu ao Ministério do Turismo, tem-se a derrogação das normas anteriores pela norma posterior.

Assim, a EMBRATUR passa a se ocupar exclusivamente da promoção, do marketing e da comercialização do produto turístico no exterior. Para tal, conta hoje com cinco diretorias, com funções executivas, a saber: turismo de lazer e incentivos, negócios e eventos, promoção e marketing, pesquisas e estatísticas e administração e finanças.

Nesse período, é recriado também Conselho Nacional do Turismo - CNTUR, como órgão colegiado de assessoramento superior, integrante da estrutura básica do Ministério do Turismo, com o objetivo de propor diretrizes, oferecer subsídios e contribuir na implementação do Plano Nacional de Turismo, emitindo pareceres e recomendações sobre questões do turismo nacional, assim como propor normas que contribuam para a aplicação da legislação turística, a defesa do consumidor e o

ordenamento jurídico do setor. Integram o conselho representantes dos diferentes ministérios e das entidades empresariais e de classe do sistema de turismo.

Ao criar o Ministério, o Presidente da República ordenou a priorização do turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do país. Como resposta a essa orientação, foi lançado pelo governo o Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007, definindo sete macro programas estruturantes, capazes de gerar impactos positivos no processo de desenvolvimento do Brasil.

O Plano foi baseado nas premissas de parceria e gestão descentralizada; desconcentração de renda por meio da regionalização; interiorização e segmentação da atividade turística; diversificação dos mercados, produtos e destinos turísticos; incremento do turismo interno e, por fim, desenvolvimento da atividade turística como fator da cidadania e de integração social.

Pautado nas orientações contidas no Plano Nacional do Turismo, o Ministério do Turismo lança um dos seus mais importantes programas para o desenvolvimento da atividade turística, o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Ao contrário do Programa do governo anterior, direcionado na municipalização, ou seja, no desenvolvimento das ações voltadas ao turismo diretamente no município, o Ministério propõe um Programa voltado para a regionalização, propondo trabalhar as atividades por regiões tendo em vista até a grandiosidade do país e sua diversidade cultural.

O Programa de Regionalização é considerado um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios de flexibilidade, articulação e mobilização, capaz de provocar mudanças e aprimorar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional. A implementação do Programa, para o Ministério, significa promover a cooperação e a parceria de todos os segmentos envolvidos com a atividade turística como as instâncias dos governos, empresários, trabalhadores, instituições de ensino, turistas e comunidade.

Segundo Scatolin (2004, p.08), o Programa de Regionalização

[...] propõe a transformação da ação centrada no município em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada, e promover assim o ordenamento da atividade turística, aumentando, diversificando e qualificando a oferta turística

do Brasil, de forma descentralizada, integrada e participativa, com ênfase na política de desenvolvimento regionalizado.



Imagen 3 – Roteiros do Brasil.

Fonte: www.turismo.gov.br

A discussão da Política Nacional de Turismo e a elaboração do Plano Nacional de Turismo 2003/2007 estabeleceram um passo importante para o processo democrático de reflexão sobre a necessidade de políticas públicas para atenderem o setor de turismo no Brasil. Nesse período, de acordo com o Ministério do Turismo, através do Plano Nacional de Turismo, foram alcançados resultados bastante significativos e tem se mostrado um instrumento eficaz e um referencial importante para a gestão da atividade em âmbito nacional.

Com a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério do Turismo se manteve para garantir a continuidade desta política e do processo democrático, participativo e descentralizado de gestão. Conforme descrito no Programa de Governo 2007-2010 foram apresentados os Programas Setoriais, onde o Turismo se insere. A proposta disponibilizada tem como objetivo de continuar com as estratégias de crescimento e diversificação dos produtos turísticos, de forma a respeitar as diferenças culturais, o ambiente e as diferenças regionais consolidando a imagem do Brasil no mundo.

Foi proposto então, pelo Ministério do Turismo, o Plano Nacional de Turismo – 2007/2010, novamente um modelo de gestão pública com o objetivo de definir diretrizes gerais para o desenvolvimento das atividades no setor turístico.

O sentido profundo deste Plano passa a ser, então, a inclusão social. Trata-se de criar pontes entre o povo brasileiro e as esferas do governo federal, estadual e municipal, bem como da iniciativa privada e do terceiro setor, sendo um importante estímulo para o turismo interno, que vai se reverter em empregos, desenvolvimento e inclusão social. Dessa forma, não se trata apenas de incentivar um negócio lucrativo, mas de transformar em cidadania o direito de todos de conhecer o nosso país e a nossa identidade.

Com o término do Governo Lula e a eleição da Presidenta Dilma Rousseff, as políticas públicas para o setor de turismo continuaram através do Plano Nacional de Turismo - 2011/2014. De acordo com o Ministério do Turismo, o Plano apresenta orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade turística para os próximos quatro anos, propondo diretrizes que promovam a inclusão social, com a execução de projetos voltados para a geração de negócios, de emprego e renda para a população. Trata, também, da preparação do turismo brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Conforme informação do Ministério foi lançado um programa intitulado “Olá turista!”, com o objetivo de oferecer 80 mil vagas para cursos gratuitos de inglês e espanhol, aos profissionais e estudantes do setor de turismo nas cidades-sede da Copa de 2014. Outras vagas serão abertas pelo governo federal para qualificar mais trabalhadores do setor de turismo que irão atuar na Copa do Mundo de 2014, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) Copa - que é a parte do programa dedicada especialmente à formação de trabalhadores para o evento. Serão cursos para agentes de viagem, camareira, garçom, recepcionista de eventos, além de várias outras profissões que têm relação com essa área do turismo.

Ainda, no que se refere à questão da qualificação de mão de obra para o setor turístico, torna-se importante destacar o Programa de Qualificação Profissional que, de acordo com o Ministério, é o conjunto de ações referentes à qualificação de diferentes tipos de profissionais que trabalham na atividade devendo atender à demanda do mercado turístico nas mais diversas regiões do país. No entanto, observa-se que também são ações pontuais e esporádicas não atingindo um número expressivo de profissionais.

Nesse sentido, Fonseca (2005) relata a falta de clareza do governo com relação ao seu papel na prática da atividade turística, dificultando algumas iniciativas e direcionamentos sobre estratégias voltadas para a produção de conhecimento da área, como também, para a formação profissional esperada para o setor de turismo.

Por fim, o Ministério do Turismo continua realizando suas ações, talvez ainda um pouco incipientes, sem maiores relevâncias por parte do governo federal, percebendo-se que, apesar da atividade turística ser considerada como uma das principais fontes para o desenvolvimento econômico do país é, ainda, um dos Ministérios com as menores verbas do orçamento da União.

Em nível regional, será apresentada a constituição das políticas públicas em turismo, percebendo-se as tentativas para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais e, também, a inexistência de ações efetivas para a formação do profissional.

1.3 Políticas Públicas de Turismo em Minas Gerais

Em âmbito estadual, no final do século XVIII, iniciaram-se importantes e marcantes experiências voltadas à atividade turística quando apareceram as primeiras menções do que seria o turismo em Minas Gerais.

De acordo com Silva Junior (2004), naquela época foi divulgada a notícia dos benefícios à saúde propiciados pelas águas termais e, nas localidades em que havia águas com valor curativo, foram construídos balneários com cuidados de saneamento e urbanização, que serviram também como local de interesse científico pelo estudo e utilização terapêutica das águas.

Como cita Pereira (1999), as origens do turismo em Minas Gerais estão vinculadas ao valor terapêutico das fontes medicinais que compõem o circuito hidrotermal do estado, compreendendo principalmente as cidades de Poços de Caldas, Caxambu, São Lourenço, Lambari, Cambuquira e Araxá.

Com isso, o Governo da Província fez algumas tentativas de entregar as fontes ao uso público, porém, existiam alguns empecilhos devido ao alto custo de manutenção e à falta de pessoal especializado. As empresas privadas estavam dispostas a continuar investindo e explorando as fontes de águas em Minas Gerais.

No entanto, no governo de Francisco Antônio de Sales, incentivou-se a criação de Prefeituras nas áreas do chamado Circuito das Águas onde foi realizada a desapropriação e doação das fontes ao Estado de Minas Gerais que se responsabilizou pela criação dessas Prefeituras que administrariam tais empreendimentos.

Já no século XX, conforme Silva Junior (2004), o Estado abriu créditos a serem aplicados na área turística, não sendo uma experiência muito positiva, pois atuou de

forma um pouco desorganizada, sem um efetivo mecanismo de fiscalização e controle do uso e aplicação dos recursos. Apesar disso, foram executadas melhorias nos municípios com a colocação de iluminação pública elétrica, criação de saneamento básico, abastecimento de água potável, arborização, comunicação e rodovias.

Por volta de 1920, verificou-se o apogeu do Circuito das Águas. A ligação entre as cidades do Circuito pelas rodovias e ferrovias facilitou a aglomeração acentuada dos turistas e pacientes refletindo imediatamente nas economias locais, fazendo crescer o número de hotéis e pensões. Para Pereira (1999), as vias de acesso e comunicação permitiram um estreitamento da relação entre as Estâncias proporcionando o desenvolvimento da hotelaria e do comércios nas cidades.

Em 1928 aconteceu o 1º Congresso de Estâncias Hidrominerais onde foi discutido vários temas sobre o tratamento de saúde por águas minerais. Nessa época a estância de Poços de Caldas foi transformada na principal das estâncias hidrominerais, com a atividade do cassino sendo uma das principais atrações oferecidas ao turista.

Porém, em 1946, a nova Constituição Federal proíbe os jogos de azar no Brasil, atingindo diretamente as pretensões daqueles que viam nos cassinos uma forma de expansão do turismo no Brasil. Perdigão & Corradi (2012) destacam a publicação no jornal o Globo de 30 de abril, onde se via impressa a proibição: Extinguido o Jogo em todo o Brasil. Uma das vítimas também foi o promissor cassino do Grande Hotel de Araxá, inaugurado dois anos antes e fechado em função daqueles atos, quando foi reaberto apenas com as águas termais alguns anos mais tarde.

Por causa da excelente rentabilidade das estâncias, esse bem público se transforma em interesse estratégico e de fins comerciais importantes, tornando-se interesse nacional. E é nessa década que surge a primeira menção legal ao turismo em Minas Gerais: é criado o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda cuja Divisão de Divulgação abrangia atividades de propaganda, publicidade e turismo.

De acordo com Silva Junior (2004), na década de 1950, inicia-se o declínio das estâncias hidrominerais tendo em vista a ascensão do modelo norte americano de medicina científica que não considerava o valor de processos naturais como instrumentos terapêuticos. Esse fato provoca a diminuição de turistas e pacientes que buscavam as termas como tratamento de saúde permitindo, de certa forma, o surgimento das primeiras iniciativas de exploração do turismo cultural baseado nas atrações das cidades históricas sendo promovidas obras de conservação e restauração nas mesmas.

De meados da década de 1950 ao final da década de 1960, o turismo em Minas Gerais passa a ser administrado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, através do Departamento de Turismo sendo criado, em 1964, o Conselho Estadual de Turismo. Neste período foram construídos diversos hotéis no estado já que o Departamento de Turismo se incumbia de atender ao disposto na lei onde deveriam ser aplicados estímulos fiscais e isenção de impostos para a construção dos mesmos.

Ainda conforme Silva Junior (2004), no início dos anos 70, foi criada a Superintendência da Indústria, Comércio e Turismo, substituindo o então Departamento de Turismo, que tinha as atribuições de incentivar, apoiar, organizar e coordenar as atividades turísticas no estado. Ainda nesta década, a Superintendência da Indústria, Comércio e Turismo é então substituída pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio de Turismo, com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento do setor turístico em Minas Gerais.

Nesse período, através do Plano Mineiro de Desenvolvimento, foram realizadas várias ações para o incremento da atividade turística tais como: melhoria da infraestrutura básica para o turismo, desenvolvimento de serviços turísticos e recursos humanos capacitados, difusão da cultura, do patrimônio histórico e a melhoria da qualidade de vida dos municípios e regiões turísticas, dentre outras.

Posteriormente, a Superintendência de Turismo passa a ser vinculada à Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, criada pela Lei 8.502 de dezembro de 1983. Sua finalidade era de planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de turismo, além de fiscalizar a execução de programas voltados ao turismo e estimular a formação de técnicos.

Em 1989, um ano depois da Constituição Federal, a inserção do turismo na Constituição do Estado de Minas Gerais se dá por força de adequação, uma vez que no Art.180, “Princípios Gerais da Atividade Econômica”, título VII, Capítulo I, “Da Ordem Econômica e Financeira”, está previsto: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”. Tal diretriz tornou-se uma prerrogativa dos Estados, já que a legislação federal dependia de complementação legal e regulamentar para tornar-se operacional.

Sendo assim, essa medida fez com que o poder público ficasse comprometido em elaborar uma política própria para o setor. Essa adequação à Constituição Federal

leva o turismo a ser respeitado como categoria econômica e como fator de desenvolvimento social e cultural, consolidando sua importância legal.

No final da década de 1990, Silva Junior (2004) assinala que o turismo em Minas Gerais finalmente passa a ter como estrutura institucional a Secretaria de Turismo, criada pela Lei 13.341 de outubro de 1999, que definiu sua área de competência e sua estrutura, bem como seus mecanismos de articulação com a sociedade.

Conforme o autor, a Secretaria tem como competências a coordenação, o fomento e a fiscalização das atividades turísticas no Estado, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade e gerar emprego e renda. Segundo a legislação é atribuição da Secretaria propor uma Política Estadual de Turismo sendo, dessa forma, redefinido o papel do Estado, tanto em nível estadual como federal, passando de interventor para regulador.

Paralelamente ao programa proposto pelo governo federal de Regionalização do Turismo, o governo de Minas propõe trabalhar com um agrupamento de municípios, criando os Circuitos Turísticos que, de acordo com a Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais, são um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma identidade regional.

Durante a gestão da Secretaria de Estado do Turismo 1999/2003 foram induzidos a organização de mais de 40 Circuitos Turísticos, envolvendo mais de 400 municípios diretamente. A metodologia adotada de construção participativa do processo foi uma das grandes responsáveis por garantir a continuidade política por parte do Estado na nova gestão 2003/2007.

A comunidade local, iniciativa privada e poder público municipal, como descreve Silva Junior (2004), fizeram o pleito em favor da continuidade da política dos Circuitos Turísticos ainda durante o processo eleitoral para todos os candidatos a governo do Estado. Foi elaborado um documento oficial, assinado por representantes de 38 Circuitos e entregue aos candidatos.

Sendo assim, o candidato eleito, o governador Aécio Neves, através da SETUR, institucionalizou os Circuitos Turísticos³⁰, sendo um passo muito importante para de

³⁰ Decreto Lei nº 43.321 de maio de 2003 - Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências.

fato legitimá-lo e, além disso, elegeu os Circuitos Turísticos como uma das três prioridades do Governo para o desenvolvimento do turismo. Com a sua reeleição, a política dos Circuitos foi novamente priorizada e desenvolvida em todo estado.

No ano de 2010, para assumir a candidatura ao cargo de senador, o governador Aécio Neves deixa seu cargo passando a ser ocupado pelo seu vice, Antônio Anastasia que logo a seguir, na eleição seguinte, ainda no mesmo ano, é reeleito como Governador do Estado de Minas Gerais.

A política pública adotada pelo novo governo é também caracterizada pelo programa dos Circuitos Turísticos. As associações que compõem esses circuitos são entidades, sem fins lucrativos, com o objetivo de integrar um conjunto de municípios de uma mesma região, que tenham afinidades culturais, sociais e econômicas, unindo-se para organizar e desenvolver a atividade turística regional, de forma sustentável, consolidando uma identidade regional.

Atualmente, de acordo com a Secretaria de Turismo, Minas Gerais conta com 45 Associações de Circuitos Turísticos compreendendo todas as regiões do estado.



Mapa 1: Mapa de Minas Gerais e as subdivisões dos Circuitos.
Fonte: www.turismo.mg.gov.br



Imagen 4 – Exemplo do Circuito dos Diamantes/Minas Gerais

Fonte: www.circuitodosdiamantes.com.br

CENTRAL 1- Belo Horizonte 2- Diamantes 3- Grutas 4- Guimarães Rosa 5- Lago Três Marias 6- Ouro 7- Parque Nacional da Serra do Cipó 8- Trilha dos Inconfidentes 9- Verde - Trilha dos Bandeirantes 10- Veredas do Paraopeba 11- Villas e Fazendas de Minas	CENTRO OESTE DE MINAS 34- Caminhos do Indaiá 35- Grutas e Mar de Minas
ZONA DA MATA 12- Caminho Novo 13- Caminhos Verdes de Minas 14- Montanhas e Fé 15- Nascente do Rio Doce 16- Pico da Bandeira 17- Serra do Brigadeiro 18- Serras de Minas 19- Serras do Ibitipoca 20- Serras e Cachoeiras	NOROESTE DE MINAS 36- Noroeste das Gerais
SUL DE MINAS 21- Águas 22- Caminhos do Sul de Minas 23- Caminhos Gerais 24- Malhas do Sul de Minas 25- Nascentes das Gerais 26- Serras Verdes do Sul de Minas 27- Terras Altas da Mantiqueira 28- Vale Verde e Quedas D'água	NORTE DE MINAS 37- Lago de Irapé 38- Serra do Cabral 39- Serra Geral do Norte de Minas 40- Sertão Gerais 41 Velho Chico
TRIÂNGULO MINEIRO 29- Águas do Cerrado 30- Lagos 31- Triângulo Mineiro	VALE DO MUCURI 42- Pedras Preciosas
ALTO PARANAÍBA 32- Caminhos do Cerrado 33- Canastra	RIO DOCE 43- Mata Atlântica de Minas 44- Rota do Muriqui 45- Trilhas do Rio Doce

Quadro 1: Circuitos Turísticos de Minas Gerais
 Fonte: www.turismo.mg.gov.br

No mesmo período da constituição dos Circuitos Turísticos, também foi criado pelo Instituto Estrada Real, pertencente ao Sistema FIEMG, um programa para o desenvolvimento da Estrada Real, com o objetivo de transformar o caminho percorrido pelos bandeirantes conhecido como Estrada Real, em um produto turístico. Sua importância está atribuída principalmente aos caminhos criados nos séculos XVII, XVIII e XIX por pessoas que circulavam com mercadorias, ouro e diamante entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. De acordo com o Instituto, inicialmente, o caminho ligava a antiga Villa Rica, hoje Ouro Preto, ao porto de Parati, no estado do Rio de Janeiro. No entanto, a Coroa Portuguesa percebeu a necessidade de um trajeto mais rápido e seguro ao porto do Rio de Janeiro, surgindo então, no século XVIII, outras trilhas para escoar as preciosidades brasileiras chamada de “caminho novo”.

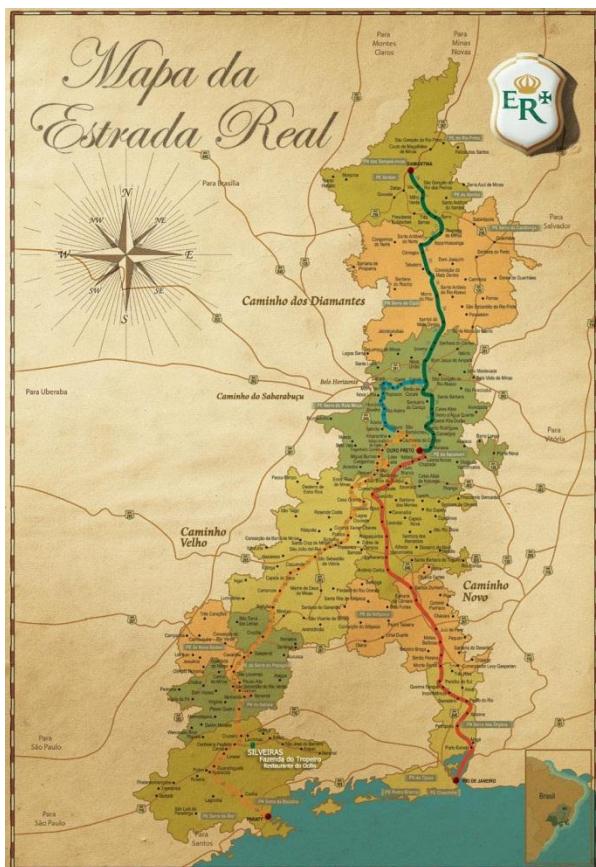


Imagen 5 – Rota da Estrada Real.
Fonte: www.institutoestradareal.com.br

Por fim, conforme Beni (2003), a importância do turismo no que se refere às políticas públicas e ao processo de ordenamento do território, enquanto crescente atividade produtiva e importante instrumento para o desenvolvimento socioeconômico

vêm necessitando, em muitos países, de planejamento e programas específicos, como é o caso do Brasil.

O Turismo é considerado uma atividade que assume, a cada dia, um papel de grande importância para o desenvolvimento do país, transformando-se em uma alternativa para a realização de um processo de crescimento economicamente sustentável, ambientalmente equilibrado e harmônico, além de socialmente inclusiva. Se a atividade turística for bem administrada, pode colaborar de maneira significativa na redução das desigualdades regionais e sociais, na criação de empregos diretos e indiretos e, consequentemente, na geração e distribuição de renda e entrada de divisas.

Toda essa multiplicidade do setor e os impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais causados pelo turismo exigem um processo de planejamento e gestão que oriente, discipline e se transforme em um poderoso instrumento de aceleração do desenvolvimento nos níveis local, regional e nacional.

No entanto, uma vez mais, não há evidências de que as políticas públicas versem sobre a formação profissional em turismo, não tendo qualquer ligação com os cursos oferecidos em todo território nacional. Para Barreto et al (2004, p.42), “pode-se dizer que no Brasil, em geral, os três setores, empresas privadas, poder público e academia atuam de forma isolada, sem dialogar entre si, constituindo o que poderia ser chamado de universos paralelos”.

Dessa forma, mesmo com diversos programas e ações que vêm sendo desenvolvidos no sentido de melhorar a atuação do turismo no Brasil, há muito que ser feito para que o país ocupe, de fato, o papel que lhe compete no cenário turístico nacional e mundial.

Conforme Fonseca (2005) o poder público não trata, de fato, o turismo como uma atividade prioritária para o desenvolvimento social e econômico do país e ainda conclui que existe falta de clareza dos gestores das políticas públicas do seu papel na prática do turismo, sendo que os mesmos desconhecem o significado e a importância do exercício do turismo no país.

Para isto, o governo deve buscar, com frequência, um melhor aprofundamento e aprimoramento das suas políticas públicas voltadas para o turismo, ampliando e consolidando as relações entre o Estado, o setor público e privado e a sociedade civil organizada.

Cabe lembrar que a criação do Ministério do Turismo, em janeiro de 2003, configurou um marco importante do governo brasileiro considerando o turismo como

uma das suas dez prioridades, porém, o desafio continua para que a atividade desenvolva, cada vez mais, seu importante papel de indutor econômico, social, cultural e ambiental.

CAPÍTULO II – FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO

Os cursos de turismo no Brasil se desenvolveram diante da necessidade de mão de obra para atender o mercado turístico, conforme apresentado no capítulo anterior. Então, torna-se indispensável entender o processo de configuração das políticas públicas em educação até a constituição das diretrizes curriculares específicas que permeiam os cursos de turismo. A partir do entendimento deste processo, apresentam-se as atribuições e o perfil do profissional que as diretrizes preconizam e o mercado de trabalho que o turismólogo está apto a trabalhar, em seus diversos campos de atuação.

2.1 Políticas Públicas em Educação

Na década de 1930, a crise da economia capitalista contribuiu para acirrar os conflitos internos no país que levaram a um levante contra a ordem política existente levando a deposição do presidente Washington Luís por um golpe militar e a instituição de um governo provisório.

Dessa forma, a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à chefia do governo provisório, determinou o início de uma nova era na história do Brasil, que só encerrou em 1945 quando ele foi deposto, também, por um golpe militar. Cunha (2007) afirma que esse período abriu um novo quadro na história política e econômica do país, onde o aparelho educacional sofreu significativas mudanças.

Cabe destacar que logo depois da revolução é criado o Ministério da Educação e Saúde³¹ fazendo com que, conforme Saviani (2011), a educação comece a ser devidamente reconhecida, até mesmo no plano institucional, como uma questão nacional.

Surgiram, então, duas políticas educacionais opostas: e liberal e a autoritária. A política educacional liberal deixou o liberalismo elitista, que se direcionava conforme os interesses sociais e pedagógicos das oligarquias, e cedeu lugar, a partir de 1932, a um liberalismo igualitário, que convergiam de acordo com o interesse das classes trabalhadoras e das camadas médias.

³¹ Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930.

Para Cunha (2007), a escola é vista com a finalidade de despertar e desenvolver as aptidões e as capacidades das pessoas de acordo com suas capacidades inatas, de maneira que elas possam se posicionar na sociedade conforme suas conquistas e não conforme a herança do dinheiro ou do título. Já a política educacional autoritária teve a influência das doutrinas fascistas³² com o objetivo de impedir contestações à ordem social, principalmente pelos trabalhadores.

A partir de 1935, a repressão que se generalizou no Brasil pôs fim às ideias educacionais liberais, levando à prisão de quem as mantivesse. Uns liberais se mantiveram calados, na cadeia ou em casa e outros aderiram à nova ordem.

Em 1937, diante da crise econômica e política na qual o país passava, partiu dentro do próprio governo um novo golpe de Estado, onde Vargas assume novamente o poder. Esse novo período é conhecido como Estado Novo, denominação emprestada pelo regime instalado em Portugal por Antônio Salazar, em 1926.

Assim, a partir de 1937, foi sendo estabelecida uma nova estrutura educacional, de acordo com o regime autoritário que começava. No entanto, para Cunha (2007), o golpe de 1937, instituindo o Estado Novo, não precisou de reformar a estrutura do ensino superior, já que o Estatuto das Universidades Brasileiras, criado em 1931, forneceu toda normalização para esse grau de ensino, sendo que o mesmo não aconteceu com os graus inferiores.

Ressalta-se que nesse período, a partir da vigência da política do Estado Novo e do crescente autoritarismo do governo, surge a União Nacional de Estudantes - UNE, criada em 1938, sendo seu objetivo principal a representação oficial dos estudantes brasileiros. Apresentava como uma entidade que congregava os estudantes das escolas superiores de todo o país, opositores do autoritarismo do Estado e, que desde a sua criação, caracterizou-se por orientações democráticas, conseguindo razoável espaço político no cenário nacional.

O Estado Novo, não deixou, de imediato, arestas que permitissem sua queda num curto prazo. Com a perseguição e prisão de muitos opositores, acabava por inexistir forças políticas capazes de ameaçar sua existência.

Porém, conforme Cunha (2007), após as crises políticas advindas da guerra aumentaram a força dos setores econômicos, que mesmo dentro de Estado,

³² Fascismo é uma doutrina totalitária, ou seja, um sistema político em que o Estado tem total autoridade. Totalitarismo é caracterizado pela coincidência do autoritarismo onde os cidadãos comuns não têm participação significativa na tomada de decisão do Estado.

recomendavam a adoção de um regime liberal democrático, começando pela convocação de eleições que estavam determinadas na Constituição de 1937 para o ano de 1943, as quais foram adiadas em função da guerra.

A partir do momento em que o Estado Novo se deteriorava por força dessa oposição e a própria divisão do exército brasileiro que começou a se manifestar pelo fim da ditadura, Vargas foi pressionado a renunciar em 1945. No mesmo ano foram realizadas as eleições para presidente do país e o General Dutra obteve a maioria dos votos assumindo o poder.

Nesse período, não houve avanço significativo na educação superior brasileira pois a Constituição de 1946, conforme Cunha (2007), resultou de uma cópia da Constituição de 1934, permanecendo a mesma, só se revogando aspectos mais visivelmente autoritários da legislação como a obrigatoriedade da disciplina de educação moral e cívica e a instrução pré-militar nas escolas.

Ainda no governo de Dutra, em 1947, dando cumprimento ao que determinava a Constituição para a elaboração de uma lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi organizada uma comissão para redigir o anteprojeto dessa lei que foi encaminhada, já no ano seguinte, ao presidente da República.

Os pontos do anteprojeto referentes ao ensino superior indicavam uma mudança substancial no rigor do Estatuto das Universidades criado em 1931, sendo a autonomia universitária, em termos didáticos, administrativos e financeiros uma das questões mais importantes do anteprojeto.

Poucos anos mais tarde, depois que Dutra assume o poder, Getúlio Vargas é reconduzido novamente à presidência da República pelas eleições de 1950, porém, após sofrer pressões políticas e econômicas comete suicídio em 1954 quando assume Café Filho, seu vice-presidente.

Finalmente, após 13 anos de longas discussões e debates sobre o anteprojeto apresentado, que de acordo com Cunha & Góes (1988, p.13) se tornou “a mais longa discussão da questão da educação em nível nacional que já ocorreu neste país”, foi promulgada e sancionada pelo Presidente João Goulart a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, reforçando a necessidade de reformulação do ensino, principalmente nos graus superior onde a lei preconizava que caberia ao Conselho Federal de Educação definir a duração e o currículo mínimo dos cursos superiores.

É interessante observar, nesse período, a retomada de um aumento significativo na demanda do acesso ao ensino superior no país. Para Cunha (2007) uns dos principais fatores se deve ao fato do ensino superior representar uma certa ascensão social fazendo com que houvesse uma procura maior de graus escolares.

Outro fator que pode ser destacado é a transferência das populações rurais para as zonas urbanas, fazendo com que elas logo percebessem a importância dos estudos básicos, no grau médio e , consequentemente, no ensino superior. Pode-se citar também a inserção das mulheres na escolarização, tornando-se uma necessidade inquestionável.

Por fim, outra dimensão do processo de facilitação ao ensino superior foi a progressiva diminuição de custo nas taxas cobradas pelas instituições públicas até chegar no início dos anos 1950 à gratuidade total ³³.

Ainda, como observa o autor, no setor público a legislação permite a criação de universidade por lei ou decreto do executivo, todavia, no setor privado, a criação da universidade continua a ser feita, unicamente, diante da união de faculdades, escolas e institutos em funcionamento e previamente credenciados pelo Estado.

Apesar da evidente expansão do ensino superior brasileiro, as críticas à sua estrutura e ao seu arcaísmo e a ideologia desenvolvimentista protestavam pela modernização desse graus de ensino, o que induziu a um grande movimento pela reforma universitária.

O primeiro passo para a longa caminhada a esse processo de modernização pode ser considerado, de acordo com Cunha (2007), a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, em 1947. Era uma escola de Engenharia que deveria oferecer cursos de Medicina, Eletrônica, Aeronáutica além de criar um Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento - IPD, com a finalidade de apoiar a aviação comercial e a indústria. O ITA começou a funcionar no Rio de Janeiro e depois foi transferido, definitivamente, para São José dos Campos em São Paulo, às margens da rodovia Rio - São Paulo, em 1950.

De acordo com o autor, a existência do ITA como uma instituição de ensino moderno, num aglomerado de escolas arcaicas, deu novo ânimo àqueles que pretendiam iniciar a reforma do ensino superior, principalmente porque viam o caminho da

³³ A gratuidade existiu *de fato* por décadas, sem que houvesse uma decisão expressa por leis portarias, decretos ou parecer do Conselho Federal de Educação que normatizasse essa matéria. Existia *de fato*, mas não *de direito*. Foi só em 1988 que a Constituição garantiu a gratuidade do ensino superior público.

modernização um meio necessário ao desenvolvimento do país, adquirindo um avanço científico e tecnológico imprescindível no momento.

Para que esse ensino não ficasse restrito ao campo da aeronáutica foi sugerido, pelos próprios militares, medidas que deveriam ser adotadas para promover a pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Dessa forma, foi criada a Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que instituía o Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq.

No governo de Juscelino Kubitschek, no período de 1956 a 1961, várias transformações econômicas e políticas ocorreram, destacando-se a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília. Em seu governo, foi proposta a criação de uma universidade na nova capital do país, porém, só após o término do seu mandato é que foi autorizada a criação da Universidade de Brasília, através da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961.

Assim, nascia em todos os sentidos, a mais moderna universidade brasileira tendo como principal função algo nunca expressado antes por qualquer instituição de ensino, que era a de formar cidadãos empenhados em buscar soluções democráticas para os problemas pelos quais os brasileiros passavam, na luta pelo seu desenvolvimento social e econômico. (CUNHA, 2007).

Por fim, no período compreendido entre a década de 1930 e o início da década de 1960, o número de estabelecimentos de ensino superior aumentou mais de cinco vezes, ou seja, mais de 81% dos estabelecimentos existentes foram criados só nesse período.

Para Fernandes (1975) esse aumento quantitativo não significou, de forma nenhuma, a resolução dos problemas inerentes ao ensino superior, pois a população quereria um tipo de ensino que fosse adequado para atender às exigências intelectuais, sociais e culturais.

O crescimento quantitativo provocou consequências negativas pois revelou apenas sua incapacidade de mudar seu velho padrão e não de crescer, diferenciar-se e adaptar-se à nova situação do país. O seu teor arcaico e os seus ensinamentos ultrapassados chocavam-se com as exigências da situação histórico-social.

Além disso, Cunha (2007) descreve uma situação de subemprego e desemprego devido ao grande aumento do número de diplomados, numa situação onde o mercado de trabalho não acompanhava o crescimento correspondente, gerando uma desvalorização simbólica do diploma.

Em 1964, o golpe de Estado que veio a implantar o regime autoritário no Brasil, derrubou, embora não tão rapidamente, a política educacional autoritária construída desde 1931. A institucionalização do novo regime iniciou a efetivação de uma nova política educacional para o país que teve como aspectos principais a reforma universitária de 1968 e a lei de diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus, de 1971.

O movimento de modernização do ensino superior iniciado na década de 1940 com a criação do ITA, passando pelo surgimento da Universidade de Brasília daria o ensejo a uma ampla reforma universitária.

Para Cunha (2007), o governo que assumiu depois do golpe militar de 1964 foi, seguramente, decisivo para a manutenção dos rumos do processo da reforma universitária. Foi criada nesse sentido, algumas medidas direcionadas para o início do processo dessa mudança, destacando-se o decreto-lei 53, de 1966, que traçava alguns princípios e normas de organização para as universidades federais trazendo, como novidade, a fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras com a implantação de uma nova unidade voltada para a formação de professores para o ensino médio e de especialistas em Educação, sendo criada a Faculdade de Educação. No ano seguinte, outro decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, foi instituído com o objetivo de ampliar e detalhar as determinações do decreto-lei 53.

Ainda, conforme o autor, de todas as mudanças estruturais apresentadas nos dois decretos-lei, a de mais grave consequência, sem dúvida, foi a divisão do legado das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Para muitos, esse desmembramento atendia à necessidade do governo militar em frear o avanço do movimento estudantil contra a ditadura, já que os estudantes dessa faculdade se destacavam pela sua participação política.

Cunha (2007) ressalta que, após quase cinco anos do golpe militar de 1964, não se criou, principalmente para o ensino superior, documento legal que definisse uma nova política para esse grau. Foi só no final de 1968 que algo nesse sentido surgiu, através da promulgação da Lei nº 5.540 chamada Lei da Reforma Universitária, já prevista na Constituição de 1967. A insatisfação generalizada com relação à situação do ensino superior levou o governo a ouvir sugestões daqueles que defendiam a urgência da reformulação profunda desse grau de ensino.

O autor descreve que as principais discussões eram sobre a má qualidade do ensino, a falta de vagas, a insuficiente e tardia liberação das verbas pelo governo e a repressão dos militares ao movimento estudantil.

Uma vez mais, após alguns anos com tantas críticas, contestação, debates, pareceres, resoluções e indicações, a Lei da Reforma Universitária foi finalmente criada, em novembro de 1968, com novas diretrizes que definiram as bases do ensino superior apontando caminhos para a sua modernização que passou pelos decretos-leis específicos para as universidades federais até a criação da Lei nº 5.540/68, abrangendo todo o ensino superior do país.

A reforma universitária foi desencadeada no governo Castelo Branco através do Decreto nº 53 de 1966 e Decreto nº 252 de 1967, com o objetivo de instituir uma nova organização no ensino superior, com a expansão de novas instituições, maior autonomia didática, administrativa e financeira e uma nova forma de avaliação de professores alunos e funcionários.

Cunha (2007) relata que a modernização do ensino superior brasileiro embora tivesse se iniciado na segunda metade dos anos 1940, ganhou força nos anos 1950 e se intensificou nos anos de 1960. Observa-se, a partir daí, um intenso crescimento do setor privado, processo iniciado pela própria política educacional, que ao mesmo tempo, desacelerou o crescimento das universidades públicas.

Através do incentivo financeiro somado à contenção do aumento dos estabelecimentos do setor público abriram grandes possibilidades para que o setor privado atendesse a demanda cada vez mais frequente de interessados pelo ensino superior. Conforme o autor, a expansão fragmentada do ensino público tornou o setor privado promissor, proporcionando a abertura e a expansão de diferentes cursos de ensino superior.

Cunha & Góes (1988) descrevem que houve o aumento da procura pelo ensino superior nos anos 60 principalmente no ensino privado, já que o governo freava o crescimento das universidades públicas, pois facilitava sua desobrigação para com a manutenção do ensino público. Ainda, de acordo com os autores, o Conselho Federal de Educação contribuiu com esse crescimento uma vez que “facilitou” a concessão de autorização para funcionamento e credenciamento das instituições particulares que se multiplicavam a cada dia.

Para Fernandes (1975) a finalidade da reforma não era de resolver a crise no ensino superior, mas simplesmente garantir o controle da situação através de um comportamento político conservador. Para o autor, o avanço obtido foi insuficiente, e não satisfizeram as aspirações de professores, cientistas, técnicos, educadores e leigos

que pretendiam ter uma universidade à altura das exigências educacionais de uma civilização baseada na ciência e na tecnologia científica.

Com o término do governo militar, teve início um novo período então chamado de Nova República, ainda que pela eleição indireta, onde foi eleito Tancredo Neves. Com sua morte trágica, seu vice, José Sarney assume o poder, tornando-se o primeiro presidente civil desde 1964.

Aranha (2006) relata que ainda era evidente a herança da ditadura militar no país, através da crise política e econômica, com inflação alta e uma grande dívida externa, sob o controle do Fundo Monetário Internacional - FMI. No entanto, apesar de todas as dificuldades na qual o país passava, foi promulgada em 1988 a nova Constituição do Brasil. Assim, com o final do regime militar, passados 20 anos de ditadura no Brasil (1964-1984) e com o processo de redemocratização do país, foi promulgada em 5 de outubro de 1988 a nova Constituição.

Já na década de 1990, em decorrência do crescente desenvolvimento tecnológico e de uma nova ordem globalizada, ocorre com rapidez novas ideias com relação à educação, que passa a ter importância para atender o novo modelo de desenvolvimento econômico.

Conforme Chaves et al (2008), a partir desse período, as reformas do Estado tiveram como fundamento a doutrina neoliberal. De acordo com essa concepção, os ajustes estruturais se concentram na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução das responsabilidades do Estado.

Dessa forma, as conquistas sociais, como o direito à educação, devem ser regidas pelas leis do mercado, ou seja, o Governo deve liberar esse serviço para a exploração do mercado capitalista, voltando suas ações com o objetivo da reprodução do capital. De acordo com Brzezinski (2008), o ideário neoliberal e as relações econômicas reguladas pelo mercado consolidaram o Estado mínimo no país.

Sendo assim, na conjuntura da globalização e do neoliberalismo, a educação é vista como uma forma eficiente de enfrentar as novas mudanças políticas, econômicas e sociais. Nesse sentido, a formação na educação passa a ser prioridade nas políticas educacionais e a partir daí a Constituição estabelece parâmetros para a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases.

Diante desse contexto, após 8 anos de intensos debates, passando pelo governo de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), a nova Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional - LDBEN foi finalmente aprovada, em 20 de dezembro de 1996, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), sob o nº 9.394/96, denominada oficialmente como Lei Darcy Ribeiro³⁴.

De acordo com Catani & Oliveira (2007), já no seu primeiro mandato (1995-1998) o governo de Fernando Henrique Cardoso deu início a essa ampla reforma com a finalidade de alterar a situação da educação no país, especialmente, na educação superior, promovendo, a seguir, a aprovação de um conjunto de mudanças capazes de alterar as diretrizes e bases que vinha sendo adotado desde a reforma universitária de 1968.

Mas como toda nova mudança, a reforma da lei ficou sujeita a grandes discussões devido às divergências dos grupos envolvidos na questão da educação no país criando um embate de forças e gerando novas expectativas, esperanças e desafios para todos os envolvidos no processo.

Carneiro (2011) lembra que cada vez que aparece uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, surge, consequentemente, um ambiente de pouca tranquilidade por parte dos envolvidos com a educação e também por toda a sociedade que muitas vezes questiona a real funcionalidade da nova lei. Para o autor, essas indagações surgem sempre diante do desconforto que toda mudança profunda traz, no entanto, com o passar do tempo, as resistências vão diminuindo e, ao mesmo tempo, vão se ampliando os espaços de adesão.

De acordo com Saviani (2011), depois de promulgada a Lei os educadores de uma forma geral, compreendidos entre todos os professores das escolas do país, são obrigados a adequar as suas atividades às determinações das normas estabelecidas por ela.

No entanto, Severino (2008) descreve a importância do processo de construção da nova LDBEN e afirma que, no contexto da globalização, a gestão político-administrativa do governo investe na reinserção do país na ordem mundial desenhada pelo modelo neoliberal.

Dentre as diversas alterações apresentadas na lei, pode-se destacar a continuidade do processo expansionista do ensino superior privado ampliando e instituindo um sistema diversificado e diferenciado através de novos mecanismos de

³⁴ Darcy Ribeiro foi um importante educador e político brasileiro sendo um dos principais formuladores da Lei.

acesso, da organização acadêmica e de cursos oferecidos. Além disso, acabou com os currículos mínimos e flexibilizou os currículos do ensino superior.

Cury (2008) alerta para as novas orientações da LDBEN e enfatiza a extinção dos currículos mínimos em favor dos conteúdos curriculares mínimos, previsto pelas diretrizes e parâmetros curriculares.

A LDBEN permitiu um novo redirecionamento do processo de educação do país, que para Pino (2008) teve principalmente a finalidade de promover transformações, reformas e inovação nas relações estruturais dos sistemas educativos.

Esta Lei, aprovada em 1996, que revogou a primeira LDB (lei nº 4.024/61), bem como a Lei nº 5.540/68, instituiu a reforma universitária implementando alterações significantes no ensino superior brasileiro que, conforme Cury (1998), fixa as diretrizes e bases da educação, de acordo com a determinação da Constituição Federal no artigo 22, XIV. Para o autor, esta lei abre um campo significativo para iniciativas mais autônomas, destacando-se a flexibilidade.

De acordo com Camargo & Maués (2008), a flexibilização do currículo se deve em função das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e adaptando os cursos e a formação dos alunos à lógica mercantilista. Para Goodson (2010) há a necessidade de se obter um currículo não como algo fixo, mas como um artefato social e histórico, sujeito a mudanças e flutuações.

Conforme Bittar et al (2008), a aprovação da LDBEN se tornou um marco histórico significante na educação brasileira a partir do momento em que esta lei reestruturou o ensino, reformulando os diferentes níveis e modalidades da educação.

Após a institucionalização da LDBEN, em 03 de dezembro de 1997, é aprovado o Parecer nº 776/97 que trata das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação com o objetivo de fazer com que os cursos elaborassem suas diretrizes seguindo uma orientação desse documento, ressaltando as questões de flexibilidade do currículo, adaptações ao mercado, definições de competências e habilidades dos egressos dos cursos, dentre outras.

As instituições de ensino superior continuaram com um crescimento elevado, principalmente no setor privado. Ristoff (2008) aponta o contínuo crescimento das instituições privadas que, em 2004, chegou a atingir uma representatividade de 90% do total das instituições de ensino superior no país e afirma, ainda, que "a expansão da educação superior se deu predominantemente por meio da iniciativa privada".

Neste caso, destaca-se o Decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997, por meio do qual o governo normatizou as atribuições das instituições de ensino superiores privadas admitindo de forma definitiva essas instituições, sendo fundamental para a grande expansão do empresariado do ensino superior brasileiro. Dessa forma, o crescimento do setor privado se tornou cada vez maior com a criação de diversas instituições de ensino superior.

Para Cunha (2007) esse crescimento foi favorecido pelos incentivos financeiros do governo, pela legislação favorável e pelo surgimento lento das instituições públicas que não davam conta de atender a demanda cada vez maior dos estudantes de todo o país.

Conforme Chaves et al (2008), o conjunto de medidas adotadas pelo governo fortaleceu e deu continuidade à política de expansão do ensino superior, especialmente, para o setor privado. A predominância do setor privado é uma característica no quadro desse grau de ensino.

Oliveira et al (2008) e Mancebo (2008) corroboram com estes dados, no entanto, esta última adverte para a qualidade desse ensino que mesmo parecendo um negócio rentável, sua expansão deve ser controlada, pois parece consolidar ainda mais o processo de mercantilização do ensino superior que é favorecido pelo setor privado levando as instituições a adquirirem um perfil mais empresarial.

Para Catani & Oliveira (2007) a nova Lei gerou uma completa reestruturação, sobretudo da educação superior no país, em um processo que limitou a atuação do poder público e aumentou a atuação do setor privado, mudando significativamente a identidade das instituições de ensino superior, pois tornou a educação um bem ou "produto", que os "clientes" adquirem no mercado universitário.

Estes dados e afirmativas evidenciam o ocorrido com os cursos de turismo em Belo Horizonte. Na década de 1990, existiam apenas 2 cursos de turismo na capital. Já na década de 2000, esse número aumentou para 13, ou seja, em menos de 10 anos houve a criação de mais 11 cursos de turismo em Belo Horizonte. Ressalta-se que apenas um curso foi criado em instituição pública.

Já em nível nacional, como cita Matias (2002), verifica-se que ocorreu um crescimento desenfreado de cursos de Turismo no Brasil, sendo que, em 1999, o número de cursos em funcionamento no país chegava acerca de 200. No ano de 2002, segundo o Censo da Educação Superior 2004, o número de cursos de turismo chegou a 429, o que mostra um salto de 775,5% no período de 1999 a 2002.

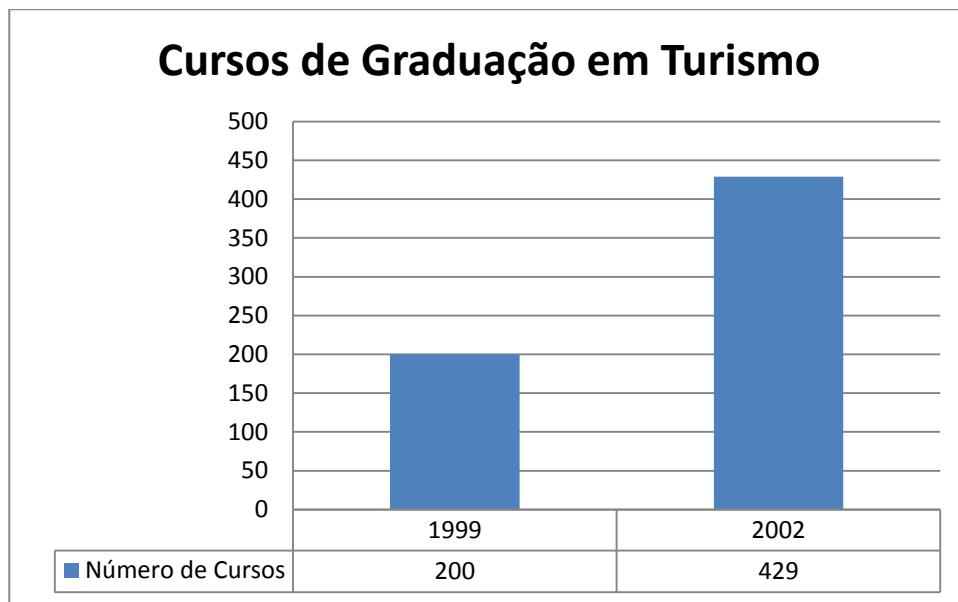


Gráfico 4: Evolução dos cursos de turismo no Brasil: 1999-2002

Fonte: Matias (2002)

Nesse sentido, os números também comprovam o crescimento do setor privado na educação em turismo e demonstram de certa forma, o “negócio rentável” que era para os empresários da educação criar o curso de turismo, já que a atividade turística estava em franca evidência, principalmente a partir do momento em que é criado o Ministério do Turismo, em 2003, fazendo com que o turismo se tornasse um assunto de grande importância para as políticas públicas do país.

Ainda na década de 2000, a partir do governo Lula, novos debates foram realizados sobre os papéis assumidos pelas instituições de ensino superior e, dando continuidade ao processo de reformas assumidas anteriormente, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva propõe uma nova Reforma Universitária que, de acordo com Bittar et al (2008), apresenta maior ênfase no discurso da inclusão e da democratização de acesso.

Sendo assim, em 2004, conforme Belloni (2008) foi estabelecida uma comissão para discutir e formular uma proposta de reforma na educação superior, formada por representantes de diversos setores sociais, econômicos e científicos, transformando-se em Projeto de Lei nº 7.200/06 que foi encaminhado ao Congresso Nacional.

Para o governo [...] há uma urgência nacional de uma reforma da educação superior que, respeitando a legitimidade, a diversidade e a identidade das instituições públicas e privadas, aponte para sua necessária reestruturação [...] (MEC, 2005).

A reforma da educação superior tem o objetivo de estabelecer nova regulamentação para a educação superior brasileira pretendendo aprofundar o quadro de flexibilização, destacando-se o ensino a distância criando de forma rápida e pragmática a expansão do ensino superior.

De acordo Chaves et al (2008), o PL 7.200/2006 tramita no Congresso Nacional, em regime de prioridade, já recebeu 368 emendas parlamentares e foi apensado ao PL 4.212/04 do Deputado Átila Lira que por ser o mais antigo, tornou-se o projeto principal que será avaliado em conjunto com dois outros projetos.

No entanto, a reforma proposta para a educação superior não está sendo muito apreciada, pois prevê resoluções que não vão contribuir efetivamente para a real necessidade de mudança do cenário desse grau de ensino, além de trazer poucas inovações. Mas o fato que instiga a preocupação é referente aos recursos públicos.

Pela nova Lei, os recursos distribuídos para as instituições federais teria uma redução de 75% dos 18% dos recursos de impostos vinculados da União por um período de 10 anos. Além disso a proposta é manter a desvinculação dos recursos da União (DRU) no cálculo orçamentário.

Ainda, conforme Santos (1996), ao mesmo tempo em que o governo pretende reduzir os recursos para a manutenção e o desenvolvimento das instituições, estimula a captação de outros recursos no mercado capitalista fazendo com que a universidade pública fique vinculada aos interesses empresariais.

Fica, então, evidente a intenção de privatização das instituições públicas, na medida em que por meio da utilização de diversos mecanismos objetiva captar recursos no mercado, destacando-se: pagamento de taxas de mensalidade para os cursos de pós-graduação *lato sensu*; a criação de fundações de direito privado; assinatura de contratos e convênios de prestação de serviços com as empresas privadas para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão; dentre outros. Sendo assim, o ensino público deverá ser transformado numa atraente mercadoria que será negociada no mercado capitalista de serviços.

Diante desse cenário de discussões e incertezas, principalmente com relação ao ensino superior público, fica claro que as instituições de ensino superior continuam crescendo. Catani & Gutierrez (1998) observam que a grande expansão do ensino superior, iniciou-se nos anos 70 e teve uma relativa estagnação nos anos 80 e, a partir dos anos 90 retomou o crescimento não só do setor público como, especialmente, do setor privado.

2.2 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Turismo

Após passar por um processo de reconfiguração, em todas as modalidades e níveis, o ensino no Brasil têm promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, que dentre outras atribuições, define a necessidade de criação das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação objetivando, principalmente, a eliminação dos chamados currículos mínimos, tornando, assim, os currículos de graduação mais flexíveis.

Dessa forma, passa a conferir autonomia às Instituições de Ensino Superior na definição dos currículos de seus cursos, sendo uma de suas prerrogativas a definição quanto às competências e às habilidades que os cursos desejam desenvolver nos alunos, por meio da organização de um projeto pedagógico adequado às demandas da sociedade.

Para Dencker (2002), a LDB/1996 traz princípios liberais e procedimentos mais flexíveis que irão permitir a implantação de um modelo de ensino superior adequado às novas estruturas e às necessidades da sociedade, sintonizado com as várias demandas do mundo globalizado.

O processo de construção e sistematização das Diretrizes Curriculares, previstos na LDB, iniciou-se no final de 1997. Conforme Catani et al (2001), a reforma curricular dos cursos de graduação só teve início em 1997, quando a Secretaria de Educação Superior, através do Edital nº 4, de 04 de dezembro de 1997, solicitou que as Instituições de Ensino Superior emitissem propostas para a elaboração das Diretrizes Curriculares que serviriam de base para o trabalho das comissões de Especialistas de Ensino de cada área.

Ao mesmo tempo, o Conselho Nacional de Educação – CNE aprova, em 03 de dezembro de 1997, o Parecer nº 776/97 que trata da orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Neste documento o CNE adquire uma disposição favorável à eliminação dos currículos mínimos que produzem excessiva rigidez, propondo uma maior flexibilidade na organização dos cursos e carreiras profissionais.

Cunha (2003) reconhece a continuidade do caráter essencialmente profissional dos cursos de graduação, porém, de forma mais flexível. Para o autor, através das diretrizes curriculares, será possível que cada Instituição de Ensino Superior possa adequar os respectivos currículos às condições dos alunos e do mercado de trabalho.

A partir das diretrizes curriculares foi possível, então, definir a carga horária mínima em horas permitindo, dessa forma, a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e o empenho do aluno. Assim, cada instituição deverá estabelecer a carga horária dos seus cursos com base na carga horária referencial das diretrizes, evitando carga horária prolongada ou excessivamente reduzida.

Após longos debates e discussões entre representantes das instituições de ensino superior, comissões de especialistas, consultores, dentre outros, foi aprovada e homologada as Diretrizes Curriculares Nacionais, pelo Conselho Nacional de Educação, através do parecer CNE/CES nº 583/2001.

Através dessa breve descrição sobre a LDB e a elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de graduação, será realizada uma análise específica das propostas elaboradas para atender aos cursos de turismo.

O ensino superior em turismo no Brasil foi instituído pelo Ministério da Educação – MEC com a publicação do Parecer CFE nº 35/71, que criou o curso superior de Turismo. Este parecer deu base para a Resolução s/nº, de 28 de janeiro de 1971, que fixou o currículo mínimo e a duração do curso.

Conforme Matias (2005), devido ao crescimento da atividade turística no país, tornou-se necessária a criação de cursos de turismo em nível superior que formassem mão de obra especializada, e a definição do currículo mínimo que fosse capaz de suprir as necessidades do mercado.

Dessa forma, já ficava evidenciada que a formação do turismólogo visa atender às demandas do setor, afirmativa destacada por Barreto et al (2004) quando descrevem que a concepção de uma formação de competências e habilidades responde, exclusivamente, aos interesses do mercado turístico.

Cabe lembrar que a formação para o mercado de trabalho refere-se, de uma maneira geral, à educação superior. Para Franco & Longhi (2011), o aumento da oferta do ensino superior fez com que a realidade da educação superior no Brasil se tornasse preocupante, principalmente pela presença de uma ênfase mercadológica marcante.

De acordo com Mancebo (1998), fazendo uma análise mais ampla dos discursos e práticas que preconizam uma educação para a democracia e cidadania, é nítido verificar essa contradição através da observação de um propósito de transformar a educação numa agência racionalmente orientada para o mercado de trabalho. Já Camargo & Maués (2008), descrevem que a formação na educação superior é

evidenciada visando qualificar as pessoas para enfrentar um mundo globalizado, mais competitivo, voltado para o mercado de trabalho.

Assim sendo, para atender a legislação, Matias (2002) relata que o primeiro currículo para os cursos de turismo foi elaborado pelo professor Domingo Hernandez Peña, depois realizar um levantamento nas escolas europeias a adaptá-lo à realidade brasileira.

Dez anos após a criação do primeiro curso de turismo e algumas discussões para a reestruturação do currículo, em 1981, foi criada uma Comissão de Currículos e Programas, composta por bacharéis em Turismo, com o objetivo de propor a elaboração de um novo currículo mínimo com habilitações que substituisse o estabelecido pelo Parecer 35/71.

Poucas alterações foram sugeridas e, em 1995, uma nova proposta de currículo mínimo foi formulada. Na época, conforme Matias (2002) a Associação Brasileira dos Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria – ABDETH promoveu juntamente com a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo - ABBTUR³⁵, algumas discussões com a finalidade de atualizarem o currículo mínimo do curso de turismo.

O resultado, a partir daquele momento, foi o Seminário Nacional de Reformulação Curricular dos Cursos de Turismo e Hotelaria que aconteceu no segundo semestre de 1996, em São Paulo. As conclusões do seminário resultaram na proposta de um novo currículo do Curso de Turismo que foi apresentada à Secretaria de Educação Superior e do Desporto – SeSu-MEC.

A partir daí foi promulgada a Resolução nº 13/2006, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, revogando-se a Resolução s/nº, de 28 de janeiro de 1971, e dando subsídios às instituições de ensino na elaboração das propostas dos cursos.

Assim, de acordo com as diretrizes, os cursos de turismo devem ter como objetivo formar um profissional capacitado e apto a:

atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada constituída de conhecimentos

³⁵ A ABBTUR Nacional foi criada em 1987 sendo uma entidade civil sem fins lucrativos. Atualmente denomina-se: Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo.

específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico.

Ou seja, por suas próprias características, a atividade profissional do bacharel em turismo exige uma formação ao mesmo tempo generalista, como uma ampla visão de mundo e de conhecimento de áreas afins, e particularizada, no sentido de conhecimentos específicos – especialmente com conhecimentos profissionais de interesse e de liberdade de escolha das Instituições de Ensino Superior a serem oferecidas como opção aos alunos na sua formação, nas áreas de agenciamento, eventos, hotelaria, lazer, transportes, alimentos e bebidas, planejamento, entre outras.

Observa-se o que Trigo (2000 p. 248) discorre sobre o assunto:

Quando se discute a qualidade dos cursos de turismo e hotelaria, é preciso levar em conta que a formação profissional nessas áreas é relativamente recente em todo o mundo e que a educação para esses setores exige uma tríplice vertente de conhecimentos: cultura geral, representada pela formação humanística; habilidades de gestão; e conhecimento técnico específico.

Conforme Petrocchi (2001) é imprescindível a um turismólogo o conhecimento e, principalmente, a aplicação da visão sistêmica na sua atividade, visto que o turismo representa um complexo sistema, de onde derivam vários outros subsistemas, como: agências de viagens, hotéis, transportadoras, empresas privadas, instituições públicas, entre outros.

Então, para atingir os objetivos propostos, as diretrizes curriculares enumeram uma série de competências e habilidades que o curso de turismo deve possibilitar ao profissional, que serão apresentadas posteriormente no item 2.3 Perfil do Profissional em Turismo.

Para a formação do turismólogo, conforme preconizam as diretrizes, a carga horária dos cursos de graduação será estabelecida por resolução específica da Câmara de Educação Superior. Sendo assim, de acordo com a Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, são necessárias, no mínimo, 2400 horas, aproveitadas através de disciplinas advindas dos conteúdos básicos, sendo estudos relacionados aos aspectos sociológicos, históricos, geográficos, dentre outros; dos conteúdos específicos, sendo estudos sobre o turismo, economia, direito, administração e outros, além de pelo menos um idioma e

dos conteúdos teórico-práticos compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e estágio.

Fica a critério de cada instituição de ensino a definição da carga horária máxima, levando-se em conta a integralização do conteúdo através das diferentes possibilidades de formação.

Para Fayos-Solá (1997 p. 66):

[...] o desenho curricular e o conteúdo dos programas pedagógicos devem responder crescentemente às necessidades e expectativas da demanda, ou seja, dos empregadores e profissionais em turismo (qualidade) e fazê-lo otimizando o uso dos recursos nos processos (eficiência).

Por fim, a recomendação de flexibilização curricular, determinada pelos documentos que constituem as políticas públicas para o ensino superior no país, procede do entendimento das constantes mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho e, consequentemente, no perfil dos profissionais, originando a necessidade de ajustes curriculares em diferentes cursos de formação profissional, como também no curso de turismo.

2.3 Perfil do Profissional em Turismo

"Turismólogo: profissional do futuro". Esta afirmativa foi um grande jargão, principalmente a partir da década de 1990, quando os cursos de turismo começaram a se despontar como cursos inovadores, diferenciados, capazes de proporcionar aos alunos experiências novas em uma área praticamente desconhecida até então - o turismo.

Foi a partir dos anos 90, com a abertura dos mercados internacionais e a evolução da tecnologia e dos meios de comunicação que o turismo começou a se destacar, proporcionando aos brasileiros novos conhecimentos e novas oportunidades, como a possibilidade de conhecimento de outras culturas e lugares. Dessa forma, o turismo passa a ser visto como uma força ativa no processo da globalização e, também, passa a ser compreendido como uma área estratégica na formação de uma nova sociedade.

Sendo assim, o desenvolvimento da atividade turística e o comportamento dos consumidores que se tornaram cada vez mais exigentes com relação a prestação de

serviços fizeram com que a mão de obra especializada no setor de turismo fosse um fator de qualidade fundamental, por isso, o turismólogo se tornou um componente importante na oferta dos serviços turísticos.

Matias (2002) descreve que após 1992, com a retomada do desenvolvimento da atividade turística e do reconhecimento da sua importância econômica e social como geradora de renda para o país, as instituições de ensino superior começaram a se interessar novamente pela implantação do curso de turismo, buscando atender às demandas do setor.

Neto & Maciel (2002) observam que o mercado começa a exigir a formação de profissionais na área de turismo. Estes profissionais devem desenvolver capacidades cognitivas para vivenciar momentos de incertezas e que possam tomar decisões seguras e, também, serem criativos e dinâmicos, pois precisam atender à significativa e constante mudança do mercado turístico.

Para Avena (2003), o turismólogo precisa de uma constante atualização em função da velocidade das mudanças no mundo atual, desenvolvendo competências e habilidades que lhe permitam um bom desenvolvimento profissional e um posicionamento favorável no mercado de trabalho.

Sabe-se que na atualidade, sem dúvida, todo profissional deve estar atento às constantes mudanças do mundo globalizado e estar altamente preparado para isso. Porém, no setor de turismo, quem então é este profissional que deve atender às demandas do mercado?

O turismólogo, de acordo com a ABBTUR, é:

um profissional de nível superior egresso dos cursos superiores de turismo e/ou turismo e hotelaria que disseminam ideias, planejam atividades e as gerenciam, através de sua capacidade de análise crítica e reflexiva agindo com responsabilidade técnica para garantir o desenvolvimento sustentável da atividade nos seus diferentes segmentos, fomentando a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Porém, como colocado anteriormente, a profissão não é regulamentada, ou seja, não é definida por uma Lei e não tem uma regulamentação própria com direitos e garantias, tais como piso salarial, jornada de trabalho, adicionais, etc. Em uma profissão regulamentada existe uma legislação que determina quais as obrigações a exercer, e também sobre os direitos e deveres que possui em determinado exercício profissional.

Portanto, é uma profissão reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, podendo ser verificada na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, já que possui o cadastro das suas diferentes áreas de atuação. No caso específico do turismólogo, a profissão foi reconhecida através da Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012 e sancionada pela Presidenta da República Dilma Rousseff.

Nesse sentido, a CBO tem o objetivo de identificar as ocupações no mercado de trabalho, definindo as atividades e funções para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares, ou seja, os efeitos da uniformização esperada pela CBO são de ordem meramente administrativa e não se estende às relações de trabalho.

Já a regulamentação de uma determinada profissão, diferentemente da CBO, é realizada por meio de lei, cuja iniciativa pode ser dos deputados federais e dos senadores, bem como do Presidente da República. A apreciação é feita pelo Congresso Nacional, e posterior sanção, pelo Presidente da República.

A regulamentação da profissão do turismólogo já é uma discussão que dura há anos, sem consenso dos próprios profissionais, e que jamais aconteça, pois de acordo com Trigo (2000), é muito difícil regulamentar a profissão na área de turismo e hotelaria devido às múltiplas possibilidades de atuação profissional, ou seja, se a atividade turística é interdisciplinar, a formação do profissional na área é também. Ainda, Netto & Trigo (2009) afirmam que a regulamentação do turismólogo é uma luta ultrapassada.

No entanto, importa no momento, conhecer o perfil do profissional em turismo, através da sua formação acadêmica. De acordo com as diretrizes curriculares para o curso de turismo, o egresso deverá obter algumas competências e habilidades inerentes à sua atuação na atividade turística. Sendo elas:

- I - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;

- VI - adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- VIII - intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX - classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;
- XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos de mais segmentos populacionais;
- XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejam a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- XVI - integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;

XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Além disso, deve ter domínio de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana.

É interessante observar que pela própria diretriz curricular para o curso de turismo, as competências e habilidades do futuro profissional devem ser bastante diversificadas e, ao mesmo tempo, específicas. Mas será que todo esse conhecimento pode ser mesmo adquirido num único curso?

Barreto et al (2004) questiona tanta flexibilidade e polivalência na formação do turismólogo por ser um "superprofissional" que tanto pode ser um garçom como um secretário de Estado. Ainda as autoras advertem para a impossibilidade de um profissional poder pesquisar, profundamente, os impactos sociais, ambientais, culturais, os impactos micro e macroeconômicos, as motivações e comportamento dos turistas e, ainda, planejar, executar e gerenciar todos os equipamentos e infraestrutura da atividade turística.

A própria Organização Mundial de Turismo - OMT (1995) também tem atestado que o turismo proporciona uma grande diversidade e heterogeneidade de atividades que dificultam o tratamento conjunto e que isso também repercutem no aspecto formativo. E, ainda:

[...]os planos de estudo são inadequados para as exigências do setor [...] esta inadequação dos planos gera certo desânimo entre os estudantes, porque consideram que, ao final dos estudos, não estão preparados para ocupar um posto de trabalho para o qual teoricamente foram preparados. Gera-se, portanto, um gap entre as expectativas do aluno que finaliza a carreira e a realidade da indústria que ela encontra.

Diante do contexto, Barreto et al (2004) observam que as diretrizes curriculares para o curso de turismo recomendaram uma série de competências e habilidades tão amplas e ambiciosas que acabaram por gerar um conflito com as reais possibilidades e necessidades de formação.

Ainda, as autoras consideram que os conteúdos básicos são tão diferentes quanto o perfil polivalente almejado e incompatível com uma apropriada profissionalização em

qualquer setor. Para elas, unem-se conteúdos necessários à execução de atividades empresariais e outros necessários à pesquisa e ao planejamento.

Para Silva (2006), existe um entendimento consensual de que o “gargalo” da profissão do turismólogo está diretamente ligado à sua formação no que tange à diversidade do seu perfil profissional através dos conhecimentos distintos que ele deve adquirir para atuar no mercado turístico também bastante diversificado. Ainda, conforme a autora, há uma certa discrepância entre a bagagem de competências e habilidades e a demanda do mercado de trabalho, ou seja, os cursos de turismo não estão sintonizados quanto ao perfil do turismólogo exigido pelo mercado turístico.

Estes aspectos ficam bem evidenciados quando da análise dos currículos observados no capítulo III, intitulado: Percurso histórico dos cursos de turismo em Belo Horizonte. Percebe-se a falta de coerência na formação, com currículos bastante diversificados, através de disciplinas que vão de gestão de empresas turísticas ao planejamento turístico, passando por outros aspectos, também específicos, como agências de viagens, transportes e eventos.

Por fim, nesta apresentação sobre "Perfil do Profissional em Turismo", pretendeu-se conhecer a constituição do profissional, através do que preconiza as diretrizes curriculares para os cursos de turismo, sem a pretensão de discutir os problemas oriundos dessa formação. No entanto, tal fato merece atenção especial com indicação, *a posteriori*, para algumas reflexões.

Então, o futuro já chegou... Será que o turismólogo se tornou a "profissão do futuro"?

2.4 Mercado Turístico

O mercado de trabalho, atualmente, exige cada vez mais conhecimento e especialização, não podendo haver mais lugar para o amadorismo, considerado inaceitável, especialmente num mercado que se desenvolve plenamente, como o mercado turístico.

Dessa forma, o aumento da competitividade é desenvolvido através de profissionais bem preparados e qualificados que atuem adequadamente nesse mercado, pois, de acordo com Barreto et al (2004), apenas adquirir um diploma de graduação não é mais o essencial para sua atuação. É fundamental manter uma educação continuada,

com o foco voltado constantemente à qualificação para que o profissional possa estar bem preparado e desta forma responder às exigências das organizações.

Além disso, como citam Silva & Beraldo (2008), para que as instituições de ensino superior deem um retorno positivo e imediato às demandas do mercado, é preciso formar profissionais criativos, inovadores, dinâmicos, competitivos, preparados para ingressar no mundo do trabalho cada vez mais seletivo e exigente.

Sendo assim, da mesma maneira que a formação do turismólogo é bastante diversificada, o mercado de trabalho também é muito vasto. A capacidade do setor de turismo em absorver profissionais representa expressivo número de postos de trabalho, proporcionando um quadro abrangente do mercado nas atividades voltadas para o setor de turismo no Brasil.

O mercado de trabalho no setor turístico envolve diversas empresas e instituições com atividades de natureza variada. Dessa forma, julga-se necessário apresentar a diversidade dos campos de atuação do turismólogo para o entendimento da complexidade da sua formação.

De acordo com Ansarah (2002, p.42), o mercado de trabalho pode ser dividido em diversas áreas, entre elas:

- a) hospedagem: empresas relacionadas à acomodação em geral e com diversas categorias (hotelaria, motéis, *camping*, pousadas, albergues), cassinos, *shopping centers* e, atualmente, o direcionamento para atuação em hospitais;
- b) transportes: aéreos, rodoviários e aquaviários e demais modais de transportes;
- c) agenciamento: em agências de viagens, operadoras e representações (GSA e Consolidadores – Termos técnicos utilizados no mercado turístico).
- d) alimentação: restaurantes, *fast food*, cruzeiros marítimos, parques temáticos, eventos e similares;
- e) lazer: com atividades de animação/recreação – clubes, parques temáticos, eventos, empresas de entretenimento, agências, cruzeiros marítimos, hotéis, colônia de férias;
- f) eventos: empresas organizadoras para atuação em mini e megaeventos, e também feiras, congressos, exposições de caráter regional, nacional e internacional, ou similares;
- g) hospitalidade: atuação no núcleo turístico em atividades de caráter hospitalero;
- h) órgãos oficiais: atuação em planejamento e em programas estabelecidos por uma política de turismo, fomento, pesquisa e controle de atividades turísticas;
- i) consultoria: atuação em pesquisa e/ou planejamento turístico;
- j) *marketing* e vendas turísticas;

- k) magistério: cursos de graduação, pós-graduação, especialização, extensão, atualização e cursos livres;
- l) publicações: empresas e/ou instituições de ensino para atuação em editoração específica, escritor de textos para jornais e revistas especializadas;
- m) especialização em mercado segmentado: turismo ecológico, social, infanto-juvenil, para idosos, deficientes físicos, de negócios, segmentos étnicos ou culturais em geral;
- n) pesquisa: centros de informação e documentação;
- o) outros ramos de conhecimento humano: algumas áreas novas, quando tomadas em uma dimensão mais ampla, estão surgindo, tais como geração de banco de dados para o turismo, tradução e interpretação, dirigidas para o setor, instituições culturais, informática aplicada ao turismo, entre outras.

É interessante observar que, além da diversidade do mercado turístico, ele é considerado "altamente competitivo e em constante transformação", conforme descrito nas diretrizes curriculares dos cursos de turismo. Como afirma Trigo (2003, p.206):

Não importa onde o profissional vai trabalhar, ele sempre encontrará novas realidades em um mercado que se transforma rapidamente. As mudanças se referem especialmente às novas tecnologias e à importância crescente do setor terciário na economia.

Para Neto & Maciel (2002), o turismólogo tem capacidade para trabalhar em toda e qualquer organização turística, podendo ser pública ou privada, diferenciado pelo desenvolvimento das suas atividades de forma ética e responsável, proporcionando resultados benéficos tanto para o *trade* turístico³⁶ quanto para toda a sociedade.

Ainda, conforme Ruschmann (2002), os estudantes dos cursos superiores de turismo estão sendo preparados nas instituições para atuarem em qualquer uma das empresas ou organismos ligados ao turismo.

Mas será que, realmente, os turismólogos estão capacitados para desenvolverem tantas atividades em um mercado de trabalho tão diversificado e amplo como o mercado turístico?

De acordo com Cooper (2001), existem fortes argumentos sugerindo que alunos formados em instituições de ensino superior relacionadas ao turismo não serão capazes

³⁶ *Trade* turístico são organizações públicas ou privadas ligadas direta ou indiretamente a atividade turística.

de encontrar os empregos desejados e que o mercado simplesmente não absorverá os turismólogos.

O autor afirma, ainda, que muitos empresários do setor de turismo estão expressando sua preocupação em relação aos egressos dos cursos de turismo em encontrarem empregos convenientes no mercado turístico. Ainda que estes empresários estivessem querendo contratar os turismólogos, as oportunidades de emprego não estão disponíveis para profissionais deste nível.

Conforme Fonseca (2005), o que tem ocorrido é que o empresariado, muitas vezes, dá preferência a profissionais formados em outras áreas, ou outras vezes, alegam que não existe necessidade na contratação de mão de obra de nível superior, o que exige salários mais altos.

Existe, ainda, uma forte evidência de que o *trade* turístico desconhece a verdadeira formação do profissional e suas competências já que a maioria dos cursos de turismo não tem um contato direto com o mercado turístico para saber qual sua real necessidade.

Barreto et al (2004) confirmam que o problema da separação entre universidade, empresa e poder público parece ser comum até os dias atuais, ainda que passadas quatro décadas desde a criação dos primeiros cursos de turismo no Brasil e, ainda, que os três setores atuam de forma independente, sem dialogar entre si, trabalhando no que poderia se chamado de "universos paralelos". Para Matias (2005), o que tem ocorrido é uma desarticulação entre formação e mercado. Tal problema tem gerado a insuficiente inserção do turismólogo no mercado de trabalho e a falta de reconhecimento desse profissional.

Em pesquisa evidenciada anteriormente, por Machado (2006), nota-se que muitos profissionais que se formam em turismo não estão atuando na área ou permanecem desempregados, perfazendo um total de 63% dos entrevistados. As áreas demonstradas em que eles atuam são principalmente administrativas, comércio e órgãos públicos. A pesquisa revela, também, que muitos dos profissionais que trabalham no setor de turismo estão insatisfeitos por não terem o devido reconhecimento do mercado ou por baixos salários.

Fonseca (2005) corrobora com essa estatística assegurando que muitos dos atuais profissionais de turismo encontram-se, de uma maneira geral, trabalhando em outras áreas profissionais ou encontram-se desempregados e, ainda, que não há um bom aproveitamento dos turismólogos pelo mercado já que o profissional não é valorizado.

Conforme pesquisa realizada por Silva (2006) sobre as competências do turismólogo, é nítido observar a discrepância de opiniões dos representantes de três segmentos distintos do turismo. Um, enquanto empresário, diz que "[...] grande parte do mercado desconhece o que o turismólogo é capaz [...]; outro entrevistado, representante de um órgão público, relata que "[...] o mercado desconhece a necessidade do turismólogo." Já o terceiro entrevistado, que é turismólogo e representante da ABTUR, ao ser questionado se o mercado está assimilando bem o turismólogo , afirma que "não só está assimilando, como já tem consciência de que, para o seu desenvolvimento e crescimento, torna-se fundamental a figura do turismólogo".

Dessa forma, constata-se que o mercado turístico não conhece, de fato, as atribuições do turismólogo e sua importância para o desenvolvimento da atividade turística.

Ainda, de acordo com a pesquisa, foi questionada, para os alunos do curso de turismo, essa falta de reconhecimento do turismólogo no mercado de trabalho e sobre o desconhecimento desse profissional, encontrando-se as seguintes respostas: "[...] não conseguem entender a nossa profissão e por isso não nos respeitam"; "[...] acho que o mercado vê a profissão como uma coisa supérflua, que se pagar um administrador vai surtir o mesmo efeito. [...] o mercado não entende a necessidade de uma formação específica."; [...] por ser uma profissão recente, o mercado ainda não assimilou o quanto o turismólogo pode estar ajudando em um determinado campo de trabalho".

É evidente a variedade de áreas e postos de trabalho que um turismólogo pode atuar, porém, torna-se interessante observar qual a formação do profissional que ocupa um cargo no mercado turístico. Ou seja, quem são as pessoas que estão trabalhando no turismo e ocupando o mercado de trabalho, nos cargos dos meios de hospedagem, nas agências de viagens, nas instituições de ensino, nos órgãos públicos ligados ao turismo, dentre outros?

Não cabe, no momento, responder à estas perguntas, mesmo que bastante instigantes, pelo fato do mercado turístico não ser o objeto de estudo, no entanto, nota-se que nem sempre um turismólogo está assumindo esse papel.

Em nível de órgãos públicos de turismo, federais ou estaduais, sabe-se que existe um conchavo político para a ocupação desses cargos e que, em momento algum, supõe-se que seria ocupado por um turismólogo.

De acordo com Schluter (2001), as autoridades que governam a atividade turística no país são nomeadas por motivos políticos e o seu mandato está vinculado à

vontade da pessoa que as nomeou, esperando-se dessas pessoas uma resposta política e não técnica. Portanto, assinar um acordo político torna-se mais importante do que realizar um projeto.

No Ministério do Turismo, como exemplo, o ministro Gastão Vieira, é bacharel em Direito. Na EMBRATUR, o presidente é Flávio Dino de Castro e Costa, que também é advogado. Já o Secretário de Turismo do Estado de Minas Gerais, Agostinho Patrus Filho, é formado em Administração com pós-graduação em Gestão Empresarial e Logística.

Barreto et al (2004) afirmam que na maior parte dos órgãos públicos que se ocupam do turismo, nas esferas municipais, estaduais e federais, a função de planejamento do turismo não é exercida por pessoas originárias dos cursos de turismo, mas sim provenientes de quadros políticos sem conhecimento específico do tema turismo.

Nos cargos um pouco menos políticos, pode-se citar os de Coordenador do Curso de Turismo nas instituições de nível superior. Serão dados, como exemplo, os cursos analisados neste trabalho. Na Instituição I, a coordenadora era turismóloga; na Instituição II, o coordenador é publicitário; na Instituição III, a coordenadora é turismóloga; e na Instituição IV o coordenador é turismólogo.

Apesar de ser constatado que a maioria dos coordenadores dos cursos de turismo é um turismólogo, isso não quer dizer ser uma regra. Não é condição necessária ser um profissional da área para ocupar o cargo.

Para o cargo de professores públicos, verificou-se em editais recentes que para as disciplinas específicas do curso, como hotelaria ou agência de viagens há exigência de candidatos com formações diversas, podendo ser formado em turismo ou "áreas afins".

Em edital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, os cargos de nível superior a serem ocupados são para profissionais formados em administração, economia, ciências contábeis, ciências da computação, arquitetura, engenharia, entre outros, não se verificando a formação do turismólogo.

Pelas vagas oferecidas do Sistema Nacional de Emprego - SINE observa-se, por exemplo, vagas para agentes de viagem, com exigência de nível médio ou superior, podendo ser em turismo ou administração. Para recepcionista de hotel, encontra-se disponível vagas para nível médio completo com exigência apenas de dois idiomas.

Para a área gerencial, a única exigência observada é o candidato possuir o curso superior completo, sem especificação de formação.

Em uma pesquisa realizada por Santos & Guimarães (2005), sobre o Perfil do Setor de Agências de Viagens do Distrito Federal, constata-se que apenas 1,1% dos gestores são turismólogos e a grande maioria é formada em administração.

Por fim, o mercado turístico está em franca expansão, porém, absorvendo profissionais de todos os níveis e formações, considerando-se, especialmente, sua capacidade de trabalhar em um mundo globalizado de constantes mudanças e mais competitivo.

CAPÍTULO III – PERCURSO HISTÓRICO DOS CURSOS DE TURISMO EM BELO HORIZONTE

No Capítulo I foram concentrados os esforços para identificar a evolução da atividade turística no Brasil que demandou a formação de mão de obra para o setor com a criação dos cursos superiores de turismo, além de apresentar as políticas públicas em turismo, nas esferas federais e estaduais.

A partir daí, no segundo capítulo, buscou-se conhecer as políticas públicas nacionais para a educação e as específicas para os cursos de turismo, identificando qual o perfil do profissional e o mercado de trabalho do turismólogo.

Neste capítulo, o propósito será de analisar a trajetória histórica dos cursos de turismo em Belo Horizonte e perceber as alterações ocorridas nas suas estruturas pedagógicas para adequá-las à demanda do mercado turístico. Como objeto de estudo, serão analisados os seguintes aspectos dos cursos de turismo:

- **Curriculos**

O propósito de apresentar o currículo é evidenciar as diversas modificações na estrutura curricular dos cursos de turismo, observando as adequações que melhor acompanharam o dinamismo da atividade turística e as demandas do mercado.

De acordo com Taffarel (2001), as mudanças curriculares estão se adaptando à lógica mercantilista, com o objetivo de formar profissionais de acordo com as transformações constantes do mercado. Para Oliveira et al (2008) é necessária uma maior articulação dos currículos tendo em vista as demandas do mercado. Chauí (1999) também afirma que para se adaptar às exigências do mercado cada vez mais exigente, a universidade alterou seus currículos e atividades para garantir a inserção profissional dos alunos nesse mercado de trabalho.

Sendo assim, para atender a essas exigências que estão cada vez mais presentes nos cursos, Barreto et al (2004) destaca que uma das possibilidades discutidas pelas novas diretrizes é a flexibilização dos currículos, de modo a permitir que os alunos cursem as disciplinas que mais lhes interessam. Para Camargo & Maués (2008), a flexibilização do currículo acontece em função das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, adequando os cursos e a formação dos alunos à lógica mercantilista.

Porém, a flexibilização ainda não se torna suficiente para a oferta de um bom curso universitário, pois, conforme Barreto et al (2004) algumas experiências com disciplinas optativas ou eletivas têm encontrado determinados problemas administrativos, dentre os principais: a obrigatoriedade de um mínimo de alunos matriculados para preenchimento de vaga e a superposição de horários acarretando a indisponibilidade de períodos para cursas essas disciplinas, principalmente quando se trata de alunos trabalhadores. Dessa forma, a flexibilização dos cursos acaba sendo comprometida, podendo levar até a uma falta de compromisso ainda maior por parte das instituições de ensino.

No caso específico dos cursos de turismo essa realidade é, de fato, evidenciada através da análise dos currículos que serão apresentados. Primeiramente, é relevante observar as constantes alterações curriculares na tentativa de se adequar à legislação que preconiza disciplinas e atividades obrigatórias no desenvolvimento dos cursos, como também, se adaptar às constantes exigências e mudanças ocorridas no mercado turístico. Outro aspecto observado refere-se à oferta de disciplinas optativas e eletivas que se tornam uma forma de diversificar a formação do aluno a partir do seu interesse e disponibilidade.

- **Formação dos professores**

No início, os cursos de turismo não possuíam docentes especializados na área, a não serem raríssimos profissionais formados no exterior em alguma instituição de turismo. Sendo assim, a maioria das disciplinas específicas do curso era ministrada por professores sem nenhuma formação em turismo.

Serejo (2003) relata que os professores eram nomeados por serem grandes viajantes ou por possuírem um determinado título, mesmo que em áreas diferentes em que iriam atuar. Para o autor, ainda eram poucas as pessoas que se dedicavam ao turismo enquanto um campo de estudo acadêmico como também eram poucos os profissionais com titulação que atuavam no ensino superior em turismo.

Dessa forma, para Fonseca (2005), cabia a cada discente a tarefa de contextualizar, correlacionar ou até mesmo descobrir a aplicação e função de determinados conteúdos para com o turismo, ou algumas vezes, até desconsiderando esses aspectos de inter-relação.

Com o decorrer dos anos, houve um aumento significativo dos cursos de turismo, no entanto, ainda existia uma carência muito grande de profissionais da área capacitados a lecionar nos cursos. De acordo com Matias (2002), na década de 1990 a maioria dos cursos de turismo não dispunham de professores formados e/ou especializados na área, podendo, dessa forma, comprometer a formação do profissional.

No entanto, a partir desse período, muitos turismólogos começaram a se interessar pela carreira de magistério, porém, sem o devido preparo para tal atividade já que, em momento algum, constatam-se disciplinas no currículo do curso voltadas à docência.

Com isso, ocorreu um grande problema com a qualidade de ensino. De acordo com Frossard (2008), muitos turismólogos que nunca exerceram a profissão ou que estavam afastados da área viram o crescimento dos cursos como um "filão de mercado" e voltaram para o turismo, preenchendo as lacunas do quadro de docentes e, de certo modo, prejudicando e piorando ainda o aprendizado na área. Muitas vezes são profissionais que simplesmente se "aventuram" a entrar em salas de aula, sem um mínimo de preparo.

Mas, sem dúvida, existem aqueles profissionais que, mesmo não estando capacitados para a docência, são comprometidos com a qualidade do ensino e desenvolvem um primoroso trabalho.

Por fim, observa-se que, recentemente, a maioria das disciplinas específicas da área já são ministradas por turismólogos. Torna-se importante ressaltar que este fato não deve ser considerado apenas como corporativismo ou reserva de mercado. A necessidade desses profissionais torna-se necessária, especialmente, por questões legais junto ao MEC já que, no momento da autorização ou avaliação de um curso de turismo, estabelece uma recomendação no que se refere à adequação da disciplina e a formação do professor, significando uma coerência da função, onde disciplinas específicas do turismo sejam ministradas por turismólogos.

Conforme Barreto et al (2004), nos cursos de turismo de uma forma em geral, existem profissionais que provêm de outras ciências e campos profissionais distintos que podem contribuir com a interdisciplinaridade, mas também, acabam por não contemplar as exigências formais dos cursos.

Para Trigo (2000), a ausência de professores qualificados reflete diretamente na qualidade dos cursos de turismo oferecidos no país, pois muitos alunos estão tendo aulas com profissionais formados em diferentes áreas, exceto em turismo. Ainda de

acordo com o autor, esse discurso não deve ter uma conotação de atitude corporativista ou de reserva de mercado, pois a questão é que quando um curso de turismo não tem professores formados em turismo ou docentes com experiência na área, corre o risco de “enrolar os alunos e resvalar para a picaretagem”.

- **Relação candidato por vaga**

Os cursos superiores de turismo, ao longo da sua história, sempre foram cursos pouco concorridos, permitindo uma relação candidato por vaga inferior a maioria dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino. No entanto, em alguns momentos, essa relação foi um pouco mais significativa, podendo sugerir um modismo de se fazer um curso de turismo em uma determinada época ou uma maior divulgação na mídia pelos “benefícios” da profissão. O fato é a evidência de que essa relação vai diminuindo a cada ano. Sugere-se, por coerência, a falta de interesse dos candidatos pelo curso de turismo.

- **Número de alunos concluintes**

O que se observa, ao longo dos anos, é que muitos alunos que ingressam nos cursos de turismo não se formam. Essa relação fica bem evidente ao se analisar o número de vagas ofertadas pela instituição e o número de alunos concluintes. Sabe-se que nem sempre as vagas ofertadas são totalmente ocupadas, mas mesmo assim, verifica-se que existe uma defasagem significativa na quantidade de alunos que se formam.

Tal fato pode ser atribuído por diversos fatores, entretanto, sugerem-se como principais: problemas financeiros; entendimento, no decorrer do curso, de que não foi a opção de curso correta; falta de perspectiva profissional atribuída pela desvalorização do mesmo.

Para Matias (2005), uma lacuna que a educação superior em turismo precisa se ocupar em preencher é a diferença entre o número de ingressantes para o dos concluintes. O número de ingressantes chega a ser mais de 1.000% maior que o de concluintes.

- **Laboratórios de aprendizagem**

Conforme os projetos pedagógicos dos cursos de turismo, de uma forma geral, os laboratórios de aprendizagem tem o objetivo de desenvolver ações práticas relacionadas com as disciplinas através da interação entre alunos, professores, profissionais do mercado e comunidade local, proporcionando uma maior integração dos conhecimentos adquiridos em sala de aula com a prática profissional.

Ressalta-se que além dos laboratórios, torna-se fundamental o entendimento de que o ensino de turismo como um processo educativo, deve também estar atento ao estímulo de pesquisas e ao desenvolvimento de trabalhos de extensão, indicando que tais atividades são fundamentais para o aprendizado e qualificação do aluno.

No entanto, alguns cursos de turismo não colocam em prática essa necessidade, talvez pela falta de interesse dos gestores da instituição em investir nos laboratórios e livros para a biblioteca ou dos próprios professores que não se disponibilizam a realizar tais atividades. Conforme Barreto et al (2004), quanto menor for o custo do curso, quanto menos laboratórios precisar, maior será sua lucratividade da instituição.

É importante notar que as diretrizes curriculares não tornam essas questões como obrigatórias no projeto pedagógico do curso de turismo, apenas sugerem como “atividades enriquecedoras”.

Mesmo assim, percebe-se a importância das atividades práticas nos laboratórios de aprendizagem, o desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão, tornando-se um diferencial da instituição e, consequentemente, na formação do aluno para o mercado de trabalho. Para Barreto et al (2004), entende-se que a prática no laboratórios, a pesquisa contínua e a relação com a comunidade, através de projetos de extensão, são boas formas de intervenção para o ensino superior em turismo.

3.1 Os Cursos de Turismo em Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte é a capital de Minas Gerais. Segundo a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais – Setur, o Estado têm se destacado pelo seu desenvolvimento econômico, sendo considerado o segundo centro industrial do país, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo e, também, desenvolvendo-se como um dos maiores centros industriais da América Latina.

No que se refere à atividade turística, Belo Horizonte se sobressai principalmente pelo desenvolvimento do turismo de negócios, sediando eventos de grande importância nacional e internacional. De acordo com o *Convention & Visitors Bureau* de Belo Horizonte³⁷, a cidade é conhecida mundialmente pela sua hospitalidade e sua admirável gastronomia além de possuir uma expressiva infraestrutura turística, contando com espaços modernos e de boas dimensões físicas para os eventos, destacando-se o Expominas que é considerado um dos mais modernos centros de convenções do Brasil. A cidade ainda possui uma rede hoteleira satisfatória, excelentes restaurantes, aeroportos e uma vida noturna bastante atraente.

No entanto, a capital não atrai turistas somente a negócios. O turismo de lazer e cultural igualmente se destacam como uma outra forma de desenvolvimento da atividade turística. Belo Horizonte também ocupa uma localização privilegiada no estado, ficando próxima a diversas cidades históricas de grande interesse turístico como Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Tiradentes, Congonhas e Diamantina.

Diante disso, a cidade se tornou um local adequado para a criação de cursos de turismo com o objetivo de suprir a necessidade do mercado turístico em constante crescimento no Estado.

Conforme divulgado em pesquisa realizada por Machado (2006), através do cadastro das Instituições de Ensino Superior do Ministério da Educação, foi verificado que no Estado de Minas Gerais existiam 43 cursos de graduação em turismo e hotelaria, sendo que em Belo Horizonte havia 13 cursos em funcionamento, distribuídos nas seguintes Instituições de Ensino Superior: Centro Universitário Newton Paiva (Portaria MEC nº2.293 em 07/08/1974); Universidade Estácio de Sá de Belo Horizonte (Portaria MEC nº738 em 30/05/2000); Centro Universitário UNA (Portaria do Reitor nº20 em 20/09/2006); Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH (autorização não encontrada no site do MEC); Universidade FUMEC (Decreto Estadual nº40759 em 08/12/1999); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas (Resolução CONSUN-PUC/MG em 19/12/1996); Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Resolução do Conselho Universitário em 23/08/2001); Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior – IBHES (Portaria MEC nº2.086 em 19/07/2002); Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte (autorização não encontrada no site do

³⁷ Entidade sem fins lucrativos que visa a promoção e valorização da imagem da capital mineira, buscando o desenvolvimento do turismo por meio da captação e estímulo à criação de novos eventos e destinos turísticos que valorizem as vocações da cidade e de seu entorno.

MEC); Faculdade Del Rey (autorização não encontrada no site do MEC); Faculdade de Minas BH – FAMINAS (autorização não encontrada no site do MEC); Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO (Resolução CONSUN nº01 em 03/05/2001); Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais – FEAD/MG (Portaria MEC nº976 em 29/11/2007).

Atualmente, conforme levantamento realizado pelo MEC, Minas Gerais possui 32 cursos superiores de turismo e Belo Horizonte possui apenas três que serão analisados a seguir, conforme descrito na metodologia apresentada no trabalho. Ressalta-se, novamente, que o curso de turismo da Instituição I, apesar de já ter se encerrado, será analisado pelo fato de existir no início da pesquisa. Os cursos serão apresentados por ordem cronológica de início das atividades, lembrando que não serão identificados, como também referido na metodologia.

3.1.1 Curso de Turismo da Instituição I

O primeiro curso de turismo em Minas Gerais surgiu em Belo Horizonte, no ano de 1974. Naquela época a Instituição I era mantida por uma Organização com sede na cidade de São Paulo. De acordo com o Processo nº 1.320/72 do Conselho Federal de Educação, através do Ministério da Educação e Cultura, Parecer nº 2.293/74 é aprovado em 7 de agosto de 1974, a autorização para funcionamento da Instituição, que inicia suas atividades em setembro do mesmo ano, com o limite anual de 200 alunos, em dois turnos (manhã e noite), cada um deles com o limite de cem vagas.

Conforme Parecer nº 98/74, justifica a criação do curso da seguinte forma:

Não serão necessárias muitas palavras para demonstrar que Belo Horizonte oferece as condições culturais e sociais para a criação de uma Faculdade de Turismo, dada a sua vizinhança de cidades como Congonhas, Sabará, Ouro Preto, São João Del Rei, Mariana, Diamantina e Cordisburgo.

Além do curso de turismo, outros cursos foram estabelecidos pela Instituição, sendo: Secretariado Executivo Bilíngue, Administração Hospitalar, Comércio Exterior, Tradutor e Intérprete. Porém, no início da década de 1980, outra instituição já existente em Belo Horizonte, criada no início de 1972, que possuía quatro cursos: Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e Matemática, passa a ser a mantenedora da Instituição I

e agrega a ela os cursos já existentes de Secretariado Executivo Bilíngue, Administração Hospitalar, Comércio Exterior, Tradutor e Intérprete e em Turismo, mais precisamente em 1985, através da Portaria nº. 881, de 11 de novembro de 1985, do Ministério da Educação. Após algumas mudanças de endereço a instituição se instalou definitivamente, em meados dos anos 70, na região noroeste de Belo Horizonte.

Em 2004, o curso de turismo da Instituição I completou 30 anos de existência com uma grande comemoração. De acordo com uma publicação Oficial do Curso de Turismo, de outubro de 2004, destaca-se o relato do coordenador do curso onde descreve o amadurecimento do curso evidenciando o projeto pedagógico diferenciado e um currículo bem atualizado, além do aumento do número de projetos, número de alunos, número de bolsas e número de pesquisas que também cresceu, estimulando a iniciação científica.

Dessa forma, percebe-se que o curso da Instituição I foi realmente referência no país, porém, essa situação de crescimento e relevância no cenário turístico nacional se modificou no final da década de 2000 quando a instituição, em 2008, foi vendida para um grupo paulista que atua na área financeira, imobiliária, de infraestrutura, de tecnologia e, também, na área de educação possuindo uma faculdade de engenharia na cidade de Sorocaba/SP.

Por orientação dos novos gestores, em 2009, devido a pouca demanda de alunos e para se adequar melhor às necessidades do mercado turístico, o curso passou por uma reformulação no seu projeto pedagógico. De Bacharelado em Turismo, com carga horária de 3.210 horas passou a ser denominado Tecnológico em Gestão de Turismo com carga horária de 1600 horas

O referido curso iniciou suas atividades já no 2º semestre de 2009, sendo aprovado com a denominação de "Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo" através da Resolução do Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão - CONSEPE da Instituição. Conforme a resolução, o aluno formando nesse curso recebe o título de Tecnólogo em Gestão de Turismo.

O regime do curso era semestral com oferecimento de 55 vagas para o período noturno. Porém, a nova proposta do curso continuou sendo insuficiente para atingir a demanda de alunos esperada e, por isso, o curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo deixou de ser oferecido a partir do 1º semestre de 2012, ou seja, teve apenas 2 anos e meio de funcionamento.

No entanto, identificou-se, em uma ata de reunião de professores, realizada em julho/2011, algumas discussões acerca da necessidade de alteração da estrutura curricular do curso de tecnólogo, com sugestão de exclusão de algumas disciplinas e renomeação de outras e a proposta de um currículo de 3 anos. Observa-se, portanto, que essa mudança não ocorreu até o período de encerramento do curso no 2º semestre de 2011.

Por fim, ao longo de quase quatro décadas, o curso passou por diversas modificações em seu currículo e, sendo assim, serão analisadas as alterações consideradas mais significativas.

a) Curriculos

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Geografia do Brasil I/II	x	x							60/60
	História da Cultura I/II/III/IV(Folclore)/V/VI	x	x	x	x		x			30/30/ 30/30/ 30/30
	História do Brasil e Geral I/II/III/IV	x	x					x	x	30/30/ 30/45
	Psicologia do Turista I/II/III	x	x					x		60/30/ 30
	Sociologia I/II/III	x	x					x		30/30/ 30
	Geografia Geral I/II			x	x					60/60
	Estudos de Problemas Brasileiros I/II					x	x			30/30
	Estudos Brasileiros							x		60
Conteúdos Específicos	Teoria e Técnica do Turismo I/II/III/IV/ V (Administração e Contabilidade de Emp. Turística)/IV/VI (Adm. e Contabilidade de Emp. Turística)	x	x	x	x	x	x			90/90/ 60/30/ 30/30/ 60
	Elementos de Matemática e Estatística I/II/II		x	x	x					30/30/ 60
	Introdução a Administração I/II/III			x	x	x				30/30/ 60
	Economia I/II/III/IV			x	x	x	x			30/30/ 30/30
	Consciência Turística I (métodos e técnicas de pesquisa)/II/III (Legislação Turística)/IV			x	x			x		30/30/ 30/30
	Fundamentos Científicos da Comunicação I/II			x	x					30/30
	Pesquisa de Opinião e Mercadologia I/II					x	x			60/60
	Noções de Direito I/II					x	x			30/30
	Promoção da Procura I (Planejamento Real)/II					x	x			30/30
	Análise da Procura I (Planejamento Real)/II						x	x		30/30
	Transportes e Comunicações Internacionais I/II							x	x	60/15
	Comunicação							x		30
	Elementos de Relações Públicas I/II/III							x	x	30/30/ 30
	Planejamento e Organização do Turismo I/II							x	x	60/60
	Transportes e Comunicações Nacionais							x		60
Conteúdos Teórico-Práticos	Comunicação de Massa							x		30
	Técnica Publicitária							x		60
	Estágio Supervisionado							x		330
		TOTAL CH								2.850 horas

Quadro 02: Curriculo da Instituição I - Ano 1974

Fonte: Secretaria da Instituição I

- As duas últimas disciplinas do 8º período, Técnica Publicitária e Estudos Brasileiros, eram oferecidas em um semestre seguinte, fazendo com que o curso durasse 4 anos e meio.
- Em cada período há uma grande quantidade de disciplinas ofertadas, chegando-se até 9 disciplinas.
- Excesso de disciplinas sequenciais.
- Existência de poucas disciplinas de conteúdo básico, com maior ênfase para geografia e história.
- Inexistência de disciplinas mais específicas das áreas do mercado turístico como hotelaria, eventos ou agência de turismo, além de disciplinas de idiomas, como inglês e espanhol.
- Destaque para a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros que no período militar se tornou obrigatória. A partir do Decreto-lei nº 869 de 1968, foi determinado que a disciplina Educação Moral e Cívica deveria, obrigatoriamente, integrar os currículos escolares de todos os graus e modalidades do sistema de ensino do Brasil, que conforme Cunha & Góes (1988:74) tinha o papel de “formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade ao trabalho e de integração na comunidade.” Ainda, os autores citam que nos cursos superiores o conteúdo da disciplina Educação Moral e Cívica, foi transformado em Estudos de Problemas Brasileiros, que deveria contemplar, explícita e detalhadamente, as políticas exercidas pela ditadura para resolução dos “problemas sociais, políticos e econômicos”.
- Inexistência do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, apesar de oferecer a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa. Ressalta-se que o TCC é um componente curricular opcional da instituição, conforme as diretrizes curriculares para o curso de turismo.
- Oferta do estágio supervisionado apenas no último período.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Geografia Geral I/II	x	x							60/60
	História da Cultura I/II/III (Folclore)/IV/V/VI	x	x	x		x	x	x		30/30/ 30/30/ 30/30
	História do Brasil e Geral I/II/III	x	x					x		60/60/ 15
	Psicologia do Turista I/II/III/IV	x	x	x					x	30/30/ 30/30
	Sociologia I/II	x	x							60/30
	Práticas Desportivas I/II/III/IV/V/VI/VII/VIII	x	x	x	x	x	x	x	x	30/30/ 30/30/ 30/30/ 30/30
	Geografia do Brasil I/II			x	x					60/60
	Estudos de Problemas Brasileiros I/II					x	x			30/30
	Estudos Brasileiros I/II							x	x	30/30
Conteúdos Específicos	Teoria e Técnica do Turismo I/II/III/IV/V (Administração e Contabilidade de Emp. Turística)/VI	x	x	x	x	x	x			60/60/ 60/60/ 60/60
	Elementos de Matemática e Estatística I/II		x	x						30/30
	Introdução a Administração I/II/III/IV/V			x	x	x	x	x		30/30/ 30/30/ 30
	Economia I/II/III/IV			x	x	x	x			30/30/ 30/30
	Consciência Turística I (métodos e técnicas de pesquisa)/II/ III(Legislação Turística)/IV			x	x			x	x	30/30/ 30/30
	Fundamentos Científicos da Comunicação I/II			x	x					30/30
	Técnica Publicitária I/II				x	x				30/30
	Pesquisa de Opinião e Mercadologia I/II					x	x			60/60
	Noções de Direito I/II					x	x			30/30
	Comunicação de Massa						x			30
	Transportes e Comunicações Internacionais							x		75
	Análise da Procura							x		60
	Elementos de Relações Públicas I/II							x	x	60/30
	Planejamento e Organização do Turismo I/II(Organismos Oficiais)/III(Agência de Viagem)/IV(Teoria do Planejamento)							x	x	30/30/ x x
	Transportes e Comunicações Nacionais							x		60
	Comunicação							x		30
	Promoção da Procura							x		60
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio Supervisionado							x		330
TOTAL CH										3.090 horas

Quadro 03: Currículo da Instituição I - Ano 1978

Fonte: Secretaria da Instituição I

- O curso passa a ter uma duração de 4 anos.
- Destaque para a disciplina Práticas Desportivas, em todos os períodos, que também era uma exigência do período militar. (Reforma universitária 5450/68). A disciplina de educação física também foi enfatizada pela ditadura que tinha a seguinte ideia, conforme Cunha e Góes (1998, p.80): o estudante, cansado e enquadrado nas regras de um esporte, não teria disposição para entrar na política.
- Em cada período há uma grande quantidade de disciplinas ofertadas, chegando-se até 11 disciplinas.
- Excesso de disciplinas sequenciais.
- Surgimento de disciplina mais específica das áreas do mercado turístico como agência de turismo.
- Inexistência de disciplinas de idiomas, como inglês e espanhol.
- Inexistência do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, apesar de oferecer a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa
- Oferta do estágio supervisionado apenas no último período.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	História do Brasil I (Geral)/II (Aplicada)	x	x							30/30
	História da Cultura I/II/III(História da Arte)/III(Folclore)	x	x	x x						30/30/ 30/30
	Geografia Geral I/II	x	x							60/60
	Geografia do Brasil I/ II (Aplicada ao Turismo)	x	x							60/60
	Psicologia I/II (Aplicada)			x x						60/60
	Sociologia I/II (Aplicada)/III/IV			x x	x x	x x				30/30/ 30/30
	Estudos Brasileiros I/II					x		x		30/30
	Estudos de Problemas Brasileiros I/II					x x				30/30
Conteúdos Específicos	Matemática e Estatística I/II	x	x							30/30
	Teoria e Técnica do Turismo I (Int. Turismo)/II/ III (Oferta e Demanda)/ IV-1/ IV-2/ V (Planej.)/VI (Planej. Emp.)	x	x	x x	x x	x x				30/30/ 60/60/ 30/60/ 60
	Economia I (Micro)/ II (Macro)/ III (Micro)/IV/V	x	x	x x	x x	x x				30/30/ 30/30/ 30
	Introdução a Administração I/II (TGA)	x	x							30/30
	Métodos e Técnicas de Pesquisa I/II			x x	x x					30/30
	Administração I (Recursos Humanos)/II/III(Organização e Métodos)			x x	x x	x x				30/30/ 30
	Planejamento e Organização do Turismo I/III (Elem. Marketing)/ III 1 (Agência de Viagem)/ III 2 (Política do Plano de Des. Turístico)/ III 3 (Planejamento Urbano e Regional)/ IV/ IV-1 (Agência de Viagem)/ IV-2 (Política do Plano de Des. Turístico)					x x x	x x x	x x x		30/30/ 30/30/ 30/30/ 30/30
	Comunicação I (Elem. Prop. e Publicidade)/II(Elem. de Relações Públicas)/III (Elem. Prop. e Publicidade)/IV(Elem. de Relações Públicas)					x x	x x			30/30/ 30/30
	Noções de Direito I/II				x x	x x				30/30
	Contabilidade I (Geral)/II				x x	x x				30/30
	Técnica Publicitária I/II						x x	x x		30/30
	Finanças e Orçamento I/II						x x	x x		30/30
	Legislação Turística I/II						x x	x x		30/30
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio Supervisionado I 1 (Organização de Serviços)							x		60
	Estágio Supervisionado I 2 (Org. de Eventos)							x		30
	Estágio Supervisionado II 1 (Hospitalidade e Serviços)							x		60
	Estágio Supervisionado II 2(Hotelaria)							x		30
TOTAL CH										2.430 horas

Quadro 04: Currículo da Instituição I - Ano 1985

Fonte: Secretaria da Instituição I

- Redução significativa da carga horária. Currículo de 1978 (3.090 horas), ou seja, 660 horas a menos.
- Em cada período ainda há uma grande quantidade de disciplinas ofertadas, chegando-se até 9 disciplinas.
- Excesso de disciplinas sequenciais.
- A disciplina Práticas Desportivas não existe mais no currículo, de forma que já é evidenciada desde o currículo do ano de 1983 a eliminação dessa atividade.
- Surgimento de disciplina mais específica das áreas do mercado turístico como agência de turismo.
- Inexistência de disciplinas de idiomas, como inglês e espanhol.
- Inexistência do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, apesar de oferecer a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa.
- Oferta do estágio supervisionado nos 2 últimos períodos, porém com uma carga horária inferior ao currículo de 1978, que tinha a carga horária de 330 horas

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Iniciação Filosófica	x								60
	Cultura Universal (História)	x								60
	Sociologia Geral	x								60
	Sociologia Aplicada ao Turismo		x							60
	História da Cultura Brasileira		x							60
	História do Brasil		x							60
	Geografia Geral		x							60
	Geografia do Brasil			x						60
	Psicologia Geral			x						60
	Psicologia Aplicada ao Turismo				x					30
	Estudos Brasileiros				x					60
Conteúdos Específicos	Métodos e Técnicas de Estudo e Pesquisa	x								30
	Profissiografia ³⁸ do Turismo	x								30
	Matemática I	x								60
	Estatística I		x							60
	Introdução ao Estudo Turístico		x							60
	Fundamentos de Administração			x						60
	Língua Portuguesa I		x							60
	Economia I (Introdução a Economia)/ II (Teoria Econômica)			x	x					60/60
	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo		x							60
	Teoria e Técnica de Turismo I/II		x	x						30/90
	Introdução a Contabilidade			x						60
	Administração Geral			x						60
	Administração e Operação I (Serviço de Hotelaria)/II (Viagem e Transportes)/III (Eventos e Animação)				x					60/60/60
	Instituições de Direito Público e Privado				x					60
	Administração Geral I(Pessoal)/II (Finança e Orçamento)				x					60/60
	Planejamento e Organização do Turismo					x				90
	Marketing de Serviços Turísticos					x				60
	Custos e Serviços Turísticos					x				30
	Ordenação do Espaço Turístico					x				60
	Legislação Turística					x				60
	Comunicação Social					x				60
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio Supervisionado (Agência de Viagens)						x			180
TOTAL CH										2.280 horas

Quadro 05: Currículo da Instituição I - Ano 1992

Fonte: Secretaria da Instituição I

³⁸ Nome real da disciplina. Como não houve acesso ao plano de ensino, não se sabe o conteúdo da mesma.

- O curso passa a ter duração de 6 semestres, ou seja, 3 anos. Apesar disso, a carga horária não sofreu muita alteração de 2.430 horas (Currículo de 1985) para 2.280 horas.
- Em cada período há uma redução na quantidade de disciplinas ofertadas, agora com a maioria de 6 disciplinas.
- A disciplina Estudo dos Problemas Brasileiros não existe mais no currículo, permanecendo apenas a disciplina de Estudos Brasileiros.
- Maior número de disciplinas mais específicas das áreas do mercado turístico como Serviço de Hotelaria, Viagem e Transportes e Eventos e Animação. Época que coincide com a retomada de crescimento dos cursos de turismo (década de 1990), sugerindo um amadurecimento da área.
- Diminuição significativa das disciplinas sequencias, eliminando o pré-requisito.
- Inexistência de disciplinas de idiomas, como inglês e espanhol.
- Inexistência do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, apesar de oferecer a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa.
- Oferta do estágio supervisionado no último período.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Sociologia Geral	x								60
	Introdução a Filosofia	x								60
	História da Cultura Universal	x								60
	História do Brasil (Aplicada ao Turismo)		x							60
	Geografia Geral (Aplicada ao Turismo)		x							60
	Cultura Brasileira			x						60
	História da Arte			x						30
	História de Minas Gerais			x						30
	Geografia do Brasil (Aplicada ao Turismo)			x						60
	Sociologia do Lazer			x						30
	Psicologia Aplicada ao Turismo				x					60
	Estudos Brasileiros				x					30
	Geografia de Minas Gerais				x					30
	Ética Profissional					x				30
Conteúdos Específicos	Estrutura e Organização do Turismo	x								60
	Língua Portuguesa	x								60
	Animação Turística		x							60
	Metodologia Científica		x							30
	Redação e Expressão Oral		x							60
	Estatística I		x							60
	Metodologia da Pesquisa em Turismo			x						30
	Matemática Comercial e Financeira		x							60
	Administração Geral				x					60
	Economia I				x					60
	Pesquisa da Oferta Turística				x					90
	Gestão de Empresas de Turismo					x				60
	Introdução a Contabilidade					x				60
	Economia Contemporânea (Economia Brasileira)					x				60
	Instituições de Direito Público e Privado					x				60
	Pesquisa da Demanda Turística					x				60
	Gestão Orçamentária no Turismo						x			60
	Comunicação Social						x			60
	Administração de Serv. Hoteleiros I/II						x	x		90/30
	Agência de Viagens e Transportadoras I/II						x	x		60/60
	Eventos						x			60
	Planejamento e Organização do Turismo							x		60
	Fundamentos do Urbanismo						x			60
	Língua Espanhola I/II						x	x		60/60
	Língua Inglesa I/II						x	x		60/60
	Relações Internacionais							x		30
	Gestão Mercadológica no Turismo							x		60
	Projetos Turísticos							x		30
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio Supervisionado							x		150
	Estágio Supervisionado Orientação Mercadológica							x		30
TOTAL CH										2.670 horas

Quadro 06: Currículo da Instituição I - Ano 1996

Fonte: Secretaria da Instituição I

- O curso volta a ter duração de 8 semestres, ou seja, 4 anos. Apesar disso, a carga horária alterou em apenas 390 horas, se comparada ao currículo de 1992.
- Em cada período ainda há uma redução na quantidade de disciplinas ofertadas, também com a maioria de 6 disciplinas.
- A disciplina Estudos Brasileiros se mantém.
- Maior número de disciplinas mais específicas das áreas do mercado turístico como Serviços Hoteleiros, Agência de Viagem e Transportadoras e Eventos.
- Preocupação com a questão da regionalização, através das disciplinas História de Minas e Geografia de Minas.
- Surgimento de novas disciplinas como Ética, Fundamentos do Urbanismo, Relações Internacionais e Redação e Expressão Oral, a última sugerindo um nível precário dos alunos que não conseguem redigir e interpretar um texto.
- Surgimento, após mais de 20 anos do primeiro currículo, de disciplinas de idiomas, como inglês e espanhol.
- Inexistência do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, apesar de oferecer a disciplina Metodologia Científica e Metodologia da Pesquisa em Turismo.
- Oferta do estágio supervisionado no último período.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Sociologia Geral	x								72
	Introdução a Filosofia	x								72
	História da Cultura Universal	x								72
	História do Brasil (Aplicada ao Turismo)		x							72
	Geografia Geral (Aplicada ao Turismo)		x							72
	Cultura Brasileira			x						72
	História da Arte			x						36
	História de Minas Gerais			x						36
	Geografia do Brasil (Aplicada ao Turismo)			x						72
	Sociologia do Lazer			x						36
	Psicologia (Aplicada ao Turismo)				x					72
	Estudos Brasileiros				x					36
	Geografia de Minas Gerais				x					36
	Ética Profissional					x				36
Conteúdos Específicos	Estrutura e Organização do Turismo	x								72
	Língua Portuguesa	x								72
	Animação Turística		x							72
	Metodologia Científica		x							36
	Redação e Expressão Oral		x							72
	Estatística I		x							72
	Metodologia da Pesquisa em Turismo			x						36
	Matemática Comercial e Financeira		x							72
	Administração Geral				x					72
	Economia I				x					72
	Pesquisa da Oferta Turística				x					108
	Gestão de Empresas de Turismo					x				72
	Introdução a Contabilidade					x				72
	Economia Contemporânea (Economia Brasileira)					x				72
	Instituições de Direito Público e Privado					x				72
	Pesquisa da Demanda Turística					x				72
	Gestão Orçamentária no Turismo						x			72
	Comunicação Social						x			72
	Administração de Serv. Hoteleiros I/II						x	x		72/36
	Agência de Viagens e Transportadoras I/II						x	x		72/36
	Eventos						x			36
	Planejamento e Organização do Turismo							x		72
	Fundamentos do Urbanismo						x			72
	Língua Espanhola I/II						x	x		72/72
	Língua Inglesa I/II						x	x		72/72
	Relações Internacionais							x		36
	Gestão Mercadológica no Turismo							x		72
	Projetos Turísticos							x		36
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio Supervisionado								x	36
	Estágio Supervisionado Orientação Mercadológica								x	36
		TOTAL CH								3.066 horas

Quadro 07: Currículo da Instituição I - Ano 2002

Fonte: Secretaria da Instituição I

- Foi mantido o mesmo currículo do ano de 1996, alterando-se apenas a carga horária das disciplinas e, consequentemente, a carga horária total do curso, de 2.670 horas para 3.066 horas.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Sociologia Geral e Organizacional	x								72
	Filosofia e Ética	x								72
	Cultura Popular e Folclore	x								36
	História da Cultura Universal		x							72
	Geografia do Turismo (Mundo)		x							72
	História do Brasil (Aplicada ao Turismo)			x						72
	Geografia do Brasil (Aplicada ao Turismo)			x						72
	Psicologia (Aplicada ao Turismo)				x					72
	História da Arte					x				72
Conteúdos Específicos	Estrutura e Organização do Turismo	x								72
	Metodologia Científica	x								36
	Língua Portuguesa	x								72
	Recreação e Lazer		x							72
	Gastronomia (A&B)		x							72
	Redação e Expressão Oral		x							72
	Gestão de Empresas de Turismo			x						72
	Cerimonial e Eventos Corporativos			x						72
	Hotelaria			x						72
	Contabilidade Aplicada				x					72
	Economia I				x					72
	Agência de Viagem				x					72
	Turismo e Meio Ambiente				x					36
	Transportes Turísticos				x					36
	Língua Estrangeira I/II/III/IV					x	x	x	x	72/72/ 72/72
	Cartografia					x				36
	Pesquisa da Oferta Turística					x				72
	Pesquisa da Demanda Turística					x				72
	Estatística Aplicada ao Turismo					x				36
	Gestão Financeira						x			72
	Direito e Legislação Turística						x			72
	Fundamentos do Urbanismo						x			72
	Planejamento e Organização do Turismo I						x			72
	Relações Internacionais							x		72
	Comunicação Social							x		36
	Gestão Mercadológica no Turismo							x		72
	Planejamento e Organização do Turismo II							x		72
	Educação Patrimonial e o Turismo								x	72
	Organizações Sociais e o Turismo								x	72
	Projetos Turísticos								x	72
	Estudos Contemporâneos em Turismo								x	36
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio I							x		36
	Estágio Supervisionado II								x	36
TOTAL CH										3.210 horas

Quadro 08: Currículo da Instituição I - Ano 2004

Fonte: Secretaria da Instituição I

- A disciplina Estudos Brasileiros é retirada do currículo.
- As disciplinas de idiomas são mantidas, porém, com oferta maior em 4 períodos.
- A disciplina Filosofia e Ética se juntam formando uma só disciplina.
- Preocupação com a questão da regionalização, através da disciplina Estudos Históricos e Turísticos de Minas Gerais.
- Surgimento de disciplinas inovadoras no curso como Turismo e Meio Ambiente e Educação Patrimonial e o Turismo, sugerindo maior consciência de que a atividade turística, mal planejada, pode provocar inúmeros impactos ambientais e culturais das localidades onde se desenvolve.
- Inexistência do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, apesar de oferecer a disciplina Metodologia Científica.
- Oferta do estágio supervisionado nos dois últimos períodos, com uma carga horária bem inferior aos currículos anteriores.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Sociologia Geral e Organizacional	x								72
	Filosofia e Ética	x								72
	Cultura Popular e Folclore (Cultura Brasileira)	x								36
	Geografia do Turismo (Mundo)		x							72
	História da Cultura Universal		x							72
	História do Brasil (Aplicada ao Turismo)			x						72
	Geografia do Brasil (Aplicada ao Turismo)			x						72
	Psicologia (Aplicada ao Turismo)				x					72
	História da Arte					x				72
Conteúdos Específicos	Estrutura e Organização do Turismo	x								72
	Metodologia Científica	x								36
	Língua Portuguesa	x								72
	Animação Turística		x							72
	Redação e Expressão Oral		x							72
	Gastronomia		x							72
	Hotelaria			x						72
	Cerimonial e Eventos Corporativos			x						72
	Gestão de Empresas de Turismo			x						72
	Agência de Viagem				x					72
	Transportes Turísticos				x					36
	Turismo e Meio Ambiente				x					36
	Contabilidade Aplicada				x					72
	Economia I				x					72
	Pesquisa da Oferta Turística					x				72
	Pesquisa da Demanda Turística					x				72
	Cartografia					x				36
	Estatística Aplicada ao Turismo					x				36
	Língua Estrangeira I (Inglês ou Espanhol)/II/III					x	x	x		72/72/72
	Planej. e Organização do Turismo I/II						x	x		72/72
	Direito e Legislação Turística						x			72
	Gestão Financeira						x			72
	Fundamentos do Turismo						x			72
	Gestão Mercadológica no Turismo							x		72
	Relações Internacionais							x		72
	Comunicação Social							x		36
	Educação Patrimonial e Turismo								x	72
	Projetos Turísticos								x	72
	Estudos Contemporâneos do Turismo								x	36
	Organizações Sociais e Turismo								x	72
	Língua Inglesa IV								x	72
	Língua Espanhola IV								x	72
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio I							x		36
	Estágio II								x	36
TOTAL CH										2.952 horas

Quadro 09: Currículo da Instituição I - Ano 2006

Fonte: Secretaria da Instituição I

- As disciplinas de idiomas são mantidas, podendo ser de livre escolha: inglês ou espanhol. Já no último período ela torna-se obrigatória tanto o inglês quanto o espanhol.
- Inexistência do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, apesar de oferecer a disciplina Metodologia Científica.
- Oferta do estágio supervisionado nos dois últimos períodos, ainda com uma carga horária bem inferior.

Torna-se importante destacar que a partir do currículo apresentado de 2006 não houve nenhuma alteração até o currículo de 2009, tornando-se o último a ser ofertado no curso de bacharelado em turismo da Instituição I. No entanto, no ano de 2008, observou-se, em uma ata de reunião dos professores do curso, a apresentação de uma nova proposta de estruturação curricular onde se via a sugestão de alteração do tempo do curso, que de 4 anos passaria a ter 3 anos, e que a mesma deveria ser aprovada para o início do 1º semestre de 2009.

A aprovação não ocorreu e, assim, após passar por inúmeras reestruturações em seu projeto pedagógico, ao longo de quase quatro décadas, o curso de Bacharelado em Turismo da Instituição I encerra suas atividades no 2º semestre de 2009 sendo substituído, no mesmo semestre, pelo Curso de Tecnologia em Gestão do Turismo, com duração de 2 anos e uma carga horária de 1.600 horas.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Geografia dos Destinos Turísticos		x							80
Conteúdos Específicos	Estrutura e Organização do Turismo	x								80
	Fundamentos da Administração	x								80
	Administração Mercadológica	x								80
	Comportamento Organizacional	x								80
	Leitura e Produção de Texto	x								80
	Gestão em Agências de Viagens		x							80
	Operações em Agências de Viagens		x							80
	Transportes Turísticos e Tecnologias		x							80
	Plano de Negócios - Agências de Viagens		x							80
	Hotelaria			x						80
	Eventos			x						80
	Gastronomia			x						80
	Lazer e Entretenimento			x						80
	Turismo e Gestão Ambiental			x						80
	Pesquisa da Oferta e da Demanda Turística				x					80
	Planejamento Turístico e Gestão Pública				x					80
	Urbanismo				x					80
	Turismo e Gestão Cultural				x					80
	Empreendedorismo e Projetos Empresariais				x					80
Optativas	Introdução à Língua Brasileira de Sinais				x					36
		TOTAL CH								1.600 horas

Quadro 10: Currículo da Instituição I - Ano 2009

Fonte: Secretaria da Instituição I

- O curso passa a ser bastante direcionado para o mercado turístico com oferta de disciplinas específicas, que abrangem a maioria das áreas do setor de turismo, como a de hotelaria, alimentos e bebidas, agência de viagens, eventos, lazer e planejamento.
- Oferta de disciplina optativa
- Inexistência de conteúdos teórico-práticos, apesar da existência de laboratórios de aprendizagem no curso.

b) Formação dos Professores

Disciplina (s)	Titulação
Comunicação	Graduação em Letras e Filosofia Mestrado em Filosofia Doutorado em Literatura Comparada
Planejamento e Organização de Turismo	Formação pelo Instituto de Estudos Turísticos em Madrid
Sociologia	Doutorado em Sociologia
Introdução à Administração	Mestrado em Administração
Psicologia do Turismo	Mestrado em Psicologia
Teoria e Técnica do Turismo	Licenciatura em História
Matemática e Estatística	Graduação em Engenharia
História do Brasil e História Geral	Graduação em História
Transportes e Comunicações	Graduação em Engenharia
Introdução à Economia, Análise e Promoção da Procura	Graduação em Ciências Econômicas Mestrado em Economia
História da Cultura	Licenciatura em História
Geografia Turística	Licenciatura em Geografia
Noções de Direito	Graduação em Direito
Estudo de Problemas Brasileiros	Graduação em Direito
Práticas Esportivas	Instrutor de Educação Física

Quadro 11: Formação dos professores/ Instituição I – Década de 1970

Fonte: Parecer nº 98/74 – CESu

Para a década, foram encontrados apenas os registros acima descritos, porém, consegue-se perceber que a formação do docente está, em parte, adequada às disciplinas ministradas, sendo exceção a disciplina "Teoria e Técnica do Turismo" que foi ministrada por um professor de História. É interessante observar, também, que a formação dos professores se restringia, quase que unicamente, à graduação.

Disciplina (s)	Titulação
Gestão Mercadológica	Graduação em Turismo Especialização em Gestão Estratégica de Marketing
Estrutura e Organização do Turismo	Graduação em Turismo Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável
Comportamento Organizacional	Graduação em Turismo e Administração Mestrado em Administração
Leitura e Produção de Textos	Graduação em Letras Mestrado em Letras
Fundamentos da Administração	Graduação em Psicologia Mestrado em Educação Tecnológica
Planejamento Turístico e Gestão Pública Pesquisa da Oferta e da Demanda Turística	Graduação em Turismo Mestrado em Geografia e Meio Ambiente
Urbanismo Empreendedorismo e Projetos Empresariais	Graduação em Arquitetura Mestrado em Geografia
Turismo e Gestão Cultural	Graduação em História Mestrado em Antropologia

Quadro 12: Formação dos professores/ Instituição I – Década de 2010

Fonte: Secretaria da Instituição I

Observa-se que os professores estão com a formação bem adequada às disciplinas que ministram, no entanto, apresentando como qualificação máxima o mestrado. Dessa forma, sugere-se que a instituição seja particular, onde não há exigência tão rigorosa de doutores quanto numa instituição pública.

c) Relação candidato por vaga

Estes dados não foram informados pela Instituição I.

d) Número de alunos concluintes

2002/1 - 60	2002/2 - 74
2003/1 - 81	2003/2 - 88
2004/1 - 85	2004/2 - 81
2005/1 - 68	2005/2 - 68
2006/1 - 55	2006/2 - não encontrado
2007/1 - 74	2007/2 - 112
2008/1 - 49	2008/2 - 71
2009/1 - 40	2009/2 - 42
2010/1 - 20	2010/2 - 23
2011/1 - 15 (graduação) 15 (tecnológico)	2011/2 - 03 (graduação) 21 (tecnológico)
2012/1 - 03 (tecnológico)	2012/2 - 07 (graduação) 17 (tecnológico)

Quadro 13: Número de alunos concluintes da Instituição I

Fonte: Secretaria da Instituição I

Os alunos concluintes da Instituição I deveriam ser apresentados a partir do ano de 1978, porém, não foi possível encontrar os registros anteriores.

Observa-se que até o segundo semestre de 2008 houve um número mais expressivo de formandos, sugerindo que o número de alunos que ingressaram no curso de turismo foi maior no início da década de 2000. No que concerne ao curso de tecnólogo, nota-se que, com a oferta de 55 vagas por semestre, há um número bastante reduzido de alunos concluintes, podendo indicar o pouco interesse pelo referido curso.

e) Laboratórios de Aprendizagem

Devido à demanda de atividades práticas de pesquisa e extensão, a Instituição I criou, em 1992, um Laboratório de Documentação e Informação Turística que, de acordo com seu projeto pedagógico, tem o objetivo de aliar a teoria à prática, criar oportunidades de aprendizado profissional e contribuir, de forma profissional, com ações que aperfeiçoem a atividade turística no Estado de Minas Gerais. Através de

convênios e parcerias de ações específicas, o laboratório trabalhava junto às comunidades, aos setores públicos e privados, unindo esforços e buscando, em coparceira, tornar viável uma atividade que está em constante crescimento. Para isso, desenvolvia projetos e atividades nas áreas de eventos, hotelaria, pesquisa e planejamento.

Entre os projetos desenvolvidos, destacaram-se: Projeto Companhia Universitária do Lazer voltado para a recreação e o entretenimento por meio de atividades diversificadas desenvolvidas por alunos em clubes, hotéis, escolas e eventos em geral; Projeto Verde Catas Altas permitindo aproximar o aluno da realidade do planejamento turístico municipal e promover na cidade a ideia do turismo sustentável; e Projeto Maquiné com o objetivo de auxiliar na elaboração do Plano de Manejo da Gruta do Maquiné, sensibilizando os visitantes e capacitando pessoas para a prestação e melhoria dos serviços turísticos.

De acordo com uma publicação oficial da Instituição I, de outubro de 2004, em comemoração aos 30 anos do curso de turismo, foi destacado que além dos variados projetos e parcerias com instituições públicas e privadas regionais, nacionais e até internacionais o curso também recebeu diversos prêmios nos principais eventos técnico-científicos do setor como o Prêmio Top Educacional "Professor Mário Palmério", Prêmio Ford, Prêmio MG Turismo, Prêmio Sesc Una de Turismo Sustentável, Prêmio Banco Real Universidade Solidária de Desenvolvimento Sustentável e Prêmio de Instituição de Ensino de Turismo de Destaque Nacional.

No entanto, com o término do curso de bacharelado, o laboratório e as ações desenvolvidas pelos alunos se encerraram. Mas em 2011, devido à demanda do curso de tecnologia em gestão do turismo, foram criados quatro laboratórios de aprendizagem em busca de um melhor aperfeiçoamento profissional para o novo curso, sendo eles:

- Laboratório de Agência de Viagem

Laboratório com instalação do Sistema Amadeus para as aulas práticas da disciplina de Agência e Transportes objetivando um contato mais próximo com instrumentos de operacionalização e gestão em serviços turísticos já que a capacitação dos estudantes para a utilização do programa GDS Amadeus fornecerá aos alunos habilidades técnicas sobre a ferramenta de gestão de informações mais utilizada no segmento turístico em âmbito mundial, possibilitando um diferencial qualitativo de mercado em relação a alunos de outras instituições.

- Laboratório de Gastronomia

Oferece estrutura para aulas práticas da disciplina de Gastronomia com a finalidade de proporcionar ao aluno uma visão global da gastronomia no Brasil e no mundo relacionando-a com o desenvolvimento turístico.

- Laboratório de Hotelaria

Disponibilizado uma unidade habitacional para aulas práticas da disciplina de Hotelaria com o objetivo de oportunizar ao aluno o desenvolvimento das práticas pedagógicas da disciplina relacionadas com o ambiente de hospedagem de um hotel.

- Laboratório de Eventos

A atividade prática da disciplina de eventos era desenvolvida na Agência Experimental de Relações Públicas - AGERP, onde encontravam-se vários ambientes temáticos como o laboratório de ceremonial e o de oratória.

3.1.2 Curso de Turismo da Instituição II

A Instituição II foi criada no ano de 1948, na região noroeste de Belo Horizonte, sendo precedida de ampla repercussão na imprensa e nos meios sociais. As primeiras escolas a serem incorporadas pela instituição foram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, em 1949, a Faculdade Mineira de Direito. Em abril de 1951 foi criado o Instituto de Psicologia Aplicada.

No dia 12 de dezembro de 1958, o Diário Oficial da União trazia o decreto presidencial, assinado por Juscelino Kubitschek e pelo ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado: estava reconhecida a Instituição II. Sua constituição foi aprovada por unanimidade em julho do mesmo ano, juntamente com o projeto do seu estatuto.

À época, seus gestores discutiam a necessidade para a jovem capital, povoada por funcionários públicos e agitada por amplas discussões de ordem política, cultural e religiosa, da criação de um espaço para esse debate, oferecendo à juventude que saía dos colégios uma opção de Universidade comprometida com a saúde física e mental das pessoas, com o resgate dos pobres e com a justiça e os direitos fundamentais dos cidadãos.

Atualmente, a instituição conta com inúmeros cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas de conhecimento, entre elas, o turismo. O curso de turismo da Instituição II teve início no segundo semestre de 1998, no Departamento de

Geografia, oferecendo 60 vagas semestrais em apenas um período (tarde). A partir do ano de 2000, devido à grande procura de candidatos pelo curso de turismo, a instituição passa a oferecer 60 vagas semestrais em dois períodos (manhã/noite). Com o decréscimo dessa demanda, no segundo semestre de 2006, o curso volta a oferecer vagas em um único período (noite) destinadas a 55 alunos.

De acordo com o projeto pedagógico, o curso foi criado com o objetivo de formar um profissional criativo, capaz de planejar, voltando-se sempre para a otimização dos benefícios ligados à atividade turística, sem perder de vista a preocupação com o patrimônio histórico e paisagístico e com os impactos ambientais, sociais e econômicos produzidos pelo desenvolvimento do turismo.

Sendo assim, o curso de turismo da Instituição II visa oferecer aos alunos um instrumento teórico, metodológico e prático relacionado ao planejamento e à administração de serviços e produtos turísticos. Com isso, pretende-se formar profissionais capacitados para exercer, além do gerenciamento e administração ligados aos serviços de hospitalidade e de agenciamento, funções de coordenação de trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos do setor turístico, nos níveis municipal, interestadual e inter-regional; análise e elaboração de planos para o desenvolvimento do turismo, levando-se em conta as influências de fatores econômicos e socioculturais; coordenação e orientação de locais e áreas vocacionais para o turismo como também de projetos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal de nível técnico ou de prestação de serviços e elaboração e coordenação de planos de marketing turístico e toda uma conscientização com relação aos impactos ambientais, culturais, sociais e econômicos da comunidade local.

Dessa forma, a estrutura curricular contempla as seguintes áreas: administração de serviços de hotelaria, operadoras de viagem, planejamento interpretativo, política de marketing, formulação e implantação de políticas para o meio ambiente nas instituições públicas e privadas, organização espacial, informática, história e defesa do patrimônio histórico e paisagístico, além de disciplinas metodológicas para as atividades de pesquisa e projetos e de disciplinas de formação básica e de cunho humanista, cujos conteúdos propiciam um conhecimento e capacidade analítica amplos, como as disciplinas de antropologia cultural, sociologia do lazer e recreação, filosofia, cultura religiosa, dentre outras.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Cultura Religiosa I/II	x				x				60/30
	Filosofia I/II	x	x							60/60
	Geografia do Brasil	x								60
	História da Cultura		x							60
	História das Civilizações		x							60
	História do Brasil		x							60
	Sociologia		x							60
	Organização do Espaço Geográfico Mundial			x						60
	Organização do Espaço Geográfico Latino Americano			x						60
	Estudos Brasileiros				x					60
	Psicologia				x					60
	História da Arte					x				60
Conteúdos Específicos	Cartografia	x								60
	Computação I/II	x	x							60/60
	Economia	x								60
	Introdução à Administração		x							60
	Introdução ao Estudo do Turismo		x							60
	Meio Ambiente e Turismo		x							60
	Planejamento e Organização do Turismo		x							60
	Comunicação e Sociedade			x						60
	Fundamentos Mercadológicos do Turismo			x						60
	Modelos de Organização do Funcionamento Empresarial			x						60
	Turismo Ecológico			x						60
	Hospedagem e Turismo				x					60
	Lazer e Turismo				x					60
	Métodos e Técnicas de Pesq. Turismo				x					60
	Noções de Arquitetura e Urbanismo				x					60
	Redação Institucional				x					60
	Agenciamento Turístico					x				60
	Estatística					x				60
	Gestão Administrativa Financeira					x				60
	Planejamento Interpretativo					x				60
	Técnicas Publicitárias					x				60
	Alimentação e Turismo						x			60
	Eventos Turísticos						x			60
	Marketing em Turismo						x			60
	Turismo Cultural						x			60
	Tópicos em Turismo I/II						x	x		60/60
	Atrações Turísticas Contemporâneas							x		60
	Formatação Prod. Roteiros Turísticos							x		60
	Noções de Direito							x		60
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio em Turismo I							x		45
	Estágio em Turismo II							x		45
		TOTAL CH								2.820 horas

Quadro 14: Currículo da Instituição II - Ano 1998

Fonte: Secretaria da Instituição II

- Oferta da disciplina Cultura Religiosa em 2 períodos, bastante incomum nos cursos de turismo, o que leva a sugerir que seja uma instituição religiosa.
- Oferta disciplina Estudos Brasileiros, comum à época.
- Oferta da disciplina de computação, indicando que os alunos devessem ter domínio sobre as novas tecnologias.
- Oferta das disciplinas de Meio Ambiente e Turismo, Turismo Ecológico e Turismo Cultural, levando os alunos a uma consciência ambiental e cultural.
- Oferta da Disciplina Tópicos em Turismo I/II, apontando para uma abertura de temas contemporâneos em turismo.
- Inexistência de disciplinas de idiomas, como inglês e espanhol.
- Inexistência do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, apesar de oferecer a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo.
- Oferta do estágio supervisionado nos dois últimos períodos, com uma carga horária pequena.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Filosofia I/II	x		x						60/60
	Geografia e Turismo	x								60
	História das Civilizações	x								60
	Oficina do Pensar	x								60
	Geografia do Brasil		x							60
	História do Brasil		x							60
	Sociologia do Lazer e do Turismo		x							60
	Antropologia Cultural			x						60
	Estudos Históricos e Turísticos de Minas Gerais			x						60
	Psicologia				x					60
	Cultura Religiosa I/II						x	x		60/30
	História da Arte						x			60
Conteúdos Específicos	Computação I/II	x				x				60/60
	Introdução ao Estudo do Turismo	x								60
	Economia		x							60
	Fundamentos do Turismo		x							60
	Introdução à Administração		x							60
	Comunicação e Turismo			x						60
	Estatística			x						60
	Planejamento em Turismo			x						60
	Fundamentos Mercadológicos do Turismo				x					60
	Lazer e Recreação em Turismo				x					60
	Meio Ambiente e Turismo				x					60
	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo				x					60
	Princípios de Organização e Gestão Empresarial					x				60
	Administração Financeira					x				60
	Eventos					x				60
	Hospedagem e Turismo					x				60
	Planejamento Mercadológico em Turismo					x				60
	Teorias Espaciais Aplicadas ao Turismo					x				60
	Turismo Ecológico					x				60
	Agenciamento Turístico						x			60
	Alimentação e Bebidas						x			60
	Cartografia						x			60
	Planejamento Interpretativo						x			60
	Urbanismo e Turismo						x			60
	Atrações Turísticas Contemporâneas							x		60
	Transporte em Turismo							x		60
	Turismo Cultural							x		60
	Direito Aplicado ao Turismo								x	60
	Formatação de Produtos e Roteiros Turísticos								x	60
	Tópicos em Turismo I/II								x	60/60
Conteúdos Teórico-	Estágio I - Integração	x								30
	Estágio II - Pesquisa				x					45
	Estágio III - Projeto A					x				45

Práticos	Estágio IV - Projeto B					x		45
	Estágio Profissional - A					x		45
	Estágio Profissional - B					x		90
	TOTAL CH						3.060 horas	

Quadro 15: Currículo da Instituição II - Ano 2001

Fonte: Secretaria da Instituição II

- A disciplina Estudos Brasileiros é retirada do currículo.
- Preocupação com a questão da regionalização, através da disciplina Estudos Históricos e Turísticos de Minas Gerais.
- Inexistência de disciplinas de idiomas, como inglês e espanhol.
- Inexistência do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, apesar de oferecer a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo.
- Oferta do estágio supervisionado a partir do 1º período, levando o aluno a ter contato com experiências práticas mais cedo, com uma carga horária total mais significativa.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Fundamentos Geográficos do Turismo	x								64
	História das Civilizações	x								64
	Oficina do Pensar	x								64
	Civilizações e Cultura do Brasil		x							64
	Filosofia I/II		x	x						64/64
	Geografia Regional e do Brasil			x						64
	Cultura Religiosa I/II				x		x			64/32
	Antropologia Cultural					x				64
	Sociologia do Lazer e do Turismo					x				64
Conteúdos Específicos	Informática Aplicada ao Turismo	x								64
	Introdução ao Estudo do Turismo	x								64
	Oficina de Turismo I (Gastronomia)/II (Agenciamento)/III (Hotelaria)/IV (Eventos)/V (Lazer e Entretenimento)	x	x	x	x		x			32/64/ 64/64/ 64
	Economia I/II		x		x					64/64
	Estatística		x							64
	Fundamentos do Turismo	x								64
	Fundamentos da Administração		x							64
	Metodologia Qualitativa no Turismo		x							64
	Metodologia Quantitativa no Turismo		x							64
	Projeto de Pesquisa em Turismo		x							32
	Gestão de Empreendimentos Turísticos			x						64
	Planejamento Turístico			x						64
	Transporte e Terminais Turísticos			x						64
	Comunicação e Turismo				x					64
	Direito Aplicado ao Turismo				x					64
	Políticas Públicas em Turismo				x					64
	Projeto de Intervenção em Turismo				x					32
	Sistemas de Informações Turísticas				x					64
	Marketing Turístico					x				64
	Meio Ambiente e Turismo					x				64
	Planejamento Urbano Aplicado ao Turismo					x				64
	Formatação de Produtos e Roteiros Turísticos						x			64
	Gestão Ambiental Aplicada ao Turismo						x			70
	Planejamento Interpretativo						x			70
	Projetos e Negócios Turísticos						x			69
	Tópicos em Turismo I/II						x			32/32
	Turismo, Arte e Patrimônio						x			64
Conteúdos Teórico-Práticos	Seminários de Integração - Estágio I	x								32
	Pesquisa de Campo – Estágio II			x						32
	TCC 1/2					x	x			52/32
Optativas	Língua Brasileira de Sinais						x			64
		TOTAL CH								2.809 horas

Quadro 16: Currículo da Instituição II - Ano 2006

Fonte: Secretaria da Instituição II

- O curso passa a ter duração de 7 semestres, ou seja, 3 anos e meio e, consequentemente, há uma diminuição na carga horária total do curso.
- Inexistência de disciplinas de idiomas, como inglês e espanhol.
- Oferta da disciplina Políticas Públicas em Turismo, indicando o interesse do curso em reconhecer as competências dos órgãos públicos para o desenvolvimento da atividade turística.
- Surgimento do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, sugerindo uma preocupação do curso com o desenvolvimento de pesquisas científicas.
- Diminuição da oferta do estágio supervisionado, com uma carga horária pequena.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Fundamentos Geográficos do Turismo	x								68
	História das Civilizações	x								68
	Oficina do Pensar	x								74
	Civilizações e Cultura do Brasil		x							74
	Filosofia: Razão e Modernidade		x							68
	Filosofia: Antropologia e Ética			x						68
	Geografia Regional e do Brasil			x						68
	Antropologia Cultural				x					68
	Sociologia do Lazer e do Turismo					x				68
	Cultura Religiosa: Fenômeno Religioso						x			68
Conteúdos Específicos	Cultura Religiosa: Pessoa e Sociedade							x		34
	Gastronomia	x								40
	Informática Aplicada ao Turismo	x								68
	Introdução ao Estudo do Turismo	x								68
	Agenciamento Turístico		x							68
	Estudos Estatísticos em Turismo		x							68
	Fundamentos do Turismo		x							68
	Introdução a Economia do Turismo		x							68
	Fundamentos da Administração			x						68
	Hotelaria			x						74
	Metodologia Qualitativa no Turismo			x						68
	Metodologia Quantitativa no Turismo			x						68
	Eventos				x					74
	Gestão de Empreendimento Turístico				x					74
	Lazer e Entretenimento				x					74
	Macroeconomia do Turismo				x					68
	Planejamento Turístico				x					74
	Comunicação e Turismo					x				74
	Direito Aplicado ao Turismo					x				68
	Políticas Públicas em Turismo					x				74
Conteúdos Teórico-Práticos	Sistemas de Informações Turísticas					x				68
	Transportes e Terminais Turísticos					x				74
	Marketing Turístico						x			68
	Meio Ambiente e Turismo						x			74
	Planejamento Interpretativo						x			68
	Planejamento Urbano Aplicado ao Turismo							x		68
	Turismo: Arte e Patrimônio							x		74
	Formatação de Produtos e Roteiros Turísticos							x		68
	Gestão Ambiental Aplicada ao Turismo							x		68
	Projetos e Negócios Turísticos							x		68
	Tópicos I(Mercado Turístico)/II (Segmentação Turística)							x		34/34
								x		
	Estágio: Estudos do Turismo Contemporâneo	x								34
	Estágio: Projetos de Pesquisa do Turismo				x					34
	Estágio: Pesquisa Aplicada ao Turismo					x				34
	Estágio: Projetos de Intervenção em Turismo						x			34
	TCC - Estudos Teóricos							x		55

	TCC - Estudos Práticos					x		55
Optativas	Língua Brasileira de Sinais					x		68
	TOTAL CH						3.044 horas	

Quadro 17: Currículo da Instituição II - Ano 2010

Fonte: Secretaria da Instituição II

- Aumento na carga horária total do curso.
- Inexistência de disciplinas de idiomas, como inglês e espanhol.
- Pequeno aumento na carga horária total do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso.
- Aumento da oferta do estágio supervisionado, com uma carga horária maior.

No ano de 2010 a Instituição II deixa de oferecer o curso de Bacharelado em Turismo e cria um curso em outra modalidade de ensino superior: Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, oferecendo 50 vagas para o turno da noite.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Cultura Religiosa: Fenômeno Religioso	x								64
	Filosofia: Modernidade	x								64
	Oficina do Pensar	x								77
	Geografia Histórica aplicada ao Turismo			x						77
Conteúdos Específicos	Estrutura e Organização Oficial do Turismo	x								77
	Turismo e Hospitalidade	x								38
	Legislação Turística	x								38
	Projeto Aplicado aos Princípios da Gestão de Turismo	x								96
	Elaboração de projetos		x							77
	Turismo, Patrimônio e Cultura		x							77
	Gestão Financeira de Projetos		x							77
	Gestão de Logística em Projetos		x							77
	Captação de Recursos		x							38
	Políticas Públicas em Turismo		x							38
	Projeto Aplicado aos Fundamentos da Gestão de Projetos Turísticos		x							96
	Receptivo Turístico			x						77
	Roteiros Turísticos			x						77
	Meio Ambiente e Turismo			x						77
	Comunicação e Turismo			x						77
	Projeto Aplicado à Formação do Gestor de Viagens				x					109
	Gestão de Agência de Viagem					x				77
	Gestão de Meios de Hospedagens					x				77
	Gestão em Transportes Turísticos					x				77
	Gestão do Lazer					x				77
	Gestão em Eventos					x				77
	Projeto Aplicado em Gestão de Operações em Turismo					x				109
TOTAL CH										1.922 horas

Quadro 18: Currículo da Instituição II - Ano 2010

Fonte: Secretaria da Instituição II

- Continuidade da disciplina Cultura Religiosa.
- Redução significativa das disciplinas de Conteúdos Básicos.
- O curso passa a ser bastante direcionado para o mercado turístico com oferta de disciplinas específicas, que abrangem a maioria das áreas do setor de turismo, como a de meios de hospedagem, agência de viagem, transportes turísticos, eventos, lazer e projeto.
- Inexistência de conteúdos teórico-práticos, apesar da existência de laboratórios de aprendizagem no curso.

b) Formação dos Professores

Disciplina (s)	Titulação
Fundamentos Geográficos do Turismo Gestão Ambiental Aplicada ao Turismo	Graduação em Geografia Mestrado em Planejamento Urbano e Regional Doutorado em Arquitetura e Urbanismo
História das Civilizações	Graduação em História Mestrado em Letras
Oficina do Pensar	Graduação em Jornalismo Mestrado em Ciência da Informação
Geografia Regional e do Brasil	Graduação em Geografia
Cultura Religiosa: Fenômeno Religioso Cultura Religiosa: Pessoa e Sociedade	Graduação e Licenciatura em Filosofia Especialização em Ciências da Religião Mestrado em Teologia
Introdução ao Estudo do Turismo Fundamentos do Turismo Estágio: Proj. Intervenção em Turismo	Eventos em Turismo Especialização em Planejamento Turístico Mestrado em Turismo e Meio Ambiente
Agenciamento Turístico Tópicos I(Mercado Turístico)/II (Segmentação Turística)	Graduação em Turismo Especialização em Gestão Estratégica de Marketing
Introdução a Economia do Turismo	Graduação em Ciências Econômicas Mestrado em Ciência Política

Fundamentos da Administração	Graduação em Administração Especialização em Organização, Sistemas e Métodos Mestrado em Administração
Metodologia Quantitativa no Turismo Estágio: Pesquisa Aplicada ao Turismo TCC - Estudos Práticos	Graduação em Ciências Econômicas Mestrado em Mercadologia e Administração Estratégica
Eventos	Graduação em Comunicação Social Especialização em Administração
Gestão de Empreendimento Turístico Formatação de Produtos e Roteiros Turísticos Estágio: Estudos do Turismo Contemporâneo	Graduação em Turismo Mestrado em Educação
Lazer e Entretenimento	Graduação em Pedagogia e Turismo Especialização em Gestão da Memória Arquivo Patrimônio e Museu
Planejamento Turístico Políticas Públicas em Turismo	Graduação em Economia e Administração Especialização em Planejamento Estratégico e Sistemas de Informação Mestrado em Administração
Comunicação e Turismo	Graduação em Comunicação Social Mestrado em Letras
Direito Aplicado ao Turismo	Graduação em Administração em Direito Mestrado em Direito
Turismo: Arte e Patrimônio	Graduação em História Mestrado em Letras
Projetos e Negócios Turísticos	Graduação em Engenharia Civil e Administração

Quadro 19: Formação de Professores/Instituição II – Década 2000

Fonte: Secretaria da Instituição II

Observa-se a diversidade de profissionais atuando no curso de turismo, com disciplinas referentes à sua área de formação. Este fato torna-se interessante pela questão da interdisciplinaridade.

Nota-se, também, que a qualificação máxima, em geral, do quadro do corpo docente é o mestrado, sugerindo que seja uma instituição particular de ensino. No que concerne às disciplinas específicas da área de turismo, a maioria dos professores possuem a devida formação.

c) Relação candidato por vaga

	1998/2 - 4,08
1999/1 - 8,98	1999/2 - 6,18
2000/1 - 6,43	2000/2 - 3,12
2001/1 - 4,42	2001/2 - 2,93
2002/1 - 4,21	2002/2 - 2,61
2003/1 - 4,01	2003/2 - 2,48
2004/1 - 3,21	2004/2 - 2,16
2005/1 - 2,67	2005/2 - 1,32
2006/1 - 1,86	2006/2 - 1,04
2007/1 - 1,58	2007/2 - 0,80
2008/1 - 1,12	2008/2 - 0,47
2009/1 - 0,50	2009/2 - 0,39
2010/1 - 0,92	2010/2 - 0,33
2011/1 - 0,61	2011/2 - 0,35
2012/1 - 0,41	2012/2 - 0,29

Quadro 20: Relação candidato por vaga da Instituição II

Fonte: Secretaria da Instituição II

Observa-se uma expressiva relação candidato/vaga nos primeiros anos de criação do curso. No entanto, após o segundo semestre de 2005, percebe-se nitidamente a diminuição crescente dessa relação.

É interessante observar que no primeiro semestre de 1999 o curso teve uma procura proeminente, ultrapassando os índices dos cursos mais tradicionais da

instituição como arquitetura e urbanismo, ciência da computação e administração. Sugere-se, dessa forma, um caráter de novidade na oferta do curso de turismo na Instituição II.

d) Número de alunos concluintes

2002/1 - 31	2002/2 - 48
2003/1 - 95	2003/2 - 86
2004/1 - 96	2004/2 - 101
2005/1 - 87	2005/2 - 81
2006/1 - 68	2006/2 - 79
2007/1 - 58	2007/2 - 82
2008/1 - 73	2008/2 - 63
2009/1 - 60	2009/2 - 41
2010/1 - 57	2010/2 - 21
2011/1 - 24	2011/2 - 18
2012/1 - 16	2012/2 - 12

Quadro 21: Número de alunos concluintes da Instituição II

Fonte: Secretaria da Instituição II

A primeira turma que se formou teve apenas 31 alunos concluintes, ou seja, um pouco mais da metade dos alunos que ingressaram, tendo em vista que a turma possuía 60 alunos inscritos, conforme oferta de vagas para o curso. Em 2000, o curso passa a oferecer 120 vagas, por isso um número maior de concluintes é observada a partir de 2004.

Sem dúvida, os números não revelam exatamente uma relação de matriculados e concluintes, já que muitos alunos não se formam na turma em que ingressaram, ou ainda desistem ao longo do curso. Mas torna-se interessante observar o declínio acentuado do número de profissionais formados até o ano de 2012.

e) Laboratórios de Aprendizagem

O curso de turismo da Instituição II possui dois laboratórios de aprendizagem específicos, com a finalidade de proporcionar ao aluno a experiência de atividades profissionais. Um voltado para o desenvolvimento de práticas relacionadas a projetos de agenciamento e hospitalidade e o outro direcionado com o trabalho de captação, planejamento e execução de eventos em diferentes setores. Possui, ainda, um laboratório de informática que é compartilhado com os outros cursos da Instituição II, onde o aluno do curso de turismo encontra softwares que, utilizados nas disciplinas de Gestão de Agência de Viagem e Gestão de Meios de Hospedagem, também irão completar as práticas desenvolvidas pelos laboratórios específicos.

3.1.3 Curso de Turismo da Instituição III

A Instituição III foi fundada em 1927, através de decreto do Presidente do Estado de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, surgindo a partir da união das quatro escolas de nível superior então existentes em Belo Horizonte. Depois vieram a Escola de Arquitetura e as Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas. Mais tarde, como parte de sua expansão e diversificação, a Instituição III incorporou e criou novas unidades e cursos. Surgiram então, sucessivamente, a Escola de Enfermagem (1950), a Escola de Veterinária (1961), o Conservatório Mineiro de Música (1962) e as escolas de Biblioteconomia (1962), Belas-Artes (1963) e Educação Física (1969).

Em 1968, a Reforma Universitária impôs profunda alteração à estrutura orgânica da Instituição III. Dessa reforma resultou o desdobramento da antiga Faculdade de Filosofia em várias faculdades e institutos. Surgiram, assim, a atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, o Instituto de Ciências Biológicas, o Instituto de Ciências Exatas e seus respectivos ciclos básicos, o Instituto de Geociências e as faculdades de Letras e de Educação.

E foi, através do Instituto de Geociências - IGC que o curso de turismo surgiu, sendo autorizado a funcionar por meio da Resolução nº 11/2001, de 23 de agosto de 2001, do Conselho Universitário. O curso tem a duração de quatro anos e carga horária de 2550 horas, divididas em disciplinas obrigatórias, optativas, eletivas, estágio supervisionado e de pesquisa.

Por isso, ao tratar do planejamento e da gestão das atividades turísticas, o curso proposto, de acordo com o projeto pedagógico, deverá incorporar a preocupação com os impactos ambientais do desenvolvimento turístico, em suas dimensões naturais, econômicas, culturais e sociais. Deverá, portanto oferecer abordagens voltadas para a otimização dos benefícios do turismo e a redução de seus efeitos adversos.

Desse modo, a matriz curricular foi organizada de forma a proporcionar ao aluno um conjunto de disciplinas que contempla os dois principais campos de interesse profissional. De um lado, a gestão e administração de empreendimentos e serviços turísticos, área já tradicional nos cursos de turismo. De outro lado, o planejamento integrado das atividades turísticas, com o objetivo de identificar e valorizar atrativos, desenvolver e implementar serviços e produtos, bem como políticas de marketing, que respeitem as características culturais e sociais dos núcleos receptores.

Ambas as áreas contarão com abordagem universal e multidisciplinar, quanto uma específica do turismo, como prática acadêmica e científica já consolidada para o setor. Tem-se como preocupação refletir a respeito das tendências mais modernas do Turismo no campo acadêmico e profissional, adequadas aos interesses e necessidade daqueles que já trabalham ou pretendem trabalhar na atividade turística.

O curso de turismo da Instituição III oferece 60 vagas, sendo 30 distribuídas no primeiro semestre e as outras 30 vagas no segundo semestre. Ou seja, entrada anual, somente no período da manhã.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Geografia Geral	x								60
	História Econômica Geral e do Brasil	x								60
	Geografia do Brasil		x							60
	História da Arte Brasileira		x							60
Conteúdos Específicos	Economia I	x								60
	Introdução ao Fenômeno Turístico	x								60
	Inglês Técnico	x								60
	Introdução a Administração		x							60
	Teoria Geral do Turismo		x							60
	Francês		x							60
	Administração e Instrumentos Gerenciais			x						60
	Comunicação e Cultura			x						60
	Elementos de Cartografia			x						60
	Planejamento da Indústria do Turismo			x						60
	Planejamento em Comunicação				x					60
	Teoria do Lazer				x					45
	Fundamentos Mercadológicos do Turismo				x					60
	Espanhol para Turismo				x					60
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio Curricular de Pesquisa				x					120
	Estágio Supervisionado					x				180
	Monografia						x			120
Eletiva		x	x	x	x	x	x	x	x	30/30/ 30/30/ 30/30/ 30/30
Optativa			x	x	x	x	x	x	x	90/90/ 90/150 /90/ 255/60
TOTAL CH										2.550 horas

Quadro 22: Currículo da Instituição III - Ano 2002

Fonte: Secretaria da Instituição III

- O currículo do curso é o mesmo desde a sua criação, permanecendo por quase 11 anos sem nenhuma alteração, por isso, nota-se um termo que não é mais usual: “indústria do turismo”, na disciplina Planejamento da Indústria do Turismo.
- Oferta de conteúdos básicos apenas das disciplinas de História e Geografia
- Oferta da disciplina Francês, em caráter obrigatório.
- Flexibilidade do currículo através das disciplinas eletivas e optativas, que podem ser realizadas em outros cursos da própria instituição, proporcionando ao aluno uma formação mais diversificada.
- Inexistência de disciplinas obrigatórias específicas da área, como hotelaria, agência, eventos e outras, indicando que o curso seja mais voltado para a área de planejamento turístico.
- Oferta do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), sugerindo uma preocupação do curso com o desenvolvimento de pesquisas científicas.
- Oferta do estágio supervisionado, em dois períodos, com uma carga horária significativa.

b) Formação dos Professores

Estes dados não foram informados pela Instituição III.

c) Relação candidato por vaga

2002/1 - *
2003/1 - *
2004/1 - *
2005/1 - *
2006/1 - 12,68
2007/1 - 9,08
2008/1 - 8,48
2009/1 - 4,93
2010/1 – 3,25

2011/1 - 3,52
2012/1 - 3,08

Quadro 23: Relação candidato por vaga da Instituição III

Fonte: Secretaria da Instituição III

* Dados não informados

Apesar de não se encontrar os dados iniciais da relação de candidato por vaga é nítido notar o ápice da demanda pelo curso de turismo no ano de 2006, significando uma expressiva procura pelo curso de turismo. No entanto, a partir de 2009 essa demanda cai significativamente, indicando um menor interesse pelo curso.

d) Número de alunos concluintes

2006/1 - 9	2006/2 - 27
2007/1 - 10	2007/2 - 14
2008/1 - 20	2008/2 - 19
2009/1 - 25	2009/2 - 32
2010/1 - 28	2010/2 - 17
2011/1 - 13	2011/2 - 15
2012/1 - 11	2012/2 - 18

Quadro 24: Relação do número de alunos concluintes da Instituição III

Fonte: Secretaria da Instituição III

Observa-se que na primeira turma houve um número bastante reduzido de alunos concluintes, já que a instituição oferece 30 vagas por semestre. No entanto, é possível notar que ao longo do funcionamento do curso há uma estabilidade no número de alunos concluintes, considerando a média de 30 alunos ingressantes. Mas é importante lembrar que nem sempre os alunos que ingressaram no curso são os alunos concluintes. Não se trata de uma conta exata, pois alguns alunos se atrasam para formar e vão para outra turma ou podem ser alunos transferidos de outras instituições. O que se pretende evidenciar, de fato, é o declínio do número de alunos concluintes.

e) Laboratórios de Aprendizagem

O curso de Turismo da Instituição III possui um laboratório de aprendizagem destinado às atividades de pesquisa e extensão e uma Empresa Júnior com o objetivo de desenvolver projetos na área de planejamento e gestão criando oportunidades de atuação no mercado turístico.

3.1.4 Curso de Turismo da Instituição IV

A Instituição IV iniciou suas atividades no segundo semestre de 2000. É uma instituição de ensino, produção de conhecimento e extensão voltada à formação de profissionais e especialistas de nível superior, contribuindo para o desenvolvimento de capacidades e competências técnicas, promovendo valores éticos, de justiça e responsabilidade social.

A Instituição vem conquistando amplo reconhecimento por parte dos alunos e da comunidade mineira de modo geral com o objetivo de contribuir para satisfazer a demanda que cresce com o número de alunos que concluem o ensino médio e que pretendem ingressar no mercado de trabalho.

Para os gestores, a instituição conseguiu se engajar no processo de desenvolvimento verificado na região já que os cursos foram concebidos para oferecer aos alunos egressos do ensino médio uma formação sólida técnica, amparada por um embasamento humanístico que lhes proporcione condições de adquirir uma visão abrangente no mercado de trabalho escolhido e da realidade em que irão atuar.

Dessa forma, a instituição direcionou seus esforços acadêmicos para as áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e da Saúde, oferecendo cursos comprometidos com uma metodologia que alia a teoria à prática, buscando uma abordagem sempre atual, através da sua estrutura curricular e da excelência do seu corpo docente.

Dentre os cursos ofertados pela instituição está o curso de turismo que iniciou suas atividades no segundo semestre de 2000, recebendo autorização de funcionamento através da Portaria nº. 738 de 26 de maio de 2000, publica no D.O.U. nº. 103 de 30 de maio de 2000. É oferecido na modalidade de bacharelado, com duas entradas semestrais, com um total de 150 vagas, sendo 100 no 1º semestre e 50 no segundo, oferecidas apenas no período noturno.

O curso tem o objetivo de formar o cidadão e o profissional empreendedor para atuar em todas as áreas do Turismo, contribuindo para a melhoria e o desenvolvimento dessas atividades e das organizações em que atuar, alicerçando em posturas éticas e sustentáveis.

Para isso, de acordo com o projeto pedagógico, o curso visa capacitar o profissional, com base em uma formação técnica, humanística e prática, em todas as áreas do Turismo, capazes de desempenhar funções em organizações públicas e privadas, atuando em planejamento urbano, territorial, na gestão do patrimônio ambiental, contribuindo para a melhoria e o desenvolvimento das atividades turísticas através de uma atuação competente, empreendedora, solidária, ético-profissional, associada à responsabilidade social para o desenvolvimento das organizações e da sociedade.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Filosofia e Ética Profissional	x								40
	Sociologia Aplicada		x							80
	Geografia do Brasil			x						80
	Psicologia Aplicada			x						80
	Antropologia Cultural I					x				80
	História Geral					x				80
	História do Brasil						x			80
	História da Cultura							x		80
Conteúdos Específicos	Informática I	x								80
	Língua Inglesa I (Inglês Instrumental)	x								80
	Língua Portuguesa I	x								80
	Teoria Geral do Turismo I/II/III	x	x	x						80/80/80
	Metodologia Científica	x								40
	Instituições de Direito		x							80
	Língua Inglesa II		x							80
	Geografia Geral		x							80
	Língua Espanhola I/II			x	x					80/80
	Introdução à Administração			x						80
	Estatística				x					80
	Cartografia				x					80
	Planejamento e Organização do Turismo				x					80
	Administração de Recursos Humanos					x				80
	Economia Política					x				80
	Contabilidade Geral					x				80
	Programa Nacional de Municipalização do Turismo					x				80
	Marketing Turístico I/II						x	x		80/80
	Agenciamento e Logística					x				80
	Planejamento Urbano					x				80
	Eventos						x			80
	Administração Financeira e Orçamentária							x		80
	Turismo, Lazer e Meio Ambiente						x			80
	Planos, Progr., Proj., Viabilidade e Parecer Técnico							x		80
	Legislação Turística								x	80
	Hospedagem								x	80
	Publicidade Aplicada ao Turismo								x	80
	Recreação e Animação Turística								x	80
	Administração Mercadológica								x	80
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio Supervisionado I/II/III/IV					x	x	x	x	80/80/80/80
		TOTAL CH								3.520 horas

Quadro 25: Currículo da Instituição IV - Ano 2000

Fonte: Secretaria da Instituição IV

- O curso tem uma carga horária total bastante expressiva, se comparada às outras instituições.
- Oferta da Disciplina Filosofia e Ética Profissional.
- Oferta de disciplinas de idiomas, como inglês e espanhol bem nos primeiros períodos.
- Oferta da disciplina Informática, indicando que os alunos devessem ter domínio sobre as novas tecnologias.
- Oferta da disciplina Programa Nacional de Municipalização do Turismo referente às políticas públicas federais, indicando o interesse do curso em reconhecer as competências dos órgãos públicos para o desenvolvimento da atividade turística.
- Inexistência do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, apesar de oferecer a disciplina Metodologia Científica.
- Oferta do estágio supervisionado nos quatro últimos períodos com uma carga horária satisfatória.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Antropologia Cultural	x								44
	Sociologia	x								88
	Filosofia e Ética Profissional	x								44
	História Ambiental		x							88
	Geografia Geral		x							88
	Psicologia			x						44
	Geografia do Brasil			x						88
	História da Arte			x						88
	Geografia de Minas				x					44
	História de Minas: Turismo, Patrimônio e Cultura				x					44
Conteúdos Específicos	Teoria Geral do Turismo I/II	x	x							88/88
	Língua Portuguesa	x								88
	Tópicos Especiais I/II/III/IV	x	x			x	x			44/44/ 44/44
	Turismo e Lazer		x							88
	Estatística			x						88
	Animação Cultural			x						88
	Administração de Recursos Humanos				x					88
	Planejamento Turístico I/II				x	x				66/66
	Economia				x					88
	Educação Ambiental para o Turismo				x					44
	Percepção Ambiental Aplicada ao Turismo					x				44
	Agenciamento e Transporte					x				88
	Cartografia					x				88
	Administração Mercadológica I						x			66
	Contabilidade						x			88
	Desenvolvimento Regional e a Atividade Turística						x			44
	Gestão de Hospitalidade						x			66
	Elaboração de Projetos							x		44
	Planejamento e Organização de Eventos							x		66
	Comunicação e Tecnologia de Informação							x		88
	Turismo com Base Local								x	66
	Direito e Legislação Turística								x	66
	Urbanização e Turismo								x	44
Conteúdos Teórico-Práticos	Atividades Complementares I/II/III	x	x	x						44/44/ 44
	Projeto de TCC							x		66
	Estágio Supervisionado I/II							x	x	44/44
	Orientação de TCC								x	66
Eletivas	Análise de Investimentos					x				44
	Marketing de Serviços					x				44
	Marketing Internacional					x				44
	Comportamento do Consumidor					x				44
	Economia Internacional					x				44
	Marketing de Varejo					x				44
	Legislação e Tributos Trabalhistas					x				44
	Administração de Recursos Humanos II					x	x			44/44
	Turismo Cultural					x				44
	Análise de Investimentos						x			44

Marketing de Serviços					x		
Marketing Internacional					x		
Comportamento do Consumidor					x		
Marketing de Varejo					x		
Legislação e Tributos Trabalhistas					x		
Alimentos e Bebidas					x		
Turismo Cultural					x		44
Seminários de Atualização em Turismo					x		44
Optativas	Estudos Históricos e o Turismo				x		44
TOTAL CH						3.300 horas	

Quadro 26: Currículo da Instituição IV - Ano 2005

Fonte: Secretaria da Instituição IV

- Preocupação com a questão da regionalização, através das disciplinas História de Minas: Turismo, Patrimônio e Cultura e Geografia de Minas.
- Surgimento de uma disciplina inovadora nos cursos de turismo: História Ambiental.
- Oferta da Disciplina Tópicos Especiais I/II/III/IV, apontando para uma abertura de temas contemporâneos em turismo.
- Oferta das disciplinas Educação Ambiental para o Turismo e Percepção Ambiental Aplicada ao Turismo, levando os alunos a uma consciência ambiental.
- Retirada das disciplinas de idiomas (inglês e espanhol).
- Retirada da disciplina Informática.
- Flexibilidade do currículo através das disciplinas eletivas e optativas, porém, limitando-se às oferecidas pelo próprio curso. No decorrer do curso o aluno deverá obrigatoriamente cursar uma disciplina eletiva.
- Oferta das Atividades Complementares nos três primeiros períodos, apesar de não serem obrigatórias, pois são consideradas pelas diretrizes curriculares apenas como “componentes curriculares enriquecedores”.
- Oferta do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, em dois períodos.
- Oferta do estágio supervisionado nos dois últimos períodos com uma carga horária reduzida.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Introdução aos Estudos da Sociedade	x								44
	Cenários Geopolíticos do Turismo	x								88
	Geografia do Brasil e Minas Gerais		x							44
	História da Arte				x					66
	Ética Profissional e Filosofia				x					44
	História de Minas Patrimônio e Cultura					x				44
Conteúdos Específicos	Fundamentos do Lazer	x								88
	Sistema do Turismo e de Eventos	x								88
	História e Tipologia de Eventos	x								88
	Tópicos Especiais I/II/III	x			x		x			44/44/44
	Criatividade e Ludicidade		x							66
	Legislação Aplicada		x							44
	Gestão dos Meios de Hospedagem		x							66
	Economia do Turismo		x							66
	Técnicas de Planejamento de Eventos	x								66
	Sistema do Turismo e Sustentabilidade		x							66
	Gestão das Relações Comunitárias		x							66
	Gestão de Alimentos e Bebidas		x							66
	Gestão de Pessoas		x							66
	Elaboração de Projetos		x							66
	Estatística Aplicada ao Turismo				x					66
	Planejamento Turístico I/II			x	x					66/66
	Comunicação e Novas Mídias		x							66
	Gestão de Empresa Turística				x					66
	Empreendedorismo				x					44
	Metodologia Científica				x					66
	Agenciamento e Transporte				x					66
	Marketing Turístico					x				66
	Cartografia Aplicada					x				66
	Turismo, Educação e Meio Ambiente					x				44
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio Supervisionado I/II				x	x				132/132
	TCC						x			44
TOTAL CH										2.860 horas

Quadro 27: Currículo da Instituição IV - Ano 2008

Fonte: Secretaria da Instituição IV

- Redução do currículo de 8 períodos para 6 períodos, ou seja, a duração do curso de 4 anos passa a ser de 3 anos e, consequentemente, redução da carga horária total do curso.
- Redução das disciplinas de conteúdo básico.
- Retirada das Atividades Complementares.
- Retirada das disciplinas eletivas e optativas.
- Oferta de disciplina inovadora no curso de turismo: Empreendedorismo.
- Oferta do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, em apenas um período.
- Oferta do estágio supervisionado nos dois últimos períodos com uma carga horária reduzida.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Cenários Geopolíticos Aplicados ao Turismo	x								44
	Psicologia nas Organizações	x								44
	Patrimônio Histórico Cultural Brasileiro		x							88
	Ética e Responsabilidade Social				x					44
Conteúdos Específicos	Fundamentos do Turismo	x								88
	Introdução a Hotelaria	x								44
	Análise Textual	x								44
	Introdução a Administração	x								44
	Agência de Viagens e Turismo		x							44
	Destinos Turísticos Internacionais		x							44
	Fundamentos das Ciências Sociais		x							44
	Fundamentos da Economia		x							44
	Comunicação nas Empresas		x							44
	Lazer e Entretenimento no Turismo			x						44
	Planejamento de Eventos			x						44
	Turismo e Sustentabilidade			x						88
	Metodologia Científica			x						44
	Administração de Recursos Humanos I			x						44
	Marketing Turístico				x					44
	Produção e Gestão de Eventos				x					44
	Transportes Turísticos				x					88
	Fundamentos de Contabilidade				x					44
	Estatística Aplicada				x					44
	Legislação Aplicada ao Turismo					x				44
	Pesquisa Aplicada ao Turismo					x				44
	Planejamento e Organização do Turismo					x				88
	Consultoria em Turismo e Hotelaria						x			44
	Gestão de Negócios Hoteleiros						x			44
	Gestão Pública Aplicada ao Turismo						x			44
	Tópicos Especiais em Turismo						x			44
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio Supervisionado em Turismo					x				44
	TCC						x			44
Eletivas	Alimentos e Bebidas			x						44
	Geografia e Cartografia da Bahia		x							44
	Geografia e Cartografia de Minas Gerais		x							44
	Geografia e Cartografia Regional		x							44
	História do Brasil e de Sergipe		x							44
	Inglês Aplicado ao Turismo I		x							44
	Planejamento e Organização do Turismo em Alagoas		x							44
	Planejamento e Organização do Turismo em Santa Catarina		x							44
	Sistema de Reservas e Comércio Eletrônico no Turismo		x							44
	Turismo de Natureza e de Aventura		x							44
	Turismo Rural		x							44
	Desenvolvimento de Projetos Turísticos			x						44
	Gastronomia			x						44
	Gastronomia Regional			x						44
	Gestão de Operações em Hotelaria			x						44
	Gestão em Alimentos e Bebidas			x						44

História do Brasil e de Minas Gerais			x				44
Inglês Aplicado ao Turismo II			x				44
Organização do Espaço Turístico Capixaba			x				44
Patrimônio e Arte Catarinense			x				44
Primeiros Socorros e Segurança do Trabalho			x				44
Arte e Folclore em Alagoas				x			44
Arte e Folclore no Espírito Santo				x			44
Elaboração de Projetos				x			44
Inglês Aplicado ao Turismo III				x			44
Projetos Turísticos				x			44
Roteiros Turísticos				x			44
Tecnologia da Informação Turística				x			44
Teoria e Técnicas de Guiamento				x			44
Turismo e Meio Ambiente				x			44
Turismo na Natureza				x			44
Turismo no Espaço Rural				x			44
Comportamento do Consumidor					x		44
Cultura Empreendedora					x		44
Psicologia da Comunicação					x		44
Técnicas de Negociação					x		44
Inglês Técnico					x		44
Sustentabilidade					x		44
História da Cultura e Sociedade no Mundo Contemporâneo					x		44
Educação Ambiental					x		44
Gestão de Contratos					x		44
Negócios Eletrônicos					x		44
Gestão da Qualidade					x		44
Jogos de Empresa					x		44
Marketing para o Terceiro Setor					x		44
Orçamento Público					x		44
Competências Gerenciais					x		44
Socorros e Urgências em Atividades Físicas					x		44
TOTAL CH							2.828 horas

Quadro 28: Currículo da Instituição IV - Ano 2010

Fonte: Secretaria da Instituição IV

- Eliminação das disciplinas de História e Geografia dos Conteúdos Básicos.
- Eliminação da disciplina Filosofia, permanecendo a Ética agora com Responsabilidade Social.
- Retorno das disciplinas eletivas. No decorrer do curso o aluno deverá cursar, no mínimo, três disciplinas.
- Retirada da disciplina Empreendedorismo.
- Oferta de disciplina inovadora no curso de turismo: Consultoria em Turismo e Hotelaria.
- Oferta da disciplina Tópicos Especiais em Turismo, sugerindo assuntos contemporâneos.
- Oferta da disciplina Inglês apenas como eletiva.
- Oferta do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, em apenas um período.
- Oferta do estágio supervisionado em apenas um período com uma carga horária reduzida.

Campo de Formação	Disciplina	Semestre								CH
		1	2	3	4	5	6	7	8	
Conteúdos Básicos	Fundamentos das Ciências Sociais	x								44
	Cenários Geopolíticos Aplicados ao Turismo	x								44
	Psicologia nas Organizações	x								44
	Patrimônio Histórico Cultural Brasileiro		x							88
	Ética e Responsabilidade Social					x				44
Conteúdos Específicos	Fundamentos do Turismo	x								88
	Introdução a Hotelaria	x								44
	Análise Textual	x								44
	Introdução a Hotelaria	x								44
	Agência de Viagens e Turismo		x							44
	Destinos Turísticos Internacionais		x							44
	Estatística Aplicada		x							44
	Fundamentos da Economia		x							44
	Comunicação nas Empresas		x							44
	Lazer e Entretenimento no Turismo		x							44
	Planejamento de Eventos		x							44
	Turismo e Sustentabilidade		x							88
	Metodologia Científica		x							44
	Administração de Recursos Humanos I		x							44
	Marketing Turístico			x						44
	Produção e Gestão de Eventos			x						44
	Transportes Turísticos			x						88
	Fundamentos de Contabilidade			x						44
	Legislação Aplicada ao Turismo				x					44
	Planejamento e Organização do Turismo				x					88
	Seminários Integrados em Turismo				x					44
	Pesquisa Aplicada ao Turismo				x					44
	Consultoria em Turismo e Hotelaria					x				44
	Gestão de Negócios Hoteleiros					x				44
	Gestão Pública Aplicada ao Turismo					x				44
	Tópicos Especiais em Turismo					x				44
Conteúdos Teórico-Práticos	Estágio Supervisionado em Turismo				x					44
	TCC					x				88
Eletivas	Alimentos e Bebidas		x							44
	Geografia de Minas Gerais		x							44
	Geografia e Cartografia da Bahia		x							44
	Geografia e Cartografia Regional		x							44
	História do Brasil e de Sergipe		x							44
	Inglês Aplicado ao Turismo I		x							44
	Planejamento e Organização do Turismo em Alagoas		x							44
	Planejamento e Organização do Turismo em Santa Catarina		x							44
	Sistema de Reservas e Comércio Eletrônico no Turismo		x							44
	Turismo de Natureza e de Aventura		x							44
	Organização do Espaço Turístico Capixaba		x							44
	Desenvolvimento de Projetos Turísticos			x						44
	Gastronomia			x						44
	Gastronomia Regional			x						44

Gestão de Operações em Hotelaria			x				44
Gestão em Alimentos e Bebidas			x				44
História de Minas Gerais			x				44
Inglês Aplicado ao Turismo II			x				44
Patrimônio e Arte Catarinense			x				44
Turismo Rural			x				44
Arte e Folclore em Alagoas				x			44
Arte e Folclore no Espírito Santo				x			44
Inglês Aplicado ao Turismo III				x			44
Projetos Turísticos				x			44
Roteiros Turísticos				x			44
Tecnologia da Informação Turística				x			44
Teoria e Técnicas de Guiamento				x			44
Turismo e Meio Ambiente				x			44
Turismo na Natureza				x			44
Turismo no Espaço Rural				x			44
Comportamento do Consumidor					x		44
Cultura Empreendedora					x		44
Psicologia da Comunicação					x		44
Inglês Técnico					x		44
Sustentabilidade					x		44
História da Cultura e Sociedade no Mundo Contemporâneo					x		44
Educação Ambiental					x		44
Gestão de Contratos					x		44
Negócios Eletrônicos					x		44
Gestão da Qualidade					x		44
Jogos de Empresa					x		44
Marketing para o Terceiro Setor					x		44
Orçamento Público					x		44
Competências Gerenciais					x		44
Socorros e Urgências em Atividades Físicas					x		44
Optativas	Tópicos em Libras: Surdez e Inclusão				x		44
TOTAL CH							2.432 horas

Quadro 29: Currículo da Instituição IV- Ano 2012

Fonte: Secretaria da Instituição IV

- Pequena alteração, pelo currículo anterior, das disciplinas nos períodos, a eliminação e inclusão de algumas outras disciplinas, além do aumento da carga horária de algumas disciplinas que já existiam.
- Surgimento de disciplina inovadora no curso de turismo: Fundamentos das Ciências Sociais.
- Oferta da disciplina Optativa
- Oferta do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, em apenas um período, com carga horária um pouco maior.
- Oferta do estágio supervisionado em apenas um período com uma carga horária reduzida.

O Currículo da Instituição IV mostrou-se bastante diversificado, com oferta de disciplinas totalmente inovadoras para os cursos de turismo, sugerindo uma preocupação da instituição com assuntos contemporâneos da atividade turística, principalmente na área de gestão empresarial.

b) Formação dos Professores

Disciplina (s)	Titulação
Fundamentos do Turismo Pesquisa Aplicada ao Turismo	Graduação em Turismo Especialização em Gestão de Projetos Mestrado em Turismo e Meio Ambiente
Legislação Aplicada ao Turismo Gestão Pública Aplicada ao Turismo	Graduação em Turismo Especialização em Turismo, políticas Públicas e Desenvolvimento Local Mestrado em Turismo e Meio Ambiente
Lazer e Entretenimento no Turismo	Graduação em Educação Física Mestrado em Lazer
Consultoria em Turismo e Hotelaria Gestão de Negócios Hoteleiros	Graduação em Administração Especialização em Administração Mestrado em Turismo e Meio Ambiente

Introdução a Hotelaria	Graduação em Administração Hoteleira Especialização em Gestão Ambiental
Cenários Geopolíticos Aplicados ao Turismo	Graduação em Geografia Especialização em Estudos Ambientais
Agência de Viagens e Turismo Marketing Turístico Transportes Turísticos	Graduação em Turismo Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável Especialização em Gestão Estratégica de Marketing
Patrimônio Histórico Cultural Brasileiro	Graduação em História Mestrado em História Social da Cultura
Planejamento de Eventos Metodologia Científica Produção e Gestão de Eventos	Graduação em Relações Públicas Especialização em Metodologia do Ensino Superior
Psicologia nas Organizações	Graduação em Psicologia Especialização em Gerontologia
Estatística Aplicada Fundamentos de Contabilidade	Graduação em Ciências Contábeis Graduação em Administração Mestrado em Administração
Administração de Recursos Humanos I	Graduação em Administração Mestrado em Economia
Comunicação nas Empresas Ética e Responsabilidade Social	Graduação em Comunicação Social Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos
Destinos Turísticos Internacionais Planejamento e Organização do Turismo	Graduação em Turismo Especialização em Ecoturismo Especialização em Planejamento Gestão e Ensino do Turismo Mestrado em Turismo e Meio Ambiente
Fundamentos da Economia	Graduação em Ciências Econômicas Especialização em Gestão em Finanças Mestrado em Administração

Quadro 30: Formação dos professores da Instituição IV

Fonte: Secretaria de Instituição IV

Observa-se a diversidade de profissionais atuando no curso de turismo, com disciplinas referentes à sua área de formação. Este fato torna-se interessante pela questão da interdisciplinaridade.

Nota-se, também, que a qualificação máxima do quadro do corpo docente é o mestrado, sugerindo que seja uma instituição particular de ensino. No que concerne às disciplinas específicas da área de turismo, todos os professores possuem a devida formação.

c) Relação candidato por vaga

Estes dados não foram informados pela Instituição IV.

d) Número de alunos concluintes

Estes dados não foram informados pela Instituição IV.

e) Laboratórios de Aprendizagem

O curso de turismo da Instituição IV possui o Laboratório de Eventos, onde são realizadas ações de planejamento e organização de todos os eventos da própria instituição, proporcionando ao aluno conhecimentos práticos no desenvolvimento dessas atividades. As atividades de pesquisa e extensão são realizadas pelos professores do curso através de ações pontuais.

	Instituição I	Instituição II	Instituição III	Instituição IV
Década 1970	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos Problemas Brasileiros - Práticas Desportivas - Pouca oferta de disciplinas da área (hotelaria, eventos, agência) - Excesso de disciplinas por semestre - Excesso de disciplinas sequenciais - Inexistência de Informática - Inexistência de idiomas (inglês e espanhol) - Inexistência de Eletivas/Optativas - Inexistência do TCC - Estágio 			
Década 1980	<ul style="list-style-type: none"> - Retirada da disciplina Práticas Desportivas - Inexistência de Informática - Inexistência de idiomas (inglês e espanhol) - Inexistência de Eletivas/Optativas - Inexistência do TCC - Estágio 			
Década 1990	<ul style="list-style-type: none"> - Redução de disciplinas por semestre - Maior oferta de disciplinas da área (hotelaria, eventos, agência) - Redução de disciplinas sequenciais - Retirada da disciplina Estudos Problemas Brasileiros, sendo mantida Estudos Brasileiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos Brasileiros - Cultura Religiosa - Surgimento de disciplinas na área ambiental e patrimonial - Computação - Inexistência de idiomas (inglês e espanhol) 		

	<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação com a regionalização - Inexistência de Informática - Oferta de idiomas (inglês e espanhol) - Inexistência de Eletivas/Optativas - Inexistência do TCC - Estágio 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de Eletivas/Optativas - Inexistência do TCC - Estágio 		
Década 2000	<ul style="list-style-type: none"> - Retirada da disciplina Estudos Brasileiros - Disciplina Ética se une a Filosofia - Surgimento de disciplinas na área ambiental e patrimonial - Inexistência de Informática - Inexistência de Eletivas/Optativas - Inexistência do TCC - Estágio 	<ul style="list-style-type: none"> - Retirada da disciplina Estudos Brasileiros - Cultura Religiosa - Preocupação com a regionalização - Disciplina de Políticas Públicas - Computação - Inexistência de idiomas (inglês e espanhol) - Oferta apenas de Optativas - TCC - Estágio 	<ul style="list-style-type: none"> - Conteúdos Básicos (apenas Geografia e História) - Francês (disciplina obrigatória) - Inexistência de Informática - Idiomas (inglês e espanhol) - Eletivas/Optativas - TCC - Estágio 	<ul style="list-style-type: none"> - Ética Profissional e Filosofia - Informática - Tópicos Especiais - Idiomas (inglês e espanhol) - Eletivas/Optativas - TCC - Disciplina de Políticas Públicas - Estágio
Década 2010	<p>Curriculum de Tecnologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução dos Conteúdos Básicos - Expressiva oferta das disciplinas da área (Agencias, Transportes, Hotelaria, Eventos, Gastronomia, Lazer e Planejamento) - Inexistência de idiomas (inglês e espanhol) - Inexistência do TCC - Inexistência do Estágio 	<p>Curriculum do Bacharelado</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cultura Religiosa - Informática - Inexistência de idiomas (inglês e espanhol) - Oferta apenas de Optativas - TCC - Estágio <p>Curriculum de Tecnologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cultura Religiosa - Redução dos Conteúdos Básicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Idem currículo anterior 	<ul style="list-style-type: none"> - Conteúdos Básicos (sem Geografia e História) - Ética e Responsabilidade Social - Tópicos Especiais - Inexistência de Informática - Idiomas apenas como Eletiva - Eletivas/Optativas -TCC - Estágio

		<ul style="list-style-type: none">- Expressiva oferta das disciplinas da área (Agencia, Transportes, Meios de Hospedagem, Eventos, Lazer e Projetos)- Inexistência de idiomas (inglês e espanhol)- Inexistência do TCC- Inexistência do Estágio		
--	--	--	--	--

Quadro 31: Síntese da análise dos currículos

Fonte: Adaptação dos Currículos das Instituições I, II, III e IV.

Considerações Finais

Apresentar o percurso evolutivo dos cursos de ensino superior em turismo na cidade de Belo Horizonte, num período de quatro décadas, evocar sua trajetória histórica analisando os diferentes momentos e formas em que se desenvolveram e sublinhar suas convergências e divergências, constitui em uma empreitada essencialmente gratificante.

Percebemos, com muita preocupação, o pouco debate e discussão acerca do ensino superior em turismo, por isso, a realização deste trabalho deve ser apreciada como um contributo relevante para os docentes, discentes, pesquisadores, *trade* turístico e órgãos públicos, para repensar as funções e os objetivos dessa modalidade de ensino.

O trabalho foi fundado em observações empíricas, estatísticas, legislativas e bibliográficas, num esforço de informação e de compreensão do complexo universo que é a temática do ensino em turismo, considerando, com esta dimensão e profundidade, os cursos superiores de turismo de Belo Horizonte.

Assim, esta recuperação histórica tem a intenção de apresentar a trajetória histórica dos cursos superiores de turismo de Belo Horizonte e apontar o descompasso do ensino nas tentativas da formação profissional do turismólogo e o acesso ao mercado de trabalho. Uma história que, aliás, inicia-se recentemente no país, no início da década de 1970, momento este em que o Brasil sofria as pressões e perseguições da ditadura militar.

Ao analisarmos o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, percebemos que a criação dos cursos de turismo teve a finalidade de atender as necessidades emergentes do mercado turístico que começou a se desenvolver no país e ganhar maior destaque, principalmente através da criação da EMBRATUR, em 1966.

Dessa forma, os primeiros cursos de turismo no país surgiram a partir de 1971, através da mobilização de empresários que investiam na educação, com a intenção de formar mão de obra qualificada para atender ao setor de turismo, considerada uma atividade promissora no país.

O período também é marcado pelo retrocesso político vivido pelo regime militar, onde os cursos que promoviam alguma reflexão, crítica ou mudança social não eram bem vistos. Já os cursos de turismo se encaixavam nas “exigências” do governo e eram

bem adequados, pois criavam um ideário de viagens e de conhecimento a lugares diferentes, mostrando os benefícios que esta atividade proporcionava.

Na década de 1980, em função da crise econômica em que o Brasil passava e, em consequência, o escasso desenvolvimento da atividade turística, houve uma estagnação na oferta dos cursos superiores em turismo. Já na década seguinte, com a estabilidade econômica e a retomada do crescimento da atividade turística, os cursos de turismo voltam a ser criados e com uma melhor distribuição nas demais regiões brasileiras. Porém, foi na década de 2000 que os cursos de turismo realmente se proliferaram no país, principalmente na região sudeste, sendo essa realidade, também, em Belo Horizonte que chegou a ter 13 cursos de turismo no ano de 2006, conforme pesquisa apresentada. No entanto, essa realidade começou a ser alterada na década seguinte, com a diminuição drástica dos cursos, chegando a apenas 3 cursos em Belo Horizonte, no ano de 2012.

Identificamos que esse fato já havia sido previsto pelo professor Trigo em seu texto intitulado: A importância da educação para o turismo³⁹, quando afirmava que "fica evidente que esse inchaço dos cursos teria vida curta e consequências funestas para a área, implicando o fechamento de cursos em grande escala nos próximos anos".

Esse episódio não ocorreu, sem dúvida, apenas em nível regional. Podemos observar a redução do número dos cursos de turismo também no estado de Minas Gerais e no restante do país. E o que nos chama a atenção é que a atividade turística continua a crescer. Dessa forma, verificamos um contrassenso: se os cursos foram criados para atender a crescente demanda do turismo, como agora, com esse crescimento, eles estão encerrando suas atividades?

O cenário apresentado e desestimulante demonstra a pouca demanda para os cursos de turismo indicando, muitas vezes, a baixa inserção dos turismólogos no mercado turístico, sugerindo que o profissional não está capacitado para responder às demandas do mercado ou indica falta de reconhecimento do profissional desestimulando os futuros candidatos a uma vaga no curso em questão.

Sendo assim, a previsão do professor Trigo estava certa. Mas o que foi feito desde aquela afirmativa, há mais de 10 anos, nos cursos de turismo, na comunidade acadêmica, nas empresas ligadas ao setor e nos órgãos públicos para que os cursos de turismo não chegassem a essa situação?

³⁹ LAGE, Beatriz; MILONE, Paulo. Turismo: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

Podemos insinuar que, na maioria das vezes, a existência dos cursos está diretamente ligada ao retorno financeiro que eles possam trazer para a instituição. Ou seja, se o curso de turismo não está oferecendo retorno financeiro satisfatório, ele é simplesmente encerrado. Em outros casos, determinados cursos tentam de qualquer forma subsistir à crise, alterando principalmente sua carga horária para tentar tornar o curso mais atrativo e financeiramente mais acessível.

Para alguns outros teóricos, esse crescente encerramento dos cursos de turismo já seria também algo previsível, ou seja, uma seleção natural do mercado, onde os "melhores" cursos persistiriam. No caso específico de Belo Horizonte pensamos que não, pois exemplo disso foi o curso de turismo da Instituição I, apresentando-se pioneiro no Estado de Minas Gerais. Com quase 40 anos de existência, chegou a ganhar diversos prêmios e a ser considerado um dos melhores cursos de turismo do Brasil pelo Guia do Estudante. Mesmo assim, não escapou da decisão dos "empresários da educação" em simplesmente acabar com o curso que teve uma importante história no contexto do ensino superior em turismo no Brasil.

Os outros cursos que ainda existem, tentam se manter e "provar" para as suas instituições que ainda é possível desenvolver um curso de turismo com qualidade, preocupando-se com o direcionamento de novas adequações para atender melhor ao mercado de trabalho. Como vimos, essas tentativas se dão, principalmente, através das constantes modificações dos currículos onde verificamos as alterações de disciplinas e carga horária. Uma das saídas que evidenciamos, também, foi a transformação de um curso de bacharelado em curso tecnológico, porém, mesmo assim, o curso encerrou suas atividades.

Vale lembrar que essa mercantilização do ensino superior, evidenciada pela política de educação, foi promovida pelo próprio governo, incentivando a abertura de cursos de ensino superior, principalmente os cursos particulares. Sendo assim, diversas instituições de ensino se aproveitaram dessa facilidade e criaram os cursos de turismo, que na época estavam em maior evidência, contratando professores despreparados, sem a preocupação de aquisição de livros para a adequação de uma boa biblioteca, além de laboratórios de aprendizagem insuficientes ou inexistentes. Esse fato também teve um impacto significativo no mercado de trabalho, pois formou milhares de profissionais, muitas vezes, desinteressados e despreparados.

Reportando-se às questões das Políticas Públicas em Turismo, ressaltamos a importância que o governo brasileiro concedeu à atividade turística no país,

especialmente através da criação do Ministério do Turismo em 2003 e a continuidade de programas e projetos, entre eles, o Programa de Regionalização do Turismo promovendo o desenvolvimento turístico de diversas regiões do país.

Outro fator que evidenciamos foi a inexistência de uma demanda direta de políticas públicas na formação de profissionais para atuarem no mercado turístico. O que existe são apenas ações pontuais de qualificação dessa mão de obra que, na maioria das vezes, já trabalha com a atividade turística. Identificamos que, em função dos eventos esportivos que acontecerão no país nos próximos anos, haverá uma qualificação específica de mão de obra através de projetos do governo federal.

Também, verificamos que não há interlocução do poder público com os cursos de turismo e nem o contrário. Ou seja, as ações do governo nas questões da atividade turística, tanto em nível federal, estadual e municipal não são conhecidas e discutidas no âmbito acadêmico e os próprios cursos não abordam em seus currículos a temática de políticas públicas através de disciplinas específicas, salvo raras exceções. Este fato nos leva a crer que realmente o poder público e os cursos de turismo trabalham de forma isolada, sem um diálogo entre eles.

Na exposição sobre as diretrizes curriculares dos cursos de turismo fica evidente a imprecisão quanto ao perfil do profissional que as instituições pretendem formar. Diante de diversas habilidades e competências apresentadas, geram-se dificuldades com relação ao entendimento e reconhecimento da real função do turismólogo por parte do mercado turístico e até mesmo da comunidade acadêmica, causando uma não aceitação deste profissional em decorrência da diversidade de sua formação, algumas vezes até incongruentes.

Tal fato nos leva à reflexão sobre as consequências que esta abrangente e variada proposta possa ter gerado na condução dos cursos de turismo. Será mesmo este o caminho, de uma formação generalista, que direciona o aluno para um perfil diversificado, devendo ter conhecimento das mais variadas e complexas áreas da atividade turística? Ou será que o curso deve formar um aluno mais especializado em determinados setores do turismo? Alguns teóricos sugerem a introdução de campos de especialização nos projetos pedagógicos dos cursos de turismo, o que permitiria uma eficiente preparação do turismólogo para a sua atuação em uma determinada área do mercado turístico.

O fato é que não existe um consenso sobre o perfil mais adequado do turismólogo já que o mesmo pode atuar em diversas áreas. No entanto, o que propomos

é uma reflexão por parte das instituições de ensino, dos cursos de turismo, dos docentes e discentes, *trade* turístico e órgãos públicos no sentido de uma maior discussão acerca do ensino de turismo no Brasil e de qual o seu verdadeiro papel na formação do perfil mais adequado para atender ao mercado turístico.

Um mercado que, aliás, como o próprio perfil do turismólogo, é bastante diversificado, proporcionando um quadro abrangente de atividades voltadas para o setor de turismo no Brasil. Observamos que o profissional está apto a atuar em agências de viagens, nos meios de hospedagem, nas transportadoras turísticas, empresas de eventos, lazer, consultoria, dentre outras áreas.

Assim, observamos que o mercado turístico é bem complexo e, por isso mesmo, torna-se difícil imaginar um profissional formado em turismo que tenha condições de atender às necessidades de uma área tão multifacetada.

Percebemos, ainda, um forte argumento indicando que as empresas turísticas desconhecem o verdadeiro papel do turismólogo e que muitas delas não o absorvem. Um impasse encontrado nesse sentido refere-se novamente à falta de interlocução e de interação entre o meio acadêmico, o empresarial e o setor público, gerando uma falta de reconhecimento sobre a capacidade dos turismólogos.

Assim, verificamos que muitos egressos dos cursos de turismo, de fato, não estão trabalhando na área ou estão desempregados. Apesar de não haver, em nenhuma instituição pesquisada, um acompanhamento sistemático dos egressos buscando informações sobre sua colocação no mercado de trabalho, lembramos a pesquisa realizada para este fim onde encontramos um resultado pouco satisfatório, sugerindo que as competências adquiridas durante o curso não foram coerentes com as exigidas pelo mercado.

Também, verificamos que profissionais com diferentes formações atuam nos mais diversos setores do turismo, tanto em empresas públicas quanto privadas, sendo administradores, advogados, publicitários, entre outros. Ou seja, para atuar no setor de turismo o profissional, não necessariamente, deve ser um turismólogo.

No que concerne às mudanças ocorridas nos cursos de turismo podemos observar aquelas referentes aos currículos. Notamos que cada curso dá um formato que acha mais adequado ou mais conveniente à sua estrutura sendo que as disciplinas são lançadas nos currículos para atenderem às exigências mínimas das diretrizes curriculares para os cursos de turismo, nos eixos de conteúdos básicos, específicos e teórico-práticos.

Apesar de notarmos que houve uma tentativa, pelas diretrizes, de garantir alguns padrões únicos de oferta de disciplinas, em âmbito nacional, objetivando garantir uma maior uniformidade ou suposta igualdade nos cursos criados em todo o país, percebemos, mesmo assim, uma grande diversificação entre os currículos gerando uma variedade na formação do egresso, fazendo com que cada aluno saia com uma preparação profissional diferente.

Apesar de todos os currículos serem generalistas, alguns cursos oferecem disciplinas que direcionam mais para uma formação em gestão, outras para o planejamento, e ainda outras que oferecem um conhecimento pouco menos abrangente na área de hotelaria, eventos, ou agência de viagens.

O fato é que essa variedade de disciplinas ofertadas nos currículos, no mesmo momento que pode possibilitar o enriquecimento do aprendizado e abre um leque de oportunidades profissionais, no outro dificulta a identidade profissional. Isso, além de confundir o próprio mercado, que não vê uma definição e um reconhecimento da real função do turismólogo prejudica os próprios alunos que quando, por algum motivo, precisam fazer uma transferência de uma instituição para outra, não aproveitam, muitas vezes, as disciplinas e conteúdos que cursaram levando esse aluno a regressar quase ao início do curso, acarretando outras vezes, até à sua desistência.

Observamos, também, certa desarticulação dos currículos dos cursos no que se refere às nomenclaturas das disciplinas. Os nomes são bastante variados mesmo quando presumimos se tratar do mesmo conteúdo e, em algumas vezes, com carga horária muito distinta, dificultando, novamente, uma possível transferência do aluno para outro curso. Ou ainda existem as disciplinas inovadoras, que são muito bem vindas, no entanto, sem convalidação em outros cursos. Alguns exemplos que podemos notar: informática/computação; gastronomia/ alimentação e turismo/alimentos e bebidas; introdução ao estudo do turismo/fundamentos do turismo/introdução ao fenômeno do turismo-teoria geral do turismo; hospedagem/administração de serviços hoteleiros/hospedagem e turismo/gestão dos meios de hospedagem/gestão dos negócios hoteleiros; agência de viagens e transportadoras/agências de viagens e turismo/agenciamento turístico/agenciamento e logística/agenciamento e transporte; animação turística/recreação e lazer/ lazer e turismo/lazer e recreação em turismo/lazer e entretenimento/sociologia do lazer e do turismo/turismo, lazer e meio ambiente/recreação e animação turística/animação cultural/turismo e lazer/lazer e entretenimento no turismo; eventos/cerimonial e eventos corporativos/eventos

turísticos/planejamento e organização de eventos/técnicas de planejamento de evento/planejamento de eventos/produção e gestão de eventos. Ainda, as disciplinas inovadoras, que só existem em um determinado curso como: comunicação de massa; história ambiental; introdução aos estudos da sociedade; organizações sociais e o turismo; sistema do turismo e sustentabilidade; organização do espaço geográfico latino americano; atrações turísticas contemporâneas; projeto de intervenção em turismo; comunicação e novas mídias; urbanização e turismo; destinos turísticos internacionais; consultoria em turismo e hotelaria.

Outro fator verificado trata da constante alteração do currículo no mesmo curso, com a exclusão de algumas disciplinas e inclusão de outras. Essa modificação acaba por prejudicar o aluno que fica devendo matéria, pois quando precisa voltar e cursar a disciplina, já não existe mais.

Com relação à análise do corpo docente percebemos que o pioneirismo do curso de turismo da Instituição I trouxe consigo alguns percalços referentes à composição do corpo docente que, diante do seu caráter precursor, teve que trazer profissionais de outras áreas para a construção e desenvolvimento do curso. Nesse sentido, havia muito professor de áreas distintas ministrando disciplinas específicas do curso de turismo. No entanto, essa realidade foi se modificando a partir do momento em que se formaram turismólogos aptos a ministrarem essas disciplinas apresentando, sem dúvida, um distanciamento da situação da falta de qualificação do corpo docente enfrentada no passado.

No que se refere às estatísticas apresentadas do número de candidatos por vaga e número de alunos concluintes, podemos entender que certamente houve uma grande demanda pelos cursos de turismo, principalmente na década de 2000. No entanto, fica evidente que ao longo dos anos essa demanda diminuiu significativamente e, consequentemente, o número de alunos concluintes também. Não podemos definir precisamente quais foram os motivos para essa situação, pois não houve uma investigação nesse sentido, mas podemos sugerir que a crescente diminuição na demanda pelos cursos de turismo possa ser, principalmente, pela falta de reconhecimento do turismólogo por parte do mercado e pelos baixos salários oferecidos a este profissional.

Em se tratando dos laboratórios, de maneira geral, percebemos que os cursos de turismo de Belo Horizonte caracterizaram-se por possuir estes espaços de aprendizagem. Já o conhecimento através das ações de pesquisa e extensão aparece, em

alguns momentos, desconsideradas pelos cursos de turismo, tendo em vista que são ações pontuais de alguns professores. Em outras situações, notamos que existe um significativo investimento do curso e interesse do docente no desenvolvimento dessas ações.

Por fim, as considerações aqui apresentadas não apontam nenhum fim definitivo para as questões analisadas, mas demonstram a reivindicação para uma reflexão sobre a falta de articulação dos cursos superiores em turismo no que se refere à formação do profissional para atender as demandas do mercado de trabalho, tornando-se imprescindível verificar o verdadeiro papel do ensino em turismo através dos aspectos levantados. Pelo contexto exposto, estudos nessa direção devem continuar com o objetivo de identificar novas respostas e propostas para os cursos de ensino superior em turismo.

Referências Bibliográficas

ABBTUR- Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais em Turismo. Disponível em www.abbtur.org.br. Acesso em 23 de janeiro de 2010.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e Capacitação do Profissional em Turismo e Hotelaria:** reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil. São Paulo: Ed. Aleph, 2002.

ANSARAH, Marília; REJOWSKI, Miriam. Panorama do Ensino em Turismo no Brasil: Graduação e Pós-Graduação. In: **Revista Turismo em Análise**. São Paulo: Ed. ECA-USP, 1996, p.36-61.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da Pedagogia:** Geral e Brasil. São Paulo: Ed. Moderna, 2006.

ARBACHE, Jorge Saba. **O Mercado de Trabalho na Atividade Econômica do Turismo no Brasil.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. **O Turismo em Portugal:** subsídios para o seu conhecimento. Cadernos Turismo e Sociedade nº 1. Aveiro: Fundação João Jacinto de Magalhães, 1994.

AVENA, Biagio M. Educação em Turismo: Abertura de Horizontes para o Profissional “de Futuro”. In: BAHL, Miguel.(Org.). **Mercado Turístico:** Áreas de Atuação. São Paulo: Ed. Roca, 2003. cap. 14.

BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. **Direito Internacional do Turismo.** São Paulo: Ed. Senac, 2008.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo.** São Paulo: Ed. Papirus, 2001.

BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elizabete; SILVA, Maria Ivonete da. **Discutindo o Ensino Universitário de Turismo.** São Paulo: Ed. Papirus, 2004.

BELLONI, Isaura. A educação superior dez anos depois da LDB/1996. In: BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **LDB dez anos depois:** reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

BENI, Mário Carlos. A política do turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. (Org.). **Turismo:** como aprender como ensinar. São Paulo: Senac, 2000.

BENI, Mario Carlos. **Globalização do Turismo.** São Paulo: Aleph, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2006.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Ensino noturno e expansão do acesso de estudantes-trabalhadores à educação superior. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa.(Orgs.). **Educação Superior no Brasil:** 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP, 2008.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa.(Orgs.). **Educação Superior no Brasil:** 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP, 2008.

BOITEUX, Bayard; WERNER, Maurício. **Promoção, entretenimento e planejamento turístico.** São Paulo: Ed. Aleph, 2002.

BOITEUX, Bayard. **Legislação de Turismo:** tópicos de direito aplicados ao turismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **LDB dez anos depois:** reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

CAMARGO, Arlete; MAUÉS, Olgaíses. As mudanças no mundo do trabalho e a formação de profissionais da educação no contexto da LDB: o currículo em questão. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa.(Orgs.). **Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB.** Brasília: INEP, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil:** leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

CARONE, Edgard. **A República Velha.** São Paulo: Difel, 1975.

CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira. A Educação Superior. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de, ADRIÃO, Theresia.(Orgs.). **Organização do Ensino no Brasil:** níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Ed. Xamã, 2007.

CATANI, Afrânio Mendes; GUTIERREZ, Gustavo Luís. Politização e Transparência na gestão das Universidades Públicas do Estado de São Paulo. In: CATANI, Afrânio Mendes. (Org.). **Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 1998.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA; João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. Política Educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. In: **Educação e Sociedade:** Revista Quadrimestral de Ciência da Educação 2001. cap.05.

CAVALCANTI, José Euclides Alhadas; VIEIRA FILHO, Nelson Antônio Quadros. Perfil do Mercado de Trabalho no Setor Turístico no Brasil. In: BAHL, Miguel; MARTINS, Rosilene Conceição Rocha; MARTINS, Sérgio Fernandes (Orgs.). **O Turismo como força transformadora do mudo contemporâneo.** São Paulo: Ed. Roca, 2005.

CHAUÍ, Marilene. **A universidade operacional.** Folha de São Paulo, São Paulo, 09 de maio de 1999.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; LIMA, Rosângela Novaes; MEDEIROS, Luciene Miranda. Reforma da educação superior - de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa.(Orgs.). **Educação Superior no Brasil:** 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP, 2008.

COOPER, Chris. **Educando os educadores em turismo:** manual de educação em turismo e hospitalidade. São Paulo: Ed. Roca, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA, Luciano Mendes de (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil.** São Paulo: Ed. Autêntica, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporânea:** o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação no Brasil. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa.(Orgs.). **Educação Superior no Brasil:** 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação superior na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: CATANI, Afrânio Mendes. (Org.). **Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 1998.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa e Interdisciplinaridade no Ensino Superior:** uma experiência no curso de turismo. São Paulo: Ed. Aleph, 2002.

DESHAIES, Bruno. **Metodologia de Investigação em Ciências Humanas**. Portugal: Instituto Piaget, 1997.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DORTA, Lurdes; POMILIO, Rúbia A. Santos. **As leis e o turismo: uma visão panorâmica**. São Paulo: Textonovo, 2003.

FAYOS-SOLÁ, Eduardo. Educación y formación em la Nueva Era del Turismo: la visión de la OMT. In: Organización Mundial del Turismo. **El Capital Humano em la Industria Turística del Siglo XXI**. Madrid: OMT, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Márcio Ferreira. **Economia do turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERRAZ, Joandre Antônio. **Regime Jurídico do Turismo**. São Paulo: Papirus, 1992.

FIGUEIRA, Victor; DIAS, Reinaldo. **A Responsabilidade Social no Turismo**. Lisboa: Escolar Editora, 2011.

FONSECA, Márcia Mascarenhas da. **Políticas para o Ensino Superior de Turismo: um estudo numa Instituição de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai; LONGHI, Solange Maria. **Expansão na educação superior e universidades comunitárias: políticas públicas brasileiras e desafios para a gestão**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Santa Catarina, 2011.

FROSSARD, Miriane Sigiliano. Problemas e perspectivas do ensino do turismo no Brasil. In: BAHL, Miguel (Org.). **Turismo: enfoques práticos e teóricos**. São Paulo: Roca, 2008.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Com elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

GOODSON, Ivor F. Currículo: a invenção de uma tradição. In: GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e História.** Petrópolis: Vozes, 2010.

GROOPPO, Luis Antônio; CANDIOTO, Marcela Ferraz. **Turismo:** viajar, incluir, humanizar: pesquisas e reflexões. São Paulo: Ed. Cabral, 2006.

GUARDANI, F. **Turismo em Estâncias Hidrominerais.** São Paulo: ECA-USP, 1999.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Perfil dos profissionais no mercado de trabalho do setor de turismo no Brasil.** Salvador: Ed. Flash Design, 2001.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. (Org.). **Turismo Teoria e Prática.** São Paulo: Ed. Atlas, 2000. cap. 11.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo.** São Paulo: Ed Atlas, 2001.

LIPMAN, Geoffrey. Human Capital in the Tourism Industry. In: Organización Mundial del Turismo. **El Capital Humano em la Industria Turística del Siglo XXI.** Madrid: OMT, 1997.

MACHADO, Fernanda de Alencar. **Atuação Profissional e Percepção das IES pelos Egressos dos Cursos de Turismo no Município de Belo Horizonte - MG.** Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2006.

MAMEDE, Gladston. **Direito do Turismo.** São Paulo: Atlas: 2001.

MANCEBO, Deise. Autonomia Universitária: reformas propostas e resistência cultural. In: **Universidade e Sociedade**, nº 5, ano VIII, pp.51-59, 1998.

MANCEBO, Deise. Reforma da Educação Superior: o debate sobre a igualdade no acesso. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa.(Orgs.). **Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS, Marlene. **Turismo: Formação e Profissionalização**. São Paulo: Ed. Manole, 2002.

MATIAS, Marlene. Panorama da Formação Profissional em Turismo e suas Relações com o Mercado de Trabalho no Brasil. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Ed. Roca, 2005. cap 11.

MATIAS, Marlene. Formação Profissional em Turismo no Brasil no Início do Século XXI. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Ed. Roca, 2005. cap. 12.

MEC. **Anteprojeto de Lei da Educação Superior**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acessado em: 15/01/2013.

MONTEJANO, Jordi Montaner. **Estrutura do Mercado Turístico**. São Paulo: Roca, 2001.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue. (Orgs.). **Curriculum e Formação Profissional nos Cursos de Turismo**. São Paulo: Ed. Papirus, 2002.

NETTO, Alexandre Panosso; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade**. São Paulo: Ed. Aleph, 2003.

NETTO, Alexandre Panosso; TRIGO, Luiz Gonzaga. **Cenários do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009.

NETTO, Alexandre Panosso; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Segmentação em Turismo: panorama atual. In: NETTO, Alexandre Panosso; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Segmentação do Mercado Turístico:** estudos, produtos e perspectivas. São Paulo: Manole, 2009.

NEVES, Natalia Hunstock. **Cassinos brasileiros e sua relação com o turismo:** do *glamour* das roletas à clandestinidade. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento:** planejamento e organização. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa.(Orgs.). **Educação Superior no Brasil:** 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP, 2008.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. **O ensino da filosofia no 2º grau da escola brasileira:** um percurso histórico até a realidade mineira dos anos 80. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

OMT - Organização Mundial de Turismo e Instituto de Turismo. **Educando Educadores em Turismo** - Empresa y Sociedad. Valência: Universidade Politécnica de Valência, 1995.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo.** São Paulo: Ed. Roca, 2001.

OMT – Organización Mundial del Turismo. **Desarrollo turístico sostenible:** guía para planificadores locales. Madrid: OMT, 1999.

PERDIGÃO, João; CORRADI, Euler. **O Rei da Roleta:** a incrível vida de Joaquim Rolla. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

PEREIRA, Cássio Avelino S. **A trajetória da política de turismo em Minas Gerais e o papel do poder legislativo em sua transformação.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de Pólos Turísticos.** São Paulo: Ed. Futura, 2001.

PINO, Ivany. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **LDB dez anos depois:** reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa.(Orgs.). **Educação Superior no Brasil:** 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP, 2008.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo no Brasil:** análises e tendências. São Paulo: Ed. Manole, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice.** O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro.** Brasília: ABMES, 2000.

SANTOS, Regina Célia Xavier dos; GUIMARÃES, Neljanir da Silva. **Estudos de agências de viagens e turismo.** Brasília: Sebrae, 2005.

SANTOS FILHO, João dos (2008). **Ditadura Militar utilizou a Embratur para tentar ocultar a repressão, a tortura e o assassinato.** Disponível em: www.partes.com.br Acesso em 23/02/2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2011

SCATOLIN, Marina de Souza. Do PNMT à Regionalização: uma evolução? In: **Encontro Nacional de Turismo com Base Local**, 2004, Curitiba. Anais. Curitiba: UNICEMO, 2004. CD-ROM.

SCHLUTER, Regina G. Desenvolvimento do turismo: as perspectivas na América Latina. In: THEOBALD, William E. (Org.). **Turismo Global.** São Paulo: SENAC, 2001.

SEREJO, Hilton F.B. **A gênese dos estudos do lazer num curso superior de turismo em Minas Gerais:** um estudo na instituição pioneira (1974-1985). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Os embates da cidadania: ensaio de uma abordagem filosófica da nova LDB. In: BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **LDB dez anos depois:** reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Valdir José da. O Turismo e o Terceiro Setor. In: BAHL, Miguel (Org.). **Perspectivas do Turismo na sociedade Pós-industrial.** São Paulo: Ed. Roca, 2003. cap. 6

SILVA, Maria das Graças Martins da; BERALDO, Tânia Maria Lima. Universidade, sociedade do conhecimento, educação: o trabalho docente em questão. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília Costa.(Orgs.) **Educação Superior no Brasil:** 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP, 2008.

SILVA. Maristela Corrêa da. **Turismólogo:** quais competências diferenciam-no do Administrador na construção de sua identidade. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) - Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais - FEAD, Belo Horizonte, 2006.

SILVA JUNIOR, José Henrique da. **A política interna de turismo no Brasil (1992-2002)**. Belo Horizonte: FACE-FUMEC, 2004.

SIMÃO, José Veiga; SANTOS, Sérgio Machado dos; COSTA, Antônio de Almeida. **Ambição para a excelência – a oportunidade de Bolonha**. Lisboa: Gradiva, 2005.

SOLHA, Karina Toledo. Evolução do Turismo no Brasil. In: Mirian Rejowski. (Org.). **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

TAFFAREL, C.N.Z. **Formação profissional e diretrizes curriculares**: do arranhão à gangrena. Universidade e Sociedade, Brasília, v.1, 2001.

TRAUMANN. T. **O Brasil sai de férias**. Veja. São Paulo, 3 de março, nº 1425, p.44-50. 1996.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. A importância da Educação para o Turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. (Org.). **Turismo Teoria e Prática**. São Paulo: Ed. Atlas, 2000. cap. 22.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo**. São Paulo: Ed. Papirus, 2003.